

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior de Educação

**Mestrado em Serviço Social - Riscos Sociais e
Desenvolvimento Local**

**O Impacto da Pandemia COVID-19 – na coesão social e
desenvolvimento local**

Um Estudo de Caso no Concelho de Barrancos

Cristina Maria Rubio Domingues

**Beja
junho de 2023**

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Escola Superior de Educação

**Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e
Desenvolvimento Local**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local

Aluna:

Cristina Maria Rubio Domingues

Orientadora:

Professora Doutora Paula Cristina Rosado Godinho

“ Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é se não uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”

Madre Teresa de Calcutá

Agradecimentos

A presente investigação é o finalizar de um processo de esforço, entrega e de inquietude, da constante vontade de aprender, de entender a realidade que me rodeia.

Dedico este meu trabalho à memória dos meus pais, pelo amor e dedicação que sempre me deram, em particular à minha mãe que partiu no decorrer deste meu percurso e acompanhou uma grande parte do mesmo. Continuarão a estar sempre presentes!

Agradeço ao meu irmão, companheiro e amigo de todas as horas, pela paciência, compreensão, apoio total, constante e perseverante nos dias de maior adversidade.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado Daniela Lebre, Ana Parrinha e Fernando Correia. À colega Ana Parrinha, colega de grupo, com quem tive o privilégio de partilhar ideias, conhecimentos e inquietudes e que sempre se mostrou disponível ao escutar as minhas preocupações, por fazer parte do meu grupo desde quase o primeiro instante. Um agradecimento ao colega Fernando Correia, que esteve sempre disponível, ajudou desde o primeiro dia, com palavras de incentivo e disponibilidade constante. Aos meus amigos, que sempre incentivaram e apoiaram incondicionalmente. Uma palavra de gratidão para com a Margarida Bergano e Lurdes Marques por me acompanharem no momento mais difícil desta etapa.

Gratifico a todos os Docentes do 1º ano, pela partilha de conhecimentos e pelos momentos de reflexividade e competências que transmitiram ao longo deste percurso.

As minhas palavras de gratidão para a minha Orientadora, Professora Doutora Paula Cristina Rosado Godinho, por toda a partilha de conhecimentos, pelas palavras de incentivo, de força, carinho e disponibilidade constante que sempre teve ao longo desta etapa, principalmente nos momentos de maior tribulação e pela postura crítica e construtiva, ajudando a trilhar este caminho.

Não posso deixar de manifestar o meu agradecimento a todas as pessoas que deram o seu contributo, sem as quais esta investigação não teria sido possível.

A todos muito obrigado!

Resumo

O ano de 2020 ficou marcado historicamente pela Pandemia da COVID-19, um acontecimento que agitou o mundo, tendo impacto a vários níveis não só na saúde, na economia, nas relações sociais, nas organizações e no território que habitamos, tornando-nos mais atentos às situações de riscos, do mundo contemporâneo.

A Pandemia da COVID -19 colocou-nos perante novos desafios e potenciou o conhecimento, a inter-relação e a complementaridade de diversas áreas, desde a economia, à área social, da saúde, proteção civil, até às indústrias químicas e farmacêuticas que asseguraram a produção em massa de produtos de higienização e proteção.

Este tempo de pandemia, em que a nossa vida ficou suspensa trouxe-nos momentos de reflexão e um leque diversificado de lições e de aprendizagens, que a agitação do nosso quotidiano parecia ignorá-las, refletida na ausência de tempo e na ausência do lugar ou espaço para o pensamento, para a partilha, para a solidariedade, face a uma sociedade altamente competitiva e globalizada.

A Investigação, de natureza qualitativa, que desenvolvemos centrou-se num estudo de caso, onde partimos para a investigação com um objetivo geral: o de analisar o impacto da Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos e quatro objetivos específicos, a saber: Identificar as dificuldades originadas pela Pandemia da COVID-19 na perspetiva dos *Stakeholders* no Concelho de Barrancos; Identificar as oportunidades de cada um dos *Stakeholders* em função da sua ação específica no território; Identificar as dinâmicas da rede social com vista ao fortalecimento da coesão social e desenvolvimento local; Identificar expetativas face ao futuro.

Verificámos que inicialmente foi difícil lidar com uma situação nova e completamente desconhecida, onde a informação era praticamente inexistente, exigindo uma grande articulação entre as várias entidades.

Constatou-se que a Pandemia da COVID-19 teve um grande impacto na economia do Concelho de Barrancos, afetando vários setores de atividade, tais como: o turismo, o comércio e a restauração. Sendo Barrancos, uma localidade fronteiriça, o encerramento da fronteira foi considerado como um dos constrangimentos sentidos pela Pandemia da COVID-19, isolando, ainda mais o Concelho, tendo impacto no desenvolvimento local do mesmo.

Foi possível ainda concluir que a Pandemia da COVID-19 veio reforçar e dar visibilidade ao trabalho em Rede e simultaneamente mostrar o valor acrescido que têm e que congregam estas dinâmicas de trabalho em parceria.

Palavras-Chave: Pandemia de COVID-19; Desenvolvimento Local; Coesão Social; Territórios de Baixa Densidade

Abstract

The year 2020 was historically marked by the Covid-19 Pandemic, an event that shook the world, having an impact at various levels not only about health, but also among the economy, social relations, organizations and the territory we inhabit, making us more aware of risk situations in the contemporary world.

The COVID-19 Pandemic has presented us with new challenges and has enhanced knowledge, interrelation and complementarity of different areas, from the economy, the social area, health, civil protection, to the chemical and pharmaceutical industries that ensured the mass production of hygiene and protection products.

This time of pandemic, in which our lives were suspended, brought us moments of reflection and a diverse range of lessons and learning, that the hustle and bustle of our daily lives seemed to ignore, reflected in the absence of time and the absence of place or space. to think, to share, for solidarity, in the face of a highly competitive and globalized society.

The qualitative research that we developed was focused on a case study, where we set out to investigate with a general objective: to analyze the impact of the COVID-19 Pandemic in the Municipality of Barrancos and four specific objectives, namely: Identify the difficulties caused by the COVID-19 Pandemic from the perspective of *Stakeholders* Identify the opportunities of each of the *Stakeholders* according to their specific performance in the territory; Identify the dynamics of the social network with a view to strengthening social cohesion and local development; Identify expectations for the future.

We found that initially it was difficult to deal with a new and completely unknown situation, where the information was practically non-existent, a situation to which we had to adapt, adopting the recommendations of the DGS, which required great articulation between the different entities.

It was found that the COVID-19 Pandemic had a great impact on the economy of the Municipality of Barrancos, affecting various sectors of activity, such as: tourism, commerce and restaurants.

As in the rest of the world and given that Barrancos is a border town, the closure of the border was considered one of the limitations felt by the COVID-19 Pandemic, leaving the Municipality of Barrancos even more isolated, impacting its local development.

It was also possible to conclude that the COVID-19 Pandemic strengthened and gave visibility to networking and, at the same time, showed the added value that these work dynamics in society have.

Keywords: Covid-19 pandemic; Local development; Social Cohesion; low Density Territories

Índice Geral

1.Introdução	1
Cap. 1. – ENQUADRAMENTO TEÓRICO – O CONTEXTO PANDÉMICO	3
1.1. - As pandemias e a história da humanidade: uma relação que não é de hoje	3
1.2. Impacto da pandemia nas desigualdades sociais.....	8
1.3. Aprender com e na pandemia: breves notas.....	11
2. - Coesão Social nos territórios de baixa densidade	14
2.1. Definição de um conceito	14
2.2. Impacto da Pandemia na Coesão social dos Territórios De Baixa Densidade	18
3 - DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
3.1 – Desenvolvimento local: um conceito multidimensional.....	23
3.2 - Do global para o local - Pandemia vs desenvolvimento local	27
3.3 - Caracterização Geográfica do Município de Barrancos.....	31
3.3.1. – População Residente.....	33
3.3.2. – Atividade Económica.....	33
3.3.3 – O Turismo	34
3.3.4 - Desemprego	35
3.3.5 - Caracterização da População Empregada no Concelho de Barrancos	36
3.3.6 – Identidade Cultural do Concelho de Barrancos.....	38
Capítulo 2 – Desenho Metodológico do Estudo	39
1 – Objetivos	39
2 - Tipo de estudo	40
3. Metodologia.....	40
4. Participantes no estudo.....	40
5. Instrumentos de recolha de dados	41
6. Tratamento e Análise de Dados	42
Capítulo 3 - Análise e Discussão dos Dados Obtidos	43
1. Caracterização dos Entrevistados	43
2. Constrangimento Sentidos Durante a Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos	44
3. Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local	47
4. Avaliação do Trabalho em Rede.....	50
5. Vantagens da Pandemia Para o Concelho de Barrancos	54
6. Vantagens da Pandemia da COVID-19 para as Organizações em Barrancos.....	57
7. As Principais Aprendizagens da COVID-19 no Concelho de Barrancos	60

8. Avaliação no âmbito da Rede Social e Articulação entre os Vários Parceiros	63
9. Contributos Da Pandemia Da COVID-19 Para o Fortalecimento do Trabalho em Rede e Para a Coesão Social da Comunidade	65
10. Apoios Prestados aos Diferentes Grupos Sociais e Demográficos no Período de Maior restrição da Pandemia.....	68
11. Contribuição da Pandemia no Reforço dos Estados de Fronteira.....	72
12. Contribuição da Pandemia na Melhoria das Carências dos Serviços Públicos de Maneira a responder a Desafios Futuros.....	75
13. Perspetiva sobre o Futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos	78
14.Vantagens do Teletrabalho para o Concelho De Barrancos	83
4 - Considerações Finais	86
Referências Bibliográficas	95
APÊNDICES.....	102
APÊNDICE I.....	103
TABELAS DA ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	103
APÊNDICE II. GUIÃO DE ENTREVISTA	129
APÊNDICE II. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	132

ÍNDICE de TABELAS

Tabela 1 - Total de Indivíduos vacinados no Concelho de Barrancos vacinação - COVID-19.....	30
Tabela 2 - Vacinação por grupo Etário	30
Tabela 3 - Taxa de desemprego segundo os Censos: total (%).....	35
Tabela 4 - Caraterização da População Empregada no Concelho de Barrancos	36
Tabela 5 - Caraterização da População residente segundo o nível de escolaridade	37
Tabela 6 - Constrangimentos sentidos durante a Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos.....	44
Tabela 7 - Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local.....	47
Tabela 8 - Avaliação do Trabalho em Rede	50
Tabela 9 - Vantagens da Pandemia da COVID -19 para o Concelho de Barrancos	54
Tabela 10 - Vantagens da Pandemia da COVID-19 para as Organizações em Barrancos	57
Tabela 11 - As Principais Aprendizagens da COVID-19 no Concelho de Barrancos	60
Tabela 12 - Avaliação no âmbito da Rede Social e Articulação entre os vários Parceiros	63
Tabela 13 - Contributos da Pandemia da COVID-19 para o fortalecimento do Trabalho em Rede e para a Coesão Social da Comunidade	65
Tabela 14 - Apoios prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos no período de maior restrição da Pandemia	68
Tabela 15 - Contribuição da Pandemia no Reforço do Poder dos Estados de Fronteira	72
Tabela 16 - Contribuição da Pandemia na melhoria das carências dos serviços públicos de maneira a responder a desafios futuros	75
Tabela 17 - Perspetiva sobre o Futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos ..	78
Tabela 18 - Vantagens do Teletrabalho para o Concelho de Barrancos	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Causalidade circular nos territórios de baixa densidade	21
Figura 2 - Localização do Município Barrancos	32

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da População Residente no Concelho De Barrancos	33
--	----

Lista de Siglas

AEB – Agrupamento de Escolas de Barrancos

APC- Agentes de Proteção Civil

EPI – Equipamento de Proteção Individual

POAPMC – Programa Operacional de apoio às pessoas mais carenciadas

COVID-19 – Coronavírus

SARS-CoV-2- Síndrome Respiratória Aguda Grave

PEA – Plano Estratégico de Ação

ERPI – Estrutura Residencial Para Idosos

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PES – Programa de Emergência Social

PMEPC - Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil

PNCT – Programa Nacional para a Coesão Territorial

SCDPC - COVID 19 – Sub Comissão Distrital de Proteção Civil

CEI – Contrato Emprego Inserção

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMB – Câmara Municipal de Barrancos

JFB – Junta Freguesia de Barrancos

B.V.B – Bombeiros Voluntários de Barrancos

I.E.F.P – Instituto de Emprego e Formação Profissional

B.F.C – Barrancos Futebol Clube

DGS - Direcção-Geral da Saúde

CCOM – Comissão de Coordenação de Operação Municipal

SNS – Sistema Nacional de Saúde

1.Introdução

Este documento é o resultado da investigação conducente à Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Riscos Sociais e Desenvolvimento Local.

O ano de 2020 surpreendeu-nos repentinamente com a Pandemia da COVID-19, tendo impacto mundialmente, como refere Cachopo “ Ninguém esperava uma crise com contornos e a gravidade do que veio a ser a Pandemia do novo coronavírus em 2020.A surpresa, que num lapso de poucas semanas se apoderou do mundo, cedo se transformou em estupefação e pânico. (...) Tratou-se de um vírus: de um vírus invisível, como qualquer outro, mas cuja propagação e letalidade levaram a medidas consideradas até há pouco tempo impensáveis. Tratou-se de um vírus sobre o qual se sabia pouco, inquietamente pouco.” (Cachopo, 2020, p.14).

Neste sentido, esta investigação incide sobre a Pandemia da COVID-19 na Coesão Social e no desenvolvimento local do Concelho de Barrancos.

Ao iniciar a Dissertação delineámos um objetivo geral, a partir do qual foram criados os objetivos específicos.

Objetivo Geral: Analisar o Impacto da Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Objetivos específicos:

- Identificar as dificuldades originadas pela Pandemia da COVID-19 na perspetiva dos *Stakeholders* no Concelho de Barrancos.
- Identificar as oportunidades de cada um dos *Stakeholders* em função da sua ação específica no território
- Identificar as dinâmicas da Rede Social com vista ao fortalecimento da Coesão Social e Desenvolvimento Local
- Identificar expetativas face ao futuro.

O presente documento, divide-se em quatro capitulos . Numa primeira parte procedeu-se ao enquadramento teórico conceptual do objeto de estudo. Num primeiro ponto centrámos o enquadramento teórico no contexto Pandémico, onde abordámos as Pandemias e a História da Humanidade: Uma relação que não é de hoje, o impacto da Pandemia nas Desigualdades Sociais e as Principais apredizagens em breves notas. No ponto dois apresentamos o conceito de Coesão Social e o impacto da Pandemia na Coesão Social dos Territórios de Baixa Densidade. No ponto três focamo-nos no

desenvolvimento local: um conceito multidimensional, onde apresentamos a caracterização do conceito de Barrancos.

No capítulo dois apresentamos a metodologia aplicada nesta investigação, onde referimos o tipo de estudo e a sua fundamentação, as técnicas e instrumentos de recolha de dados, assim como os participantes.

No ponto três é apresentada a análise e discussão dos dados obtidos, a partir dos objetivos delineados inicialmente.

No último capítulo da investigação, apresentamos as considerações finais, apontando pistas para futuras investigações e as limitações.

A pertinência do estudo prende-se com a preocupação de estudar um fenómeno recente e desconhecido, num território como é o caso de Barrancos. Apesar de ter efetuado duas investigações sobre o Concelho de Barrancos e existirem vários estudos, não existe algo sobre esta temática, apresentando-se um estudo de cariz inovador.

Cap. 1. – ENQUADRAMENTO TEÓRICO – O CONTEXTO PANDÉMICO

1.1. - As pandemias e a história da humanidade: uma relação que não é de hoje

As pandemias sempre fizeram parte da humanidade. Várias foram as Pandemias e as épocas onde as pandemias estiveram presentes, constituindo um ciclo de ameaças para a humanidade, desde a Peste-negra, à Peste Bubónica, à Febre Amarela, à Variola, à Cólera, à Gripe Espanhola, até à Pandemia mais recente da COVID-19 no Séc. XXI.

Em 1989 surgiu a Gripe Russa, tendo esta Pandemia o seu início na Sibéria propagou-se pela Europa, América do Norte e África. A Gripe Espanhola, (desconhecendo-se a sua origem geográfica), ficou conhecida por Gripe Espanhola, segundo Salgueiro Portugal é o único País, onde se pode dizer que a Gripe Espanhola veio de Espanha. Espanha foi o primeiro país a notificar e pensou-se que a sua origem poderia ter sido daí, contudo desconhece-se a sua origem geográfica, podendo ter vindo dos E.U.A ou das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, segundo o autor “Em maio de 1918, é registado em Vila Viçosa o primeiro caso da designada “Gripe Espanhola, doença desconhecida na época, que desde o Alentejo se propagou rapidamente para o resto do país. Os primeiros casos em solo calipolense surgem em operários agrícolas que regressavam dos campos de Olivença, onde trabalhavam nos aceiros, durante o período do ano”. (Salgueiro, 2021, p.7). Esta última foi considerada como a maior Pandemia Mundial, uma das Pandemias que causou mais mortes que a Peste Negra

Alguns autores defendem que as Pandemias estão associados às relações que os seres humanos estabelecem com a natureza e à maneira como as sociedades se encontram organizadas em diferentes aglomerados populacionais (Santos,2020; Carvalho, 2020, entre outros). Segundo Boaventura de Sousa Santos: “O modo como estes agregados populacionais usam as suas fontes de água faz com que esta se transforme num elemento potencialmente transmissor de várias doenças. Além disso, em geral, a maioria das pessoas que habita os espaços urbanos tem uma alimentação menos cuidada e variada” (Santos, 2020, p.57). Todavia Carvalho salienta que “ao longo da sua existência, a humanidade tem sido confrontada com variadas catástrofes epidémicas, que levaram à devastação de cidades e, algumas ao desaparecimento de civilizações, como se pressupõe ter acontecido com os Maias” (Carvalho, 2020, p.26). De acordo com a época em que ocorriam, os Estados reagiram de várias formas “Com

medidas restritivas que privilegiaram os cordões sanitários e as quarentenas, e que tinham consequências económicas por vezes tão devastadoras como a própria doença.” (Almeida, 2014,p.690).

No início de janeiro de 2020 chegaram, através dos media, notícias vindas da China que considerámos distantes e longínquas, esquecendo que vivemos num mundo global, onde tudo ou quase tudo o que acontece em qualquer lugar pode afetar-nos. No dia 7 de janeiro as autoridades chinesas anunciaram o isolamento do apelidado “Novo Coronavírus e cinco dias depois partilharam a sequência genética que permitiu a laboratórios de todo o mundo começarem a desenvolver Kits de diagnóstico. A cidade de Wuhan, passaria a ser uma das cidades mais faladas, por ser o local de origem da Pandemia da COVID-19. O Vírus atingia todas as classes sociais, não escolhia etnias e na sociedade global em que vivemos, rapidamente se disseminou pelo mundo. A partir do mês de março passámos a viver uma situação completamente inesperada. Segundo Boaventura de Sousa Santos “ A Pandemia pôs-nos no limiar de um tempo que de maneira mais sucinta pode ser caracterizada assim: desde o século XVI até hoje vivemos numa época em que a natureza nos pertencia; a partir de agora, entramos numa época em que pertencemos à natureza. A dominação moderna teve três pilares principais – capitalismo, colonialismo e patriarcado -, e todos eles assentam na conceção de que a natureza nos pertence. A Pandemia não nos dá uma opção; põe-nos perante um dilema: ou mudamos o modo como vemos a natureza, ou ela começará a redigir o longo e doloroso epifácio da vida humana e do planeta.” (Santos, 2020,p.70).

Num mundo global a pandemia rapidamente se espalhou pelo mundo, como referem Caldas et al “A disseminação da COVID-19, foi mais rápida e generalizada do que as anteriores pandemias, não pode ser só associada às características do próprio vírus e à sua elevada transmissibilidade. Pelo contrário, a velocidade e os padrões da sua disseminação evidenciam a relevância de fatores sociológicos e geoeconómicos, como fluxos migratórios e turísticos, a divisão internacional do trabalho e da produção, a estrutura das interdependências comerciais globais, que põe a descoberto o que nos estudos epidemiológicos se designou de Boeing.” (Caldas et al, 2020, p.8) Num primeiro momento parecia tudo muito longínquo como observou Pereira “assistia-se a uma aparente discrepância entre a premissas das atitudes chinesas e um otimismo (embora cauteloso) das autoridades ocidentais. Ainda assim tornaram-se precauções de Planeamento e organização para lidar com potenciais casos suspeitos que chegassem ao nosso país” (Pereira, 2021, p.19). Segundo a visão de Carmo et al (2021,p.22) “ De um momento para o outro, foi decidido pelos órgãos de soberania nacionais instaurar medidas urgentes de confinamento geral e de encerramento de um conjunto muito

alargado de organizações e de atividades públicas e privadas. Ao instituir excepcionalmente o estado de emergência por um período amplo (em sucessivas renovações), os poderes políticos em Portugal reagiram prontamente, e em conjunto, com o intuito de conter ao máximo o crescimento do número de infetados e de mortos.”(Carmo et al.,2021,p.22).

A pandemia tardou a chegar a Portugal, dando espaço e tempo para as entidades oficiais encontrarem as soluções mais adequadas, face ao cenário vivenciado em outros países. Assim, o governo português e as organizações ligadas à saúde pública souberam responder adequadamente às situações. Como refere Nico: “percebemos que somos e temos um país extraordinário que se agiganta quando tem mesmo que ser e, quando tal acontece, somos muito bons no que fazemos, como aconteceu tantas vezes na nossa quase milenar história”(Nico, 2020).¹ Os primeiros casos apareceram na zona Norte do país, e tardaram a chegar à zona do Alentejo, talvez devido ao tipo de aglomerado populacional ser disperso. Os dois primeiros casos confirmados em Portugal, de contágio por COVID-19 em Portugal surgiram no dia 2 de março (Pereira,2021).

As nossas relações sociais ficaram suspensas e restritas apenas ao núcleo familiar, como opina Gameiro “ O sentimento mais comum durante este período foi o medo. Para este sentimento contribui a agressividade e o nível de contágio do vírus, mas também a brutalidade das medidas que quase todos os países do mundo tomaram. Nunca tínhamos assistido, globalmente a nada semelhante. A percepção do risco foi e é muito superior ao risco real, que é muito desigual, consoante a idade e o estado prévio de saúde.” (Gameiro , 2020, p.142).

Dada a rápida disseminação da COVID-19, todos os países do mundo adotaram várias medidas relacionadas com a saúde pública, destinadas a impedir a sua transmissão, sendo uma delas o distanciamento social. O distanciamento social foi a forma emergencial encontrada para conter a rápida propagação do vírus, medida semelhante à adotada para outros vírus. Como observou “Carvalho et al.,2021, p.23) “ embora tenhamos presenciado outras pandemias no século XXI, a geração atual nunca presenciou uma cujo vírus tenha circunstâncias de transmissão tão fáceis como as do vírus SARS-CoV-2, capaz de pressionar os governos nacionais a determinarem medidas drásticas de distanciamento social” (Carvalho et al, 2021, p.39).Como

¹ - E Depois de Tudo Isto? - <https://pontosj.pt/opiniaoe-depois-disto-tudo/> (pesquisa efetuada a 20/11/2020)

consequência do distanciamento social, foram obrigadas a encerrar várias instituições, organizações e empresas e foram bloqueadas as passagens entre países.

O medo ficou mais presente nas nossas vidas como defende Carvalho “O medo face à incerteza e ao desconhecimento imperavam sobre tudo e todos. Rapidamente alteraram-se os hábitos e as rotinas quotidianas, surgiram novos comportamentos, alguns considerados menos racionais. Com os primeiros casos da Covid-19, emergiram comportamentos pouco racionais por parte dos consumidores portugueses.” (Carvalho,2020, p.81).

A Pandemia COVID-19 colocou-nos perante novos desafios e potenciou o conhecimento, a inter-relação e a complementariedade de diversas áreas, desde a economia, à área social, da saúde, proteção civil, até às indústrias químicas e farmacêuticas que asseguraram a produção em massa de produtos de higienização e proteção. A estas somam-se as redes de solidariedade e os serviços prestados por organizações e associações locais, no apoio aos idosos e sem abrigo. Talvez tenhamos tomado mais consciência da importância e interdependência da solidariedade, consciencializando-nos para a sua importância e elucidando-nos que sem elas não podemos viver, por sermos seres sociais e dependentes uns dos outros. Este novo tempo, assustador e desafiante, permitiu pensar a relação entre nós e os outros, permitiu conhecer melhor as ameaças do nosso planeta, ao mesmo tempo que centrávamos o olhar nos nossos espaços vitais, desde o interior da nossa casa até ao território que habitamos.

Este tempo deu-nos tempo para pensarmos a pandemia como um processo de mudança, política, económica e social, tanto a nível local como a nível global. Como refere Carmo et al (2021,p.21): “Trata-se de um processo necessariamente transnacional e cosmopolita, no sentido em que os seus impactos não conhecem fronteiras e espalham-se independentemente da geografia dos países.” A situação da Pandemia da COVID-19 vivida pelo mundo representa a expressão dramática de uma transformação radical que provocou alterações profundas no modo de vida e na organização e no funcionamento dos Estados e das Sociedades. “Nunca tínhamos vivido um tempo de mudanças tão repentinas e globalmente partilhadas, como aquele que a pandemia da COVID-19 proporcionou. Como refere Cachopo “Nem as guerras mundiais nem as anteriores crises financeiras foram globais como a pandemia.”(Cachopo, 2020, p. 33).

De repente tivemos que reinventar novas formas de trabalhar, recorrendo ao teletrabalho, ficando as nossas relações sociais e afetivas dependentes de um ecrã (do

computador ou da televisão), a escola reinventou novos métodos pedagógicos e as empresas tiveram de inovar quase de imediato para conseguir sobreviver, passámos a ter mais tempo para a família, no entanto limitado ao espaço rural ou urbano, que nos proporciona uma maior ou menor liberdade e segurança. Voltámos a ter fronteiras fechadas e a discutir a necessidade da sua abertura e a importância do contacto entre territórios.

Os locais de interior, vilas e aldeias pareciam o refúgio mais seguro para quem vivia em cidades e aglomerados urbanos, por sua vez o olhar desconfiado de quem habita estes lugares não parecia acolher tão bem como era habitual, gerando por vezes conflitos entre quem visita e quem recebe. Por outro lado a ausência da partilha de momentos colectivos (festas e feiras) fizeram-se sentir na dinâmica destas comunidades, principalmente as do interior do país. Vivemos momentos de confinamento, de isolamento social, as relações sociais e as deslocações ficaram suspensas, as fronteiras ficaram fechadas e de repente o mundo parou. De acordo com Machado & Melo: “Vivemos em sociedades de risco”, entendidas enquanto sociedades “da incerteza”, na qual a humanidade provocou, de forma desengenhosa, problemas a si própria, e na qual ninguém, nem mesmo com a ajuda da ciência, conhece os perigos exatos a que está sujeito” (Baert & Silva, 2014, p.236).

“Embora o risco não seja novo para a humanidade (veja-se que desde sempre as guerras e as epidemias constituíram um constante risco para as populações), hoje tem proporções inimagináveis, porque a globalização e as facilidades de deslocação e movimentação nos colocam mais estreitamente e rapidamente em contacto uns com os outros. O risco, associado à imprivisibilidade e à incerteza (Beck, 1998), é hoje um dos elementos estruturantes das sociedades, tendo-se tornado eminente para milhares de pessoas: risco de pobreza, risco de desemprego, risco de atentados, risco de desastres ambientais, risco de catástrofes naturais, riscos de nova doenças, etc.” (Machado & Melo, 2020, p. 7). Como referem Caldas et al (2020, p.2). “A cada dia passado neste inusitado tempo de interrupção da atividade produtiva somam-se mais notícias de perdas de emprego que privam os trabalhadores e as suas famílias dos meios necessários à sua subsistência. A simplicidade desta evidência contrapõe-se à contraversia tese de Ulrich Beck talvez o principal autor dos estudos sociológicos neste domínio de que a natureza mediata e transescalar do risco numa sociedade globalizada confere à sua distribuição uma feição social e economicamente simétrica. Na perspetiva de Boaventura de Sousa Santos “Há quarenta anos que o mundo vive dominado pela ideia de que não há alternativa à sociedade atual, ao modo como está organizada e como organiza as nossas vidas, o nosso trabalho e a falta dele, o nosso consumo e o

desejo dele, o nosso tempo, a nossa vida social e a ressaca e solidão que tantas vezes nos causa, a insegurança do emprego e do desemprego, a renúncia à luta por uma vida melhor ante a possibilidade sempre iminente de piorar” (Sousa Santos, 2020, pág. 23).

1.2. Impacto da pandemia nas desigualdades sociais

As desigualdades sociais estão presentes na sociedade contemporânea constituindo um aspeto estruturante das mesmas, contudo, não têm sempre a mesma visibilidade, dependendo dos factos sociais e do seu impacto (Costa, 2012).

As desigualdades sociais são variadíssimas, estando sempre em mudança, por vezes intensificando-se, tal como ocorreu durante o período da Pandemia - COVID-19, que muito terá contribuído para o aumento das mesmas. Inicialmente a Pandemia da COVID-19 atingiu todos ou quase todos os lugares do mundo e todas as classes sociais, mas não teve o mesmo impacto em todas e em cada uma delas. Esta Pandemia veio acentuar as desigualdades já existentes, afetando as franjas da sociedade mais frágeis e vulneráveis.

Ao longo destes dois anos observámos um “(...) agravamento das desigualdades sociais no mundo e, na maior parte dos casos, em cada país. Primeira constatação: os mais desfavorecidos e vulneráveis estão a ficar ainda mais desfavorecidos e mais vulneráveis. Não se encontram praticamente exemplos de sentido contrário. Na América Latina, na Ásia e em África – com grande parte das populações de rendimentos muito baixos, níveis reduzidos de escolaridade, atividade profissional informal ou com pouco enquadramento legal, condições de habitação precárias, sistemas de proteção social muito limitados e sistemas de saúde também muito limitados – aí, as situações de desigualdade têm vindo a agravar-se em muitas paragens, e, em muitas outras, estão em risco iminente.” (Costa, 2020, p.6).

Também aqueles que se encontravam numa situação de grande precariedade laboral foram afetados, como refere Carmo et al. (2021,p.23) “(...) os impactos imediatos não ocorreram somente na esfera sanitária e da saúde pública. A economia e o mercado de trabalho sofreram tremendamente com o primeiro e com os vários confinamentos. A este respeito, não restam dúvidas de que os empregados mais afetados com o deflagrar repentino da crise acabaram por ser os que já se encontravam numa situação vulnerável quer do ponto de vista contratual, quer a nível salarial. Com as medidas impostas pelos confinamentos, o número de desempregados aumentou, principalmente os que se encontravam a trabalhar na área da restauração e hotelaria e que de algum modo estavam ligados ao sector do Turismo, afetou também os trabalhadores independentes,

sendo expostos a dificuldades inesperadas que potenciaram o risco de passar a viver em situação de pobreza tendo de encerrar alguns negócios.

Esta Pandemia terá contribuído para o aumento da pobreza e para a acentuação das assimetrias, que segundo a visão de Silva et al “ (...) A crise teve efeitos assimétricos. As classes baixa e média-baixa, a região do Algarve e as pessoas com escolaridade até ao 9º ano foram os grupos mais afetados por esta crise, com perdas claramente acima da média nacional”. (Silva, Bernard, Espiga, & Gaspar, p. 2, 2021).

A Pandemia afetou de várias formas as franjas da sociedade, que não tinham acesso aos recursos digitais, excluindo-os ainda mais e intensificando as desigualdades, nomeadamente as crianças e os jovens que não tinham acesso e suporte familiar, para o apoio que era necessário face ao surgimento de um novo contexto escolar: o da Telescola e das Plataformas Digitais.

Aos residentes em ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) foi vedado o acesso de visitas de familiares e amigos, o mesmo acontecendo com os doentes internados em hospitais. Os profissionais destas instituições estiveram na designada “linha da frente”, muitas vezes ausentes da sua vida familiar, devido à facilidade de transmissão do vírus e como medida preventiva de contágio, protegendo os grupos mais vulneráveis.

Foram muitas as pessoas que partiram nestes dois anos, sem o caloroso Adeus de muitos familiares e amigos, pois os funerais passariam a ter um número restrito de pessoas, devido à transmissão do vírus “ Na esteira de Foucault, (re)inventam-se velhos e novos aparatos de vigilância que ganham cada vez mais proeminência face ao medo instaurado, permitindo tornar os corpos mais dóceis. Na impossibilidade de domesticar o vírus, domesticam-se os corpos. E todos são suspeitos. Findo o período de confinamento, a obrigatoriedade do uso de máscaras vem reforçar o apelo ao distanciamento social (ou físico?) nos espaços públicos, dificultando o reconhecimento do “outro”, ao mesmo tempo que facilita a identificação dos não cumpridores”, como observaram” (Costa & Santos, 2020, p. 24).

Face ao exposto, foram várias as categorias sociais que foram afetadas pela Pandemia, desde os trabalhadores Independentes, aos idosos, às crianças em idade escolar, aos jovens adultos, às mulheres que trabalham em profissões com baixas qualificações, de acordo com Costa “(...)São trabalhadores manuais e de serviços – operários industriais, trabalhadores dos transportes, da construção civil, da manutenção urbana, dos serviços pessoais – em geral com baixas remunerações, muitas vezes com situações de emprego precárias. Parte deles, com frequência os mais vulneráveis, são

imigrantes, de grupos étnicos minoritários e pessoas alvo de estigmatização racista.” (Costa, 2020, p.7).

Outra questão referente às desigualdades sociais e que a Pandemia também ilustrou, tem a ver com o direito à habitação, pois os grupos mais vulneráveis, não tinham condições de habitabilidade, ficando expostos ao risco da doença e ao seu contágio, partindo da ideia de Santos “(...) durante a Pandemia da COVID-19, nem todos os cidadãos tiveram condições de cumprir de forma adequada as recomendações de saúde pública, de ficar em casa, porque não a tinham ou, de isolamento social, porque viviam em bairros densamente povoados ou em alojamentos sobrelotados. Por sua vez, a disparidade das condições habitacionais tornou o confinamento uma experiência muito variada. A dos residentes em moradias de luxo com amplos espaços exteriores foi muito distinta da dos imigrantes residentes em pensões do centro de Lisboa.” (Santos, 2020, p.42).

Como sabemos as crises têm cosequências económicas e sociais distintas, agravando as desigualdades sociais pré-existentes e a Pandemia da COVID-19 não foi excepção. Esta Pandemia veio elucidar-nos para a necessidade que há de estarmos atentos a várias questões, no que se refere às desigualdades sociais: às desigualdades face à habitação, proteção social e à falta de acesso ao mundo digital. Como referiu o Secretário Geral das Nações Unidas no discurso proferido na Conferência em homenagem a Nelson Mandela² “compara-se a Covid-19 com uma radiografia que revelou fraturas no frágil esqueleto das sociedades que construímos e que por toda a parte está trazendo falácias e falsidades. O mesmo autor referencia que vivemos “(...) a mentira de que o livre mercado pode proporcionar assistência sanitária para todos.”

A pandemia trouxe-nos várias lições e aprendizagens, e que a seguir apresentamos, focando-nos nas que considerámos ser de maior importância, não esquecendo que tudo é incerto, citando Karl Popper na sua obra *O futuro está [em] aberto* (1983). Todo este tempo de Pandemia da COVID-19, apanhando-nos surpreendentemente trouxe-nos grandes lições e momentos de aprendizagens.

² Secretário Geral da ONU, conferência em homenagem a Nelson Mandela, em Nova York, (20 de agosto de 2020). <https://www.peace-ed-campaign.org/pt/>

1.3. Aprender com e na pandemia: breves notas

A palavra pandemia tal como a conhecíamos apenas figurava nos livros de história e já mais ponderávamos que iríamos vivenciar tal situação, no mundo onde o conhecimento e a ciência pareciam tão avançados, um mundo aparentemente seguro, mas um mundo onde o lugar para o pensamento parecia estar ausente. Passámos a viver repentinamente de um mundo cheio de certezas, para um mundo cheio de incertezas e de medo face ao que desconhecíamos, tal como refere Cachopo “(...) o valor da certeza da promessa – da certeza, da esperança de certeza, do mero vislumbre do que pudesse assemelhar-se a uma certeza – subiu a pique. Mas não faltou quem quisesse vender as suas certezas em saldos: multiplicam-se os gráficos caseiros, mezinhas várias contra o vírus da incerteza” (Cachopo, 2020, pág.14). Esta pandemia ensinou-nos a lidar com o medo e a incerteza e a tomar consciência dos Riscos da sociedade atual.

A pandemia permitiu-nos tomar uma nova consciência sobre a nossa fragilidade e vulnerabilidade pessoal e individual e uma perspetiva diferente sobre o mundo que nos rodeia, fortalecendo a coesão social através dos laços de solidariedade. Durante o início da Pandemia, evidenciaram-se momentos de fortes laços de solidariedade, surgiram banco de voluntários para fazer face às variadíssimas carências e insuficiências que iam surgindo, como por exemplo a carência de máscaras, que motivou e mobilizou muitos voluntários para a confecção destas, com o objetivo de dar respostas o mais rapidamente possível e proteger a população do “inimigo invisível”, as ruas e Avenidas ficaram completamente desertas, surgiram hinos cantados a partir de janelas e aplausos fervorosos para todos aqueles profissionais que atuaram na designada “linha da frente”. Intensificaram-se também as relações de vizinhança, havendo inter-ajuda quando era necessário, os vizinhos prestavam auxílio nas compras ou bens necessários, quando uma família ficava confinada.

A Pandemia combateu um pouco o individualismo, colocou-nos mais atentos ao “outro”, ensinou-nos a estar vigilantes e a ter uma visão diferente talvez mais sensível do mundo e dos acontecimentos que ocorrem à nossa volta. Trouxe consigo grandes mudanças inclusivamente no mercado de trabalho, pois o teletrabalho passou a estar presente em várias instituições e empresas. Ensinou-nos a lidar de uma forma distinta, com o mundo digital, mostrando-nos o poder das tecnologias e que sem elas não poderíamos ter realizado diversas atividades, tais como trabalhar em teletrabalho, assistir a aulas (nos vários níveis de ensino), a missas, concertos, visitas a museus virtualmente, ter consultas médicas e intensificar e criar o hábito de compras online.

A Pandemia veio despertar um novo olhar para alguns dos nossos territórios, principalmente territórios considerados mais empobrecidos e de Baixa Densidade, talvez tenha suscitado um novo olhar, para as oportunidades que estes podem oferecer face ao mundo global, que vivemos.

Contudo e segundo a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos citado por Trefaut “A grande oportunidade da pandemia seria trazer mudanças políticas, sociais e comportamentais. Mas, por enquanto, tudo é uma incógnita. Ao pensar no amanhã, Boaventura de Sousa Santos opina que este cenário “(...) seria uma resposta à oportunidade que o vírus nos dá de pensarmos numa alternativa ao modelo de desenvolvimento, não só económico, mas também das formas de sociabilidade dominantes.” (Trefaut, 2021, p. 23). No entanto, há quem considere o ano de 2020, o ano da grande migração, devido à mudança que o teletrabalho proporcionou segundo a perspectiva de Dragão “Nesses debates, surgiam vozes que apontavam as possibilidades demonstradas pelo teletrabalho – as grandes agregações humanas podiam ser desdensificadas pela inscrição do trabalho no espaço doméstico: trabalharíamos e viveríamos mais distantes uns dos outros. Apontava-se a “grande migração de 2020”, como lhe chamou o Washington Post – fosse a experiência daqueles que fizeram uso das suas casas de férias em modelos confortáveis e afluentes de exurbia para viver o confinamento e trabalhar online na sala de estar; ou de muitos outros, estudantes ou trabalhadores precários dos sectores que pararam nos espaços metropolitanos, e que nesses meses rumaram à casa familiar de origem em territórios menos urbanos. Se o contágio permanecesse como risco e medo social, e o contacto social se mantivessem em suspenso por um tempo significativo, poderíamos eventualmente discutir a hipótese de caminhar nos próximos anos para um movimento de desurbanização” (Dragão, 2020, p. 105).

Este tempo de pandemia, em que a nossa vida ficou suspensa trouxe-nos momentos de reflexão e um leque diversificado de lições e de aprendizagens, que a agitação do nosso quotidiano parecia ignorá-los, refletida na ausência de tempo e na ausência do lugar ou espaço para o pensamento, para a partilha, para a solidariedade, face a uma sociedade altamente competitiva e globalizada. Este acontecimento (marco histórico) ensinou-nos a viver e a pensar nos riscos da sociedade atual, a intensificar as redes de relações de vizinhança, a valorizar a riqueza que são os laços de solidariedade, a dar muito mais valor à ciência e levar à discussão a sua importância, a valorizar os afetos, a estar mais atentos à importância da saúde mental e sobretudo a valorizar pequenos hábitos quotidianos, esquecendo tantas vezes que o mundo é mutável, lembrar-nos que a certeza não existe e que em momentos rapidamente tudo ou quase

tudo pode ser alterado. Como refere Marques “Percebemos melhor como somos completamente interdependentes. Nunca foi tão verdade que vivemos numa aldeia global. O que afeta a uns afeta a todos, embora com impactos diferentes, tocando muito mais os que já estavam em condições de vulnerabilidade.

Precisamos de aprender a ser solidários sempre, a bem de todos e a, nestes contextos ter particular atenção aos mais frágeis protegendo e cuidando. (Marques, 2021)³. A Pandemia veio despertar-nos para os grandes problemas que afetam atualmente a Humanidade” e “ veio suscitar reações pouco racionais. Veio sobretudo, abalar a ideia triunfalista de que os grandes Males que tinham atormentado a Humanidade durante séculos estavam resolvidos ou em vias de resolução, graças à ciência e à tecnologia parecem estar longe de serem capazes de abolir as epidemias.” (Carvalho, 2020, pág.11).

Durante a Pandemia experimentámos como nunca, “o que quer dizer viver numa era do risco e da complexidade. Percebemos como é difícil prever o que vai acontecer, como vai acontecer e quando vai acontecer. Precisamos de aprender a viver numa sociedade de risco, trabalhando em função de vários cenários, securizando sempre que possível a população e educando para a prevenção e gestão dos riscos e da complexidade. Vimos aumentar a insegurança, incerteza e o medo. Tomámos consciência de que estamos interligados e dependentes uns dos outros. Que tudo o que acontece no mundo global afeta a todos, afetando com maior facilidade, os que se encontram mais fragilizados.”(Marques, 2021).⁴

Este tempo de Pandemia deu-nos a oportunidade de passarmos a valorizar e a estar mais atentos à importância que têm o conhecimento científico nas nossas vidas e muito mais desportos e atentos para as questões da saúde mental, tendo sido esta última, uma das áreas que tem sido esquecida e muito pouco valorizada, consideramos que há um grande caminho a trilhar dentro desta área. Todavia, este dois últimos anos despertou-nos para as situações dos riscos da sociedade contemporânea, estamos mais atentos às catástrofes que nos assolam e que não passam só e unicamente pela pandemia, mas pelas Guerras, alterações climáticas e catástrofes ambientais, a Pandemia tornou-nos menos distraídos e passamos a estar mais atentos e a questionarmo-nos sobre a vida e o mundo.

³ - Fórum para Governação Integrada, na VI Conferência Internacional, que decorreu na Fundação Gulbenkian, no dia 15 de novembro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/11/19/opiniao/opiniao/aprendemos-pandemia>

⁴ - *Idem*

A partir de 2020 aprendemos a importância, o valor e o poder do “Mundo Digital”, como refere Harari “Depois de 2020, sabemos que a vida pode continuar mesmo quando um país inteiro está em confinamento físico.” (Harari,2021, 31) e também percebemos que neste mundo digital, também se faz presente a exclusão social. Eninou-nos o papel e o valor da Ciência e colocámos nela a Esperança posta na vacinação, pois alivaria o medo face ao contágio inicial do Vírus, contribuindo para a normalidade das nossas vidas, deixando-nos um novo marco no conhecimento científico, ao ser criada pela primeira vez, em tempo record. “Em Portugal seria o Hospital de S.João no Porto, onde o primeiro profissional de saúde foi vacinado. Portugal chegou a ser o primeiro país do mundo com maior cobertura vacinal, para Pereira “ Sermos o país do mundo com maior cobertura vacinal é um efeito notável!. Uma palavra para a organização e gestão do processo vacinal: exemplar.” (...) Mas importa ainda salientar que o trabalho duro, diário, desafiante, foi realizado sobretudo pelas autarquias e pelos cuidados de saúde primários, de forma igualmente exemplar. E que nele estiveram envolvidos milhares de Profissionais de Saúde que foram absolutamente incansáveis:” (Pereira, 2021, p. 189).

A Pandemia da COVID-19 permitiu-nos verificar a importância das redes de solidariedade e a importância da Coesão Social, face a uma sociedade global e competitiva.

2. - Coesão Social nos territórios de baixa densidade

2.1. Definição de um conceito

De acordo com o apresentado anteriormente, considerou-se pertinente abordar o conceito de coesão social, focando-nos inicialmente na perspetiva de Durkheim. Do ponto de vista sociológico, a coesão pode ser definida como o grau de consenso dos membros de um grupo social sobre a perceção de pertencer a um projeto ou situação comum. Segundo Durkheim, quanto menor for a divisão do trabalho nas sociedades, maior será o vínculo dos indivíduos com o grupo social. A divisão social do trabalho que advém da modernização desgasta e enfraquece esses vínculos, assim como a crescente autonomia que o indivíduo adquire na sociedade moderna. “Nesse contexto, a coesão é parte da solidariedade social necessária para que os membros da sociedade continuem vinculados a ela com uma força análoga à da solidariedade mecânica pré-moderna. Isso requer que os seus laços sejam mais fortes e numerosos, cria obrigações para o indivíduo, exerce pressões funcionais que moderam o egoísmo e lhe permitem reconhecer a sua dependência no que diz respeito à sociedade.” (Ferrelli, 2015, p.1).

Atualmente e perante a situação que vivemos com a Pandemia da Covid-19 e os tempos que antecederam a Pandemia, mostraram muitas vezes a fragilidade da

coesão social das comunidades, face à competitividade económica, tecnológica e às fragilidades referentes ao emprego precário, que até este momento não tinham tanta visibilidade...vieram aumentar alguns riscos, contribuindo de certo modo para o agravamento das desigualdades sociais, importa salientar que um destes riscos tem a ver com a perda da população de alguns territórios, tornando-os todavia mais frágeis e vulneráveis. A Pandemia veio mostrar a importância que a coesão social ocupa na sociedade, mostrou-nos que quanto maior for a rede social estabelecida, mais e melhores respostas saberemos dar face aos riscos, que a sociedade atual enfrenta.

Tendo presente a perspetiva de Madeira “O conceito de Coesão Social é comumente aceite, em termos de dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente de vida em comum. A Coesão Social implica, por isso, e necessariamente, um certo grau de solidariedade para a concretização da qual a integração social é o processo mais indicado.”(Madeira, 1996, pág.5). A Coesão social é, reconhecida como importantíssima para o fortalecimento e desenvolvimento dos territórios, principalmente para os territórios mais fragilizados e vulneráveis. Assim com a participação coletiva dos seus atores haverá maior facilidade em ultrapassar as dificuldades e fortalecer as potencialidades.

Por sua vez, os contributos de Almeida (2021), destacam a importância da participação alargada no processo de reforço da Coesão Social, por entender e defender que “A coesão social é a capacidade que pretende alcançar. Ela pressupõe por um lado mecanismos de participação alargada, debate e consensualização para a definição dos objetivos comuns e por outro a capacidade de uma população atuar coletivamente para obter os resultados gerar as normas e as políticas adequadas, isto é, de resolver positivamente o problema do oportunista (free rider). “(Almeida, 2011, p.12).

Ao longo das últimas décadas vários têm sido os debates e perspetivas ao redor do conceito de coesão social, nas suas distintas componentes, quer económica, social e territorial. Todavia considera-se pertinente referenciar outras perspetivas sobre o conceito de coesão social, dando maior relevância aos laços de cooperação de uma comunidade, tal como referem “Beckley, Raimier e Desjardins (1994), citados por Almeida (2011,p.12) definem coesão social como o grau atingido por uma localidade geográfica em termos de «comunidade» no sentido de valores partilhados, cooperação e interação. Raimier (2002) elabora sobre a noção de cooperação definindo a coesão social como o grau em que a população responde coletivamente para atingir os resultados que valoriza e para lidar com os problemas económicos, sociais ou

ambientais que enfrenta. Nos dois casos a ação coletiva ou comunitária é a noção chave. (Desjardins, 2002).

Os anos 80 constituíram um marco importante no que se refere ao conceito de coesão social, pois se reportarmos à entrada da Grécia, Portugal e de Espanha na União Europeia, constata-se que as desigualdades entre os países da União Europeia tornaram-se mais evidentes. Assim, a partir do momento que as economias apresentam disparidades, emerge a necessidade de aumentar a competitividade e minimizar as desigualdades existentes no espaço europeu. É no ano de 1986 com o Ato único que surgem de maneira formalizada os conceitos de coesão económica e coesão social composta por fundos (aprovados pelo tratado de Maastricht no ano de 1992). Segundo a perspetiva de Mateus et al (2005) citados por Araújo “(...) a coesão social visa a melhoria das condições de vida das populações de um território, através da promoção da acessibilidade aos serviços de educação e de saúde, da potenciação do bem-estar e conforto dos indivíduos, da promoção da cultura e do lazer, do aumento dos níveis de proteção social, entre outros.” (Araújo, 2014, p.22).

Tal como é descrito na Base Jurídica dos Artigos 174.º a 178.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) “A política de coesão constitui a principal política de investimento da União Europeia. Proporciona benefícios a todas as regiões e cidades da UE e apoia o crescimento económico, a criação de emprego, a competitividade das empresas, o desenvolvimento sustentável e a proteção do ambiente. Na Comunidade Europeia (atual União Europeia) existiram, desde sempre, grandes disparidades territoriais e demográficas, que podem constituir entraves à integração e ao desenvolvimento na Europa.

O Tratado de Roma (1957) criou mecanismos de solidariedade sob a forma de dois fundos: o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, (FEOGA, secção «Orientação»). Em 1975, foram introduzidos os aspetos regionais com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Em 1994, foi igualmente criado o Fundo de Coesão.⁵ Como apontado anteriormente, importa referir que o conceito de coesão territorial é recente e segundo a perspetiva de Ferrão “(...) a ideia de Coesão Territorial, que está presente de forma

⁵ - COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL .

Fichas Técnicas da União Europeia - [Fichas temáticas sobre a União Europeia | Parlamento Europeu \(europa.eu\)](#)

implícita na Política de Coesão da União Europeia, visa reduzir as disparidades entre as regiões dos Estados-Membros, recorrendo a mecanismos de natureza redistributiva através da atribuição de fundos estruturais em função do grau de desenvolvimento de cada região. A sua finalidade é aumentar a coesão económica e social ao nível dos Estados-membros e da União Europeia, baseada nomeadamente numa ambiciosa política de desenvolvimento regional.” (Ferrão, 2019, p.38)

É com o Livro Verde (2008) que surgem várias questões, tais como a natureza da cooperação territorial e a forma como as pessoas usufruem dos espaços onde vivem, veio abrir novos caminhos para o debate sobre a Coesão Territorial e trazer à ribalta questões sobre a relação entre cooperação e competitividade. O Livro Verde veio tornar explícita a atenção que deve ser dada à Coesão Territorial. Como explica a Comissária Europeia responsável pela Política Europeia (2008) Danuta Hubner em declarações prestadas para a Inforegio “Temos de repensar como se define “Territórios” e como elaboramos as políticas cada vez mais as pessoas não se limitam às fronteiras administrativas fixadas – viajam diariamente para ir trabalhar e deslocarem-se para mais longe para se divertirem – por isso a forma como vivem os territórios está a mudar. (Inforegio, 2008, p.8). Importa também salientar que não é fácil encontrar uma definição precisa de “Território” .

Conforme refere Faludi o termo “Território” não é fácil de definir, “É difícil definir o termo «território»: está associado, por um lado, à ideia de Estados-nação – os países não são países sem território – e, por outro, os territórios começam agora a aparecer como produtos de intenção humana; «existe um conflito entre as duas noções», explicou Faludi, acrescentando que é muito difícil para os Estados-Membros cederem as suas competências a grupos transnacionais.” (Inforegio, 2008,p.16). Conforme opina Camagni (2009) a coesão territorial deve ter em consideração o capital territorial (público, privado e social) de cada estado-membro, devendo para isso haver uma interligação das diversas componentes e alcançar resultados positivos através destas, alavancando a Coesão e a cooperação. É com o Tratado de Lisboa assinado em 2007, que foi introduzido o conceito de Coesão Territorial, com o objetivo primordial de reduzir as desigualdades entre os distintos territórios. Os Territórios da União Europeia têm uma grande diversidade e o objetivo principal da Coesão Territorial “é o de garantir os mecanismos necessários para aproveitar as características e especificidades das áreas onde vivem.

A Coesão Territorial visa um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável” (Comissão Europeia, 2015). É assim que surgem várias discussões e debates em torno

deste conceito, que dá especial atenção às especificidades de cada Território, independentemente da sua localização, dando particular atenção aos territórios que apresentam maiores vulnerabilidades, como refere Abrunhosa “O princípio da Coesão Territorial na formulação das políticas públicas tem de ser sinónimo de realçar as características de cada território, não ao nível dos problemas, mas numa lógica de valorização, focando-se nas oportunidades destes. Isto implica abandonar a forma tradicional de fazer política, em que temos políticas transversais, que se aplicam a todo o território, sem se ter em conta as especificidades dos territórios, sobretudo dos mais frágeis. É obrigatório uma ação pública diferenciada com os territórios, tratar de forma diferente realidades que são estruturalmente distintas, pelo que a solução “one-size-fits-all” é insuficiente para lidar com a heterogeneidade territorial existente.” (Abrunhosa, 2019). Henriques considera que a Coesão Territorial tem a ver com os pressupostos de uma mudança paradigmática “ (...) na compreensão das relações entre as sociedades e os respetivos territórios e as implicações que daí decorrem na formulação das Políticas Públicas; tem como implicação direta a compreensão de que os desafios que se colocam à competitividade, ao emprego e à Coesão Social têm concretizações que não são independentes dos contextos em que os respetivos problemas se manifestam (context-dependency) de forma especialmente diferenciada e localmente específicas, as respostas poderão ter de ser específicas e únicas em cada território.” (Henriques, 2016, 205).

O conceito de Coesão Territorial é um conceito gerador de debate entre as diversas ciências, sendo, portanto, um conceito multidisciplinar, não existindo uma definição exata deste conceito, contudo encontra uma certa ligação com o conceito de Desenvolvimento Local e que posteriormente apresentamos, no entanto considerou-se pertinente apresentar em primeiro lugar o conceito de Território de Baixa Densidade.

2.2. Impacto da Pandemia na Coesão social dos Territórios De Baixa Densidade

O conceito de território de Baixa Densidade tem vindo a ser debatido sobre várias perspetivas, em diversos contextos e sobre especialistas de diversas áreas. De acordo com o referenciado apresentamos várias definições do conceito e sob a perspetiva de vários autores “ O termo território de baixa densidade reporta a regiões desfavorecidas, cujas características incluem não só a baixa densidade de recursos humanos, mas também de empresas, de infra-estruturas do conhecimento e outras, susceptíveis de crescimento”. (Valente, 2009, p.9). Estes territórios localizados no interior caracterizam-

se pela sua forte ligação a atividades agrícolas tradicionais, pequenas oficinas (que foram desaparecendo) e também alguma atividade mineira, cuja diminuição da mão de obra devido sobretudo à mecanização da agricultura levou ao abandono destes territórios, como refere a autora anteriormente citada “(...) a diminuição da necessidade de mão-de-obra associado aos setores, bem como a própria retração da atividade, conduziu a um esvaziamento desses territórios. Isto traduziu-se num processo de migrações maciças para áreas urbanas litorais.” (Valente, 2009, p.9).

Devido aos factores explanados anteriormente estes territórios sofreram um abandono, por parte da população, que procuraram noutros territórios melhores condições de vida, levando assim ao êxodo rural, deixando-os cada vez mais despovoados. No entanto é de realçar que, ao longo da história estes territórios têm sofrido alterações demográficas, estando estas essencialmente associadas à economia. De acordo com Santos & Baltazar “Podemos assim constatar que a existência dos territórios do território português tem sido marcada pelo binómio atração - repulsão populacional, que foi conhecendo algumas alterações de acordo com a evolução da base económica, que assentou inicialmente na agricultura, depois na indústria e atualmente assenta nos serviços. Ainda que tivessem ocorrido algumas tentativas de povoamento de territórios nos séculos XVIII, chegámos à década de sessenta do século XX, data a partir da qual se verificou ao longo de vinte anos uma deslocação massiva da população rural para os centros urbanos e em especial para as duas maiores áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) com um súbito reforço do crescimento demográfico no litoral da região do Algarve associado ao acréscimo do turismo balnear (sol e praia), e depois nos anos 70 o afluxo de retornados das excolónias que reforçou a tendência que se vinha afirmando. (Santos & Baltazar, 2016, p.13). Face ao exposto intensificaram-se desigualdades territoriais entre o litoral e o interior.

Todavia autores como Ramos et al (2012.p.57) (citados por Dias) referem outros aspectos que caracterizam estes territórios considerando “ estes territórios marcadamente rurais, climaticamente severos, com uma população envelhecida e em perda, de despovoamento escasso, disperso, funcionalmente periféricos e com uma acessibilidade decrescente aos principais serviços e de bens públicos, economicamente marginais e dependentes de uma agricultura de subsistência e/ou das prestações sociais públicas.”- (Dias, 2016, p.21).Perante a perspectiva de alguns autores existe um certo estigma associado a estes territórios de interior, denominado de provincianismo e que segundo Barreto “O termo “interior” é um termo aparentemente anódino, descritivo:

é o interior e o litoral. Mas é um sucedâneo contemporâneo de um termo horrível que existia antes, e ainda há pouco tempo chamado de provincianismo.⁶

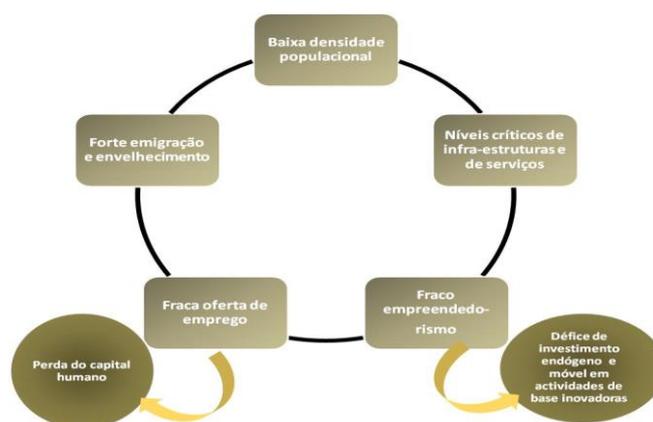
De acordo com o exposto anteriormente existe uma certa relação subjetiva entre os territórios considerados incluídos e excluídos, Ferrão opina que “ A fronteira entre o litoral e o interior traduz a delimitação subjetiva entre incluídos e excluídos no processo de modernização iniciados nos anos 1960. O seu desenho sobretudo reconstituível a partir da cartografia das vozes que se fazem ouvir contra o esquecimento a que o “interior” foi votado, porque são justamente estes que mais relembram a existência desta opção.” (Ferrão, 2002, p.158).

No diagnóstico do interior apresentado no PNCT é referida a profunda assimetria nacional, patente desde logo na sua geografia, com as dicotomias: norte/sul, litoral/interior ou rural/urbano. É descrito que a utilização dos fundos comunitários tem tido como preocupação a redução destas assimetrias, nomeadamente ao nível da melhoria das vias de comunicação, bem como na revitalização da economia e serviços públicos, não obstante, têm sido aplicadas medidas de discriminação positiva a Regiões que sofrem de problemas de interioridade.

A deliberação da CIC Portugal 2020 (Comissão Interministerial de Coordenação) n.º 55/2015, de 1 de julho de 2015, define para efeitos de adoção destas medidas, uma abordagem multinível de classificação de território de baixa densidade, considerando a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades. Conforme descrito no PNCT, citando Silva, A., Lima, F. e Chamusca, P (2010) “a designação atual dos concelhos do interior advém não apenas de aspetos demográficos, mas também económicos (escassez e fraca diversidade de atividades económicas, elevada taxa de desemprego), urbanos (insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes), institucionais, (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade) e relacionais (fracas redes de parcerias e deficientes taxas de participação e envolvimento da população.” Martins & Figueiredo (2008) referem que estas diferentes dimensões que caracterizam os territórios de baixa densidade tendem a interagir e reforçar-se mutuamente, na propagação desse fenómeno no tempo, segundo um processo de causalidade circular que tende a ser cumulativo, e que dificilmente se rompe por si só. Como podemos observar na figura 1 que a seguir se apresenta.

⁶ - O que define a interioridade? - <https://gerador.eu/o-que-define-a-interioridade//consultado> a 6-07-2022)

Figura 1 - Causalidade circular nos territórios de baixa densidade



Fonte: (Martins & Figueiredo, 2008, p. 5)

Em paralelo com as dificuldades que se colocam a estes territórios, os mesmos apresentam enormes potencialidades que advém das suas especificidades endógenas e que podem ser aproveitadas para criação de emprego e valor, não colocando em causa a sustentabilidade local, como veremos posteriormente.

Não obstante, a Pandemia da COVID-19 veio trazer um novo olhar sobre estes territórios de Baixa Densidade. Durante o início da Pandemia estes Territórios passaram a ser mais procurados, como alguém que fugia de uma guerra, na procura de maior segurança e de liberdade, procuravam-se espaços que oferecessem condições para o teletrabalho, para a telescola e também foram bastante procurados pelos turistas que optaram pela qualidade do turismo rural. Estes Territórios proporcionaram bem-estar e sobretudo segurança face ao risco de contágio que o turismo de massa na zona litoral e as grandes cidades não ofereciam, tendo contribuído para este factor o tipo de aglomerado populacional e tipo de habitação predominantes na zona do interior, como é o caso da região do Alentejo.

Como defende Covas “Os territórios de baixa densidade, ao preservarem uma paisagem ainda pouco antropizada (embora em acelerada transformação), fruto da sua pouca população, do isolamento e da distância, emergem enquanto locais privilegiados para que um certo reencontro entre a sociedade e a natureza possa ter lugar, dando forma a uma “economia das experiências emocionais”.⁷ (Covas, 2019), segundo o mesmo autor a Pandemia trouxe um ciclo virtuoso, potencializando e valorizando estes territórios de interior, designados como territórios empobrecidos (dependendo das

⁷- O lado Virtuoso dos Territórios de Baixa Densidade
<https://alentejo.sulinformacao.pt/2019/11/o-lado-virtuoso-dos-territorios-de-baixa-densidade/>

várias perspetivas). A Pandemia trouxe consigo uma visão diferente e talvez mais promissora para estes territórios, não estando tão focada nos interesses económicos mas mais direcionada para a valorização e especificidades culturais. De acordo com Carvalho “Esta mudança de paradigma pode surgir de um processo de mapeamento cultural. Trata-se de uma abordagem sistemática para identificar registar e classificar os recursos naturais, materiais e imateriais de uma comunidade. É considerado um campo de investigação interdisciplinar e uma ferramenta metodológica no âmbito do planeamento participativo e do desenvolvimento comunitário.” (Carvalho, 2020, p.38).

No período de férias estes territórios de interior tiveram uma maior procura. A Pandemia trouxe até estes territórios novos turistas, tendo um certo impacto no turismo rural, talvez possa ter emergido uma nova relação um novo despertar ou (re)descoberta da ruralidade.

A pandemia da Covid -19 trouxe uma nova visão e talvez “Novas Oportunidades” para estes territórios, como refere Isabel Ferreira (Secretária de Estado da Valorização do Interior), numa entrevista para a Smart-Cities “ O que aconteceu com a Pandemia foi que muitos portugueses que não conheciam tão bem os territórios do interior começaram a ter essa oportunidade e a optar por estes territórios, nomeadamente para as suas férias, onde puderam conhecer todas estas vantagens.⁸” Os primeiros meses de confinamento vieram demonstrar o impacto que uma Pandemia pode ter não só na relação que estabelecemos com os outros, como também na relação que estabelecemos com os espaços, com os espaços da casa que habitamos, porque o teletrabalho e a telescola exigiram uma (re)organização destes espaços, o que permitiu uma visão diferente dos territórios que habitamos. Como destacou Mota “A proximidade física é tão determinante para os espaços geográficos, como para as relações que estabelecem entre si. Relativamente ao espaço de fluxos, importa a interação, em diferentes graus ou escalas de uma região, a nível interno e externo. Mais do que a proximidade física, é decisiva a conetividade em redes de lugares, regiões, países ou espaços supranacionais.” (Mota, 2019, p.10). Esta Pandemia permitiu não só olhar para as fragilidades destes territórios e que já anteriormente referenciamos, como também permitiu olhar para a riqueza que estes territórios oferecem.

A Pandemia da Covid-19 veio também fazer-nos perceber que a partir do local estamos perante o global e vice-versa. A partir de localidades do interior tivemos acesso a aulas online desde o (1º ciclo ao Ensino Universitário), através do teletrabalho

⁸ - <https://smart-cities.pt/noticias/sevi-1501-entrevista> - “Só Podemos Tornar os Territórios Do Interior Mais Competitivos se Conseguirmos Ter Pessoas”. Janeiro/ 15/2021.

podemos trabalhar para multinacionais localizadas em qualquer parte do mundo e usufruir da liberdade e da qualidade de vida que estes locais oferecem. Veio dar maior visibilidade às variadíssimas oportunidades que estes territórios têm, consideramos que se estas oportunidades forem bem aproveitadas poderão ajudar a quebrar o ciclo vicioso. O desenvolvimento destes territórios passará pela valorização da ciência, da tecnologia, da inovação e da criatividade. As oportunidades destes territórios poderão passar pelas ideias diferenciadoras a partir do local, dependendo da participação e dos atores locais que aqui habitam.

3 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

3.1 – Desenvolvimento local: um conceito multidimensional

Apresenta-se o conceito de desenvolvimento local segundo a perspetiva de vários autores, nomeadamente de Mota (2019), Riguiero (2014), Guerreiro (2008), Monteiro (2019), Roque Amaro (2017), Revez (2014), Domingues (2021), Valente (2009), Henriques (1990). O conceito de desenvolvimento local é complexo e ao longo dos anos têm tido diferentes abordagens e progressos, considerado um conceito complexo e de difícil definição, este não é um conceito estático, mas em constante evolução.

Num primeiro momento considerou-se importante contextualizar o conceito a nível histórico. Este conceito encontra-se associado à Revolução Industrial e associado ao crescimento económico, como referenciou Revez “a ideia de desenvolvimento foi largamente associada ao crescimento económico das sociedades europeias após a Revolução Industrial. Tudo se expandia: a tecnologia, a produção, os mercados, o consumo. Com a destruição massiva provocada pela 2ª Guerra Mundial, o principal objetivo passou a ser como reconstruir economicamente, de forma eficaz e com o mínimo de meios.” (Revez, 2014, p.117). Ao longo dos anos este conceito sofreu várias adjectivações, tais como desenvolvimento comunitário, desenvolvimento sustentável, pós desenvolvimento, desenvolvimento alternativo ou des (envolvimento), tal como defende Roque Amaro.

Segundo Roque Amaro “Nos últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30 anos, o conceito conheceu várias versões, tornando-se mais complexo e menos linear na sua conceção e aplicação. Essa complexidade foi enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas, tornando-se portador de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens interdisciplinares que exige,

quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica” (Amaro, 2004,p.37). O mesmo autor defende a existência de dois paradigmas distintos, o paradigma Funcionalista e o Territorialista. Sendo que o Paradigma Funcionalista surge associado a uma visão economicista, como refere Guerreiro “O paradigma funcionalista assenta na perspectiva de que o desenvolvimento e crescimento são sinónimos e esta asserção surge coerentemente formulada no “Expert Report” da ONU de 1951, designado “Measures for Economic Development of Underdeveloped Countries”. Este documento apresentava as “chaves” para o sucesso: abertura das economias nacionais ao comércio e à estimulação da economia internacional, modernização através do processo de industrialização urbana e concentração social do capital nas mãos de um pequeno grupo de empresários.” (Guerreiro, 2008,p.7). O Paradigma Territorialista é centrado nos atores locais e nas especificidades das regiões e dos Territórios, conforme refere Henriques “O paradigma territorialista pressupõe “que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações.” (Henriques, 1990, p.51) e, que o desenvolvimento deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais” (Henriques, 1990, p.53).

Perante o exposto anteriormente o conceito de “desenvolvimento” tem vindo a acompanhar a evolução da sociedade, de forma a dar resposta aos problemas que vão surgindo em países, regiões ou territórios, através da economia e do constructo social. Aconteceu no passado, por exemplo, com David Hume (1711- 1776) e Adam Smith (1723-1790) e a economia clássica do fim do século XVIII, durante a revolução industrial. O mesmo sucedeu-se com Schumpeter (1883-1950), com a introdução da tecnologia como motor do desenvolvimento económico, ou mais recentemente durante a década de 80, com a irrupção das tecnologias de informação e comunicação e a globalização. Segundo Almeida citado por Pereira, “O Desenvolvimento pode ser considerado “como um processo de natureza multidimensional, tendo o ser humano como preocupação central. Nele inscreve questões como a melhoria generalizada das condições de vida material das populações, de acesso aos meios que garantam o seu bem-estar (habitação, saúde, educação, segurança social, etc.), o progresso da igualdade de oportunidades, liberdades cívicas e políticas, a proteção do ambiente...” (Almeida et al, 1994, citado em (Pereira,2012, pág.4).

Em Portugal antes do conceito de desenvolvimento local, surge o conceito de desenvolvimento comunitário, como refere Albino “ Entre os antepassados do recente “desenvolvimento local” são particularmente relevantes a concepção e as experiências de “desenvolvimento comunitário” levados a efeito nos anos 60 do século passado.

(Albino, p. 9) Surge assim o conceito de desenvolvimento local associado às condições de bem-estar das populações. Todavia e de acordo com Roque Amaro uma das ideias fortes do conceito de desenvolvimento “foi a associação ao conceito de “modernização”, definido como o processo de substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento (e dos meios rurais e dos setores económicos e das mentalidades com eles conectadas), pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento e dos meios urbanos e dos setores industriais e de modos de vida e de consumo a eles associados.” (Amaro, 2004, p.48). No entanto, de acordo com Amaro 2004, p. 80) citado por Revez “Foram processos de mudança, tendencialmente deste género que, a partir dos anos 80 se multiplicaram em Portugal, contribuindo para o aparecimento de dinâmicas e iniciativas, com origem na sociedade civil e/ou nos serviços públicos desconcentrados (escolas, centros de saúde, serviços locais de Segurança Social, centros de emprego, etc.) e/ou nas autarquias locais, em articulação com as comunidades locais, tendo como objetivo principal a resposta a problemas e necessidades fundamentais daquelas” (Revez,2014, p.121).

Ao abordarmos o conceito de desenvolvimento local, não podemos deixar de referenciar que este surge associado ao bem-estar e à melhoria das condições de vida das populações, como defende Rigueiro “Ao referirmo-nos ao conceito de Desenvolvimento Local é necessário atender a estes elementos, onde a expressão desenvolvimento local deve referir-se ao processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias e/ou grupos que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios” (Rigueiro, 2014, p.9).

Ainda relativo ao conceito de desenvolvimento referir o paradigma territorialista, segundo Henriques o paradigma territorialista pressupõe “que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respetivas populações.” (Henriques, 1990,p.51) e, que o desenvolvimento deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais” (Henriques, 1990, p.53). Seguindo a mesma ideia acentada no modelo territorialista Reis considera “O conceito de desenvolvimento local é alicerçado nos pressupostos do paradigma “territorialista e nas inúmeras e variadas experiências preconizadas no terreno em todo o mundo, inclusivamente em Portugal. O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social, de forma autónoma e participada, deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere, em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial.” (Reis, 2012, p.160).

Todavia e de acordo com Arocena, citado por Mota e que reforça a ideia de que o modo de olhar o local ganhou olhares diferenciadores “Com o desenvolvimento local, a forma de olhar e de atuar no território e no nível local ganhou um novo significado, principalmente num contexto global. Como Arocena (2002, p.17) afirma, o sucesso dos processos de desenvolvimento local fundamenta-se na forte componente identitária local que potencia os recursos locais, mas não deve menosprezar a sociedade global em que está inserida” (Mota, 2014, p. 18).

Atualmente e como defende Amaro, o conceito de desenvolvimento surge associado às ideias de progresso, felicidade e à justiça. Com a liberdade e a felicidade que o lugar e os territórios oferecem. Há lugares que oferecem liberdade, para eu estar comigo e com a minha família, em contato com a natureza, com a qualidade e o contato de relações de vizinhança. É sobretudo neste sentido que são bem vindos novos conceitos “conceitos alternativos ao desenvolvimento”, como a felicidade interna bruta, o wellbeing, o buen vivir, o florescimento humano, o ubuntu e o noflay”. (Amaro, 2017, p.105). É necessário pensar o desenvolvimento ou “pós-desenvolvimento” a partir do local, com as pessoas que habitam o local, projetando assim a sua felicidade e bem-estar, na sua plenitude e liberdade.

Consideramos que é a partir de projetos pensados e participados a partir do local que o desenvolvimento local deve estar assente, pois somos todos sujeitos de um local e fazemos simultaneamente parte do mundo global. Segundo a perspectiva de Roque Amaro surge um novo conceito no Pós-desenvolvimento e que é designado por “Desenvolvimento” e que segundo o mesmo autor quer dizer “a libertação dos “embrulhos”, envolvimentos e obstáculos, que impedem a afirmação e pleno desabrochar e florescimento de sementes e potencialidades, que estão ocultas, à espera de se realizarem”. Tal como as sementes lançadas à terra, que levam o seu tempo a desabrochar e a romper com a terra onde estão envolvidas e a vencer os obstáculos das ervas daninhas, das pedras e da terra mais dura, que vão encontrando pelo caminho.” (Amaro, 2017, p.105). De acordo com que esta última perspectiva consideramos que esta poderá contribuir para combater as desigualdades, as assimetrias e a exclusão social, pois há riquezas nas comunidades que não são devidamente valorizadas e que se devidamente exploradas e valorizadas tornão os locais lugares emancipatórios de felicidade.

Ao longo dos anos foram vários os problemas e constrangimentos que se fizeram sentir entre países e regiões quer a nível mundial, quer a nível nacional. De acordo com Rahnema citado por Mota “Acima de tudo esta nova corrente realça a necessidade das

comunidades locais encontrarem novos paradigmas que representem a sua realidade e que respeitem os seus valores e práticas culturais (Rahnema, 1997, p.382).

A corrente do “pós-desenvolvimento” salienta os sucessos dos movimentos sociais e as suas formas de organização e existência social, para criar alternativas ao “desenvolvimento”, em vez de continuar subjugada a uma condição uniformizadora e desligada das especificidades territoriais, nas suas diferentes vertentes (1997.p.400)” (Mota, 2019, p.8). É de realçar o papel dos Técnicos de Serviço Social, no âmbito do serviço comunitário prestado às comunidades, de acordo e como defende Domingues “é importante ter em conta que urge que se faça uma aposta no desenvolvimento local considerando, na mesma, o saber e a experiência acumulada durante décadas, desde os anos 60 em Portugal, no âmbito do desenvolvimento comunitário, por parte dos técnicos e corpo constituente do serviço social e do serviço social de comunidades. Estes profissionais, em colaboração com outros Técnicos, como Sociólogos, economistas entre outros e entidades, desenvolveram instrumentos de atuação que facilitaram escolhas em prol do desenvolvimento que se pretendia sustentador do exercício de cidadania e reflexo dos mais elevados padrões democráticos, procurando uma participação direta, ascendente e descentralizada.” (Domingues, 2021,p.39).

3.2 - Do global para o local - Pandemia vs desenvolvimento local

Sendo a Pandemia da COVID-19 um acontecimento Mundial e que desencadeou a maior recessão global desde a 2ª Guerra Mundial e teve o seu impacto não só nos grandes centros, mas também em territórios de interior, tendo o seu impacto no Desenvolvimento local dos mesmos. Este acontecimento apresentou duas nuances/distintas, por um lado trouxe alguma população que residia fora do território, devido ao teletrabalho, por outro acentou as vulnerabilidades. A pandemia da COVID-19 teve um grande impacto em territórios de interior, tornando-os ainda mais fragilizados e empobrecidos. Contudo, veio colocar novos desafios para o desenvolvimento local quer para territórios urbanos, quer para territórios de interior e considerados de Baixa Densidade colocando desafios para alguns setores de atividade, tais como o Turismo.

Como referenciado num dos pontos anteriores da presente investigação sobre a definição de Territórios de Baixa Densidade e cientes de que não há uma definição Universal dos mesmos, pois existem reptos de natureza metodológica, normalmente entende-se “ que estes territórios correspondem àqueles (típicamente, municípios ou regiões) que apresentam, como sugerido na Deliberação da Comissão Interministerial

de Coordenação Portugal 2020, densidades populacionais ou rendimentos per capita inferiores às médias nacionais.

“Em 2014, uma deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020, que viria a ser alterada no ano seguinte, recorrendo a uma abordagem multicritério em que, para além da densidade populacional, considerava também a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades, classificou a maior parte dos municípios de Portugal continental como de baixa densidade” (Carmo & Rêgo, 2020, p. 165).

Perante o que foi exposto anteriormente considerou-se importante referir que a Pandemia tardou a chegar à região do Alentejo, como referem Carmo & Rego “ No Alentejo, os primeiros casos de COVID-19, confirmados pela Direção Geral de Saúde (DGS), datam de 18 de março, duas semanas mais tarde que os primeiros casos ocorridos no país”. (Carmo & Rêgo, 2020, p. 165). Todavia e segundo a perspetiva dos mesmos autores, vários aspectos poderão ter contribuído para esta situação: escassez demográfica, áreas de povoamento concentrado, mobilidade reduzida. Estes aspetos terão contribuído como barreiras para a difusão espacial da doença.

Este acontecimento veio mostrar a importância que têm as entidades locais, tais como: Autarquias, IPSS, Escolas, Associações de Desenvolvimento Local, Associações como Bombeiros Voluntários entre outras, assim como a importância dos serviços proximidade que estas entidades oferecem com a população, dando respostas imediatas para as proteger e respondendo aos maior dos desafios deste século, veio realçar a sua importância no desenvolvimento local da comunidade e na coesão social das memas.

O Concelho de Barrancos não diferiu do que aconteceu no Alentejo, tardando a chegar os primeiros casos de COVID-19 a Barrancos. Segundo dados publicados na página do Facebook da Câmara Municipal de Barrancos, os primeiros casos identificados surgiram no dia 17 de julho de 2020⁹. O facto de de ser um território de Baixa Densidade e ter fracas acessibilidades terá contribuído para que estes casos tenham surgido mais tardiamente, comparativamente ao resto do país. Sendo que um dos picos de casos surgiu após o Natal de 2020, tal como aconteceu no resto do país, o facto das deslocações de pessoas oriundas de outros locais para as reuniões familiares terão contribuído para esta situação. De realçar que em Barrancos o Natal é

⁹ - <https://www.facebook.com/camaramunicipaldebarrancos>

comunitário, existindo fortes laços Identitários, o que trás sempre muitas famílias a Barrancos durante esse período.

O primeiro óbito segundo a mesma fonte, surgiu em janeiro de 2021, De acordo com os dados publicados pela CMB , mais dois no mês de fevereiro de 2021, registando-se um total de três óbitos, no período mais crítico da Pandemia da COVID-19. O maior pico de casos registou-se em novembro de 2021 com 62 casos, sendo o surto de maior duração com um total de 105 casos até ao final de 2021 (De acordo com a mesma fonte).

A primeira viagem a ser cancelada foi a do dia da Mulher no dia 8 de março e pela primeira vez não se realizaram várias festas, nomeadamente, a Festa de Agosto “Fêra”, A ExpoBarrancos e o Natal Comunitário, muito importantes na dinâmica Identitária da localidade. É de salientar que estas têm um grande impacto não só social como económico no Concelho. Pela primeira vez após a sua abertura definitiva encerrou a fronteira com Espanha (Barrancos-Encinasola), constituindo um grande obstáculo ao desenvolvimento local da localidade.

No Edital nº6/2020 publicado pela Câmara Municipal de Barrancos e de acordo com as autoridades de saúde determinou o encerramento dos seguintes equipamentos: Posto de turismo, Castelo de Noudar, Museu Municipal e de Arqueologia e Etnografia, Parque Infantil do Miradouro, Casa Murtuária (sendo as exéquias fúnebres realizadas na capela do Cemitério).

Quando surgiram os surtos com maior número de casos a população de Barrancos foi testada, sendo uma das testagens realizada a 13 de janeiro de 2021 e outra a 24 de novembro de 2021, através do Centro ABC – Algarve Biomedical Center. Havendo vários momentos de testagem, onde eram priorizados o pessoal de algumas entidades locais, tais como o Agrupamento de Escolas de Barrancos, Bombeiros Voluntários, ERPI e pessoal ligado à área da saúde.

Posteriormente como forma de retomar com a maior brevidade possível a rotina quotidiana, a 10 de dezembro de 2021 é publicado na página do Facebook da C.M.B o Programa de Testagem gratuita. Tendo em conta a situação Epidemiológica, a C.M.B decidiu formalizar um Protocolo de testagem COVID-19 com a Farmácia Barranquense. Em complementariedade com o SNS, o Município participou dois testes rápidos de antígeno, aos seus munícipes por mês civil e por utente, a partir de 12 de dezembro de 2021.

A vacinação em Barrancos iniciou tal como no resto do país, em janeiro de 2021, tendo o seu início com os utentes da ERPI e dos profissionais de saúde.

Como podemos observar na tabela nº1, parte maioritaria da população aderiu à vacinação, existindo um total de de 1379 Uteses vacinados, dos 1559 utentes inscritos no Centro de Saúde de Barrancos, o que corresponde a uma percentagem de 88,45% de utentes vacinados.

Tabela 1 - Total de Indivíduos vacinados no Concelho de Barrancos vacinação - COVID-19

Nº de Uteses Inscritos no Centro de Saúde	Nº de Uteses Vacinados	% de Uteses Vacinados
1559	1379	88,45%

Fonte: Centro de Saúde de Barrancos

Podemos todavia observar na tabela nº 2 que a menor taxa de vacinados corresponde à idade compreendida entre os 6 anos de idade e os 12 anos de idade, o que corresponde a (75%) de vacinados, talvez por algum receio dos pais face a uma vacina nova e todavia pouco conhecida.

Relativamente à IPSS local (Lar Nossa Senhora da Conceição) e de acordo com (E8), o vírus entraria mais tardiamente, quando os utentes já se encontravam vacinados, entraria a 14 de março de 2021 surgem os primeiros oito casos, não sendo uma situação tão problemática, como se tivesse ocorrido no início da Pandemia.

Tabela 2 - Vacinação por grupo Etário

Grupo Etário	Nº de Uteses Inscritos no Centro de Saúde	Nº de Uteses Vacinados	% de utentes vacinados
De 18 anos	1369	1217	88,90 %
12 anos -18 anos de idade	107	99	92.52%
6 anos -12 anos	83	63	75,9%

Fonte: Centro de Saúde de Barrancos

O facto da maioria da população ter aderido à vacinação, terá contribuído para um maior controlo da Pandemia da COVID_19, facto que terá minimizado o impacto negativo sentido pela mesma no desenvolvimento local, principalmente em setores como a restauração e o turismo, que em muito contribuem para o setor económico e para o desenvolvimento do local do Município, tendo facilitado o controle da mesma. De salientar o trabalho de proximidade que o Centro de Saúde prestou a toda a comunidade.

De acordo com o referenciado centrámos a nossa investigação no Concelho de Barrancos. Pelo que, se justifica a realização da caracterização geográfica do referido Concelho no ponto 3.3

3.3 - Caracterização Geográfica do Município de Barrancos

O município de Barrancos está situado na Margem Esquerda do rio Guadiana, integrado na região do Alentejo (Nut II), sub-região do Baixo Alentejo (Nut III), sendo simultaneamente sede de Freguesia e de Município, com uma população de 1438¹⁰, praticamente todos concentrados na vila de Barrancos, única localidade.

Localizado no Distrito de Beja, o Território do Município de Barrancos tem uma área de 168,4 KM², confinado a poente com os municípios portugueses de Moura (que dista 53,7 km) e de Mourão a 49,3 km), e a nascente pelos municípios espanhóis de Valencia del Mombuey (a 30 km), de Oliva de La Frontera (a 30,6 km), e de Encinasola (10 km). A sede de distrito (Beja) fica a 102 km e Évora fica a (107) km. A Capital Lisboa dista 250km¹¹

¹⁰ - Segundo os Censos 2021 – PORDATA

¹¹ - Diagnóstico Social de Barrancos (3ª atualização) – Conselho Local de Ação Social de Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, 5 de junho de 2019.

Na figura que a seguir apresentamos podemos observar a localização do Município Barrancos

Figura 2 - Localização do Município Barrancos



Fonte: <https://cimbal.pt/pt/menu/598/caraterizacao-do-baixoalentejo>

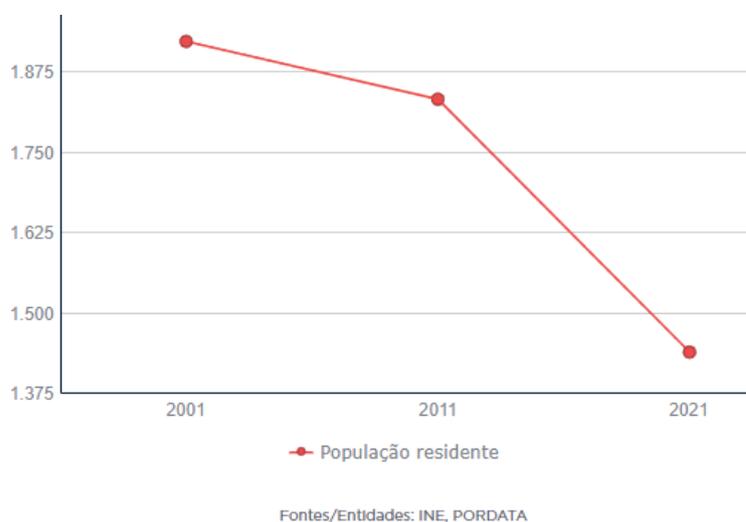
Barrancos é um território de baixa densidade onde as desigualdades sociais, como o desemprego, o envelhecimento da população estão a acentuar-se e simultaneamente o fraco tecido empresarial, isolamento geográfico constituem um constrangimento ao desenvolvimento local do Município. O ano 2020 foi marcado mundialmente pela Pandemia do COVID 19 tendo grande impacto económico, político, cultural e histórico sem precedentes na história recente das epidemias. A vida da comunidade alterou-se completamente a partir do mês de março de 2020. As viagens em grupo, promovidas pela autarquia local foram todas canceladas, sendo uma das primeiras a do dia 8 de março que coincidia com a comemoração do Dia da Mulher, o museu municipal, o posto de turismo e locais abertos ao público foram encerrados. A fronteira voltou a estar encerrada, gerando grande polémica na comunidade, por parte dos trabalhadores transfronteiriços que todos os dias tinham de fazer a deslocação para o seu local de trabalho pela fronteira de Ficalho/Rosal de la Frontera. A falta de clientes oriundos de Espanha na restauração fazia-se notar. Constituindo um marco importante nas relações transfronteiriças estabelecidas entre estes territórios de fronteira.

3.3.1. – População Residente

De acordo com o PORDATA ao longo dos últimos três momentos censitários, o Município de Barrancos, viu diminuir, sucessivamente, a sua população residente, tendo esta passado de 1.924 habitantes em 2001, para 1.438 habitantes em 2021. Segundo a mesma fonte verifica-se uma diminuição da população de -21.6% face aos dados censitários de 2011, sendo o Concelho do país que perdeu mais população a nível nacional.

No gráfico que a seguir se apresenta, podemos observar o decréscimo da população desde 2001 até 2021.

Gráfico 1 - Distribuição da População Residente no Concelho De Barrancos



3.3.2. – Atividade Económica

O município de Barrancos tem vindo a registar mudanças estruturais muito significativas. A atividade económica predominante no município de Barrancos estava ligada ao setor primário, que empregava quase 70% da população ativa em 1970. Desde essa época muitas alterações estruturais têm tido o município de Barrancos, que contribuíram para a contínua redução da mão-de-obra agrícola: os baixos salários e paupérrimas condições de vida, nos anos 1960-74; as migrações, interna e internacional (1960-80), que ainda hoje continuam, mas em menor escala; o novo modelo de desenvolvimento produtivo e de condições de trabalho, logo após o 25 de abril, com a fixação do salário mínimo, que levou a alterações na estrutura fundiária.

O poder local democrático, e a intervenção do Município (CMB) no desenvolvimento local (1976-90), com o início das principais infraestruturas básicas que Barrancos hoje apresenta - água e o saneamento básico, primeiro, e depois, na fase seguinte. os equipamentos coletivos desportivos, culturais, sociais, etc; - que necessitavam de mão-de-obra, contribuiu também para esta alteração de modelo económico e produtivo.

Simultaneamente, a partir dos anos 1990, outras áreas e/ou setores ganharam alguma representatividade: a indústria de transformação de carne de porco preto, a construção civil, e empresas ligadas aos serviços de restauração, alojamento e bebidas.

No município de Barrancos, com solos maioritariamente de classes E ou D, com domínio de pastagens permanentes, a atividade agrícola praticamente não existe ou é nula. As pequenas hortas, para consumo de família ou subsistência, que ainda existem estão situadas à volta da vila.

No entanto, no território, tem grande peso económico a atividade relacionada com a agropecuária – com elevado número de efetivos de gado bovino, ovino, caprino e suíno, sobretudo porco preto alentejano – mas sem representatividade proporcional.¹²

3.3.3 – O Turismo

O município de Barrancos tem imensas potencialidades neste aspeto, daí que o turismo tenha vindo a aumentar nos últimos anos, ainda que não tanto como seria exetável e desejável. De acordo com ICNF13, no território do município de Barrancos, estão aprovadas e registadas 51 Zona de Caça, das quais 21 associativa e 30 turísticas.

No território municipal sobressai, pela sua importância, o Parque de Natureza de Noudar (PNN), localizado na Herdade da Coitadinha, por ‘detrás-dos-montes’ entre o serpenteado do rio Ardila e da ribeira de Múrtega, encaixado entre cumes e colinas na proximidade da vila de Barrancos (Alentejo, Portugal). O caminho desde a entrada do Parque até ao castelo de Noudar, atravessa uma extensa área de montado de azinho que termina com vista majestosa para a confluência das duas linhas de água.

De acordo com ICNF14, no território do município de Barrancos, estão aprovadas e registadas 51 Zona de Caça, das quais 21 associativa e 30 turísticas. A caça, enquanto produto turístico, daquilo que se designa genericamente por turismo

¹² - Diagnóstico Social de Barrancos (3ª atualização), Conselho Local de Ação Social de 5 de julho de 2019. P.56

cinagético, deverá ter uma importância estratégica fundamental para Barrancos, contribuído para o desenvolvimento económico e de dinamizador da atividade turística.

3.3.4 - Desemprego

De acordo com o mesmo documento e com base nos dados do INE e do PORDATA (2021), verificamos que nos períodos censitários, a taxa de desemprego em Barrancos tem sido sempre elevada, e quase sempre superior à da região, salvo no ano 1981. Como podemos observar na tabela que a seguir se apresenta, a taxa de desemprego em 2021 é (10,6%) (PORDATA).

Tabela 3 - Taxa de desemprego segundo os Censos: total (%)

Anos	1960	1981	1991	2001	2011	2021
Barrancos	3,3	11,6	14,6	22,1	16,6	10,6%

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Atualmente as principais entidades empregadoras do Concelho de Barrancos são a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, o Agrupamento de Escolas de Barrancos, o Parque de Natureza de Noudar (este último estando ligado ao turismo, (tem também alguma oferta sazonal) e a IPSS local “Lar Nossa Senhora da Conceição”. Para além destas entidades as duas fábricas de transformação de Carnes também são duas importantes entidades empregadoras.

3.3.5 - Caracterização da População Empregada no Concelho de Barrancos

Tabela 4 - Caracterização da População Empregada no Concelho de Barrancos

População Empregada no Concelho de Barrancos	População empregada na Indústria e Construção	População Empregada nos Serviços	Trabalhadores por conta de outrem	Empregadores	População Empregada na Agricultura
Barrancos	17,7%	68,4%	457	47	13,8%
Varição face a 2011	-3,8 p.p	+ 0,2% p.p	- 18,2%	+ 2,2%	+ 3,6%

Fonte: PORDATA (Consulta efetuada em março de 2023)

Através da tabela anteriormente apresentada e segundo os dados do PORDATA, podemos observar que (17,7%) da população de Barrancos trabalha na Indústria o que corresponde a um decréscimo de -3,8% relativamente a 2011. Já no que diz respeito à população empregada nos serviços verifica-se que (68,4%) da população residente em Barrancos trabalha nos serviços, verificando-se um aumento de (0,2% p.p) em relação ao ano de 2011. No que toca a trabalhadores por conta de outrem, podemos observar 457 indivíduos, o que corresponde a uma variação de (-18,2%) em relação a 2011. Podemos todavia observar que existem 47 empregadores o que corresponde a uma percentagem maior em relação a 2011, com um aumento de (+ 2,2%). Um outro setor importante no Concelho de Barrancos, diz respeito à Agricultura, o qual corresponde a uma percentagem de (13,8%) verificando-se uma variação de +3,6% relativamente a 2011.

Segundo é referido no Diagnóstico Social do Concelho de Barrancos (3ª atualização) e em relação a atividades comerciais "(...) "a Vila de Barrancos tem 10 estabelecimentos comerciais de produtos alimentares - três minimercados, e sete lojas tradicionais, incluindo dois talhos. Há, ainda, quatro lojas multiusos; três drogeries; duas lojas de eletrodomésticos; uma loja de mobiliário; uma de materiais de construção civil; uma de ração para animais; uma sapataria e duas padarias. A loja local da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos, para além da recolha da azeitona, vende azeite, alfaias agrícolas entre outros produtos agrícolas.

No setor da restauração e bebidas, Barrancos tem quatro restaurantes, incluindo o do Parque Natureza de Noudar, e 14 outros estabelecimentos de bares/cafés e similares.”¹⁵

A seguir apresentamos a caratização da população residente de Barrancos face ao nível de escolaridade, de acordo com os dados publicados no PORDATA:

Tabela 5 - Caraterização da População residente segundo o nível de escolaridade

Escolaridade População de Barrancos	População Analfabeta	População com o 4º ano (15 e mais anos	População com o 9º ano	População com o 12º ano e mais anos	População com o Ensino Superior
Barrancos	84	23, 9%	18, 5%	26,9%	8,1%
Varição face a 2011	- 44,4	-3,6 p.p	+ 0,4%	+ 9,2 %	+ 2,2%

Fonte: PORDATA (Consulta efetuada em março de 2023)

Através dos dados apresentados na tabela nº5 podemos verificar que em Barrancos existem 84 indivíduos analfabetos, o que corresponde a um decréscimo de (-44,4%) em relação a 2011. No tocante ao 4º ano de escolaridade verifica-se uma variação de (-3,6 %) relativamente a 2011. Podemos todavia observar que 18,5 % tem o 9º ano de escolaridade verificando-se um aumento de + 9,2% em relação a 2011. Também obervamos que 26,9% da população tem o 12º ano, com uma variação de +9,2% relativamente a 2011. No ensino superior também observamos que houve um aumento de + 2,2%, sendo que 8,1% da população tem o ensino superior. Verifica-se assim um aumento na escolaridade da população a partir do 9º ano até ao ensino superior.

No que concerne ao 9º ano e 12º ano, terá contribuído para este aumento, os Cursos de Educação e Formação de Adultos que visam melhorar os níveis de habilitação escolar e Profissional.

¹⁵ - (Diagnóstico Social de Barrancos, 3ª Atualização, 2019, p.64,CMB)

3.3.6 – Identidade Cultural do Concelho de Barrancos

Ao longo dos tempos fixou-se um conceito de subcultura, popular ou minoritária, que remete para um processo elitista de estratificação cultural e social. Mas sabemos que as diferentes ordens culturais têm modos próprios de ação, de consciência, de valores e determinação histórica, de acordo com a alteridade dos costumes e a trajetória humana. Neste sentido, a cultura é historicamente reproduzida na ação, em continuidade com um passado significativo, e na incorporação de ideias e representações vinculadas ao pensamento e à vontade política e económica das elites dominantes (Simões, 2021, p. 18). Nesta perspetiva, Barrancos caracteriza-se por ter uma forte identidade cultural, “construída ao longo da sua história, assente nos costumes e tradições, nas festas de agosto, no natal, nos quintos e sobretudo na língua, para o qual terão contribuído vários fatores, tais como: o isolamento geográfico; a indefinição da fronteira durante os conflitos bélicos entre Portugal e Castela; a origem maioritariamente espanhola dos seus habitantes até ao início do séc. XX; o contacto com as populações do país vizinho; a Guerra Civil Espanhola; o contrabando, e a resistência na defesa e preservação dos costumes e tradições face à cultura regional e nacional.” (Domingues, 2003, p.96).

“Barrancos assume-se como uma subcultura no seio daquilo que é a cultura Alentejana. O Município de Barrancos encontra-se assim, unido por um conjunto de valores partilhados pelos seus membros.” (Domingues, 2002, p.90). Como defende Navas (2017), o contrabando passou a ser uma importante troca de pessoas e bens entre as comunidades vizinhas espanholas e Barrancos. Durante os anos quarenta e cinquenta até à década de setenta, dezenas de homens e mulheres barranquenhos marchavam diariamente por caminhos não trilhados, carregando às costas sacos de mercadorias necessárias para as terras próximas espanholas. É notórios também os laços de solidariedade estabelecidos com as populações vizinhas no período da Guerra Civil de Espanha, tendo sido distinguido o povo de Barrancos com a Medalha de Extremadura, em 2009.¹⁶ Na perspetiva de Simões, Barrancos apresenta uma “identidade – resistência fundada na interdependência económica e na diversidade cultural, baseada em valores e práticas que situam a solidariedade e não o mercado no lugar central. (...) exemplo de uma comunidade periférica que se reinventa na defesa de costumes e tradições, na fronteira entre o passado e o futuro, o desterritorializado e o territorializado.” (Simões, 2021, p. 42). Salienta-se também a importância da Língua como um elemento da identidade cultural (Navas, 2017), com o reconhecimento do

¹⁶ “ (...) “em 2009 o “Povo de Barrancos” foi distinguido com a “Medalha de Extremadura”, o máximo galardão institucional da Comunidade Autónoma de Extremadura, símbolo do reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento (Simões, 2021, p.7).

Barranquenho através da Lei n.º97 de 30 de dezembro de 2021. A Lei “reconhece e estabelece medidas para a proteção, promoção e valorização do Barranquenho e da sua identidade cultural, o direito a cultivar e promover o Barranquenho, enquanto veículo de transmissão do património cultural imaterial, instrumento de comunicação e elemento de reforço de identidade da população de Barrancos. Neste âmbito é reconhecido o direito à aprendizagem do Barranquenho nas escolas, em articulação com a autarquia local e o agrupamento escolar, em termos a regulamentar pelo Ministério da Educação. É permitido a emissão de documentos, a instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho, acompanhados de uma versão em Barranquenho. É reconhecido o direito a apoio científico e educativo, visando a investigação académica, a promoção da constituição de centros de estudo e documentação, o desenvolvimento de uma convenção ortográfica e a formação de professores de Barranquenho e da cultura local.”

Capítulo 2 – Desenho Metodológico do Estudo

A fase da metodologia caracteriza-se pelo conjunto dos métodos e técnicas que guiam a elaboração do processo da investigação científica, em que se determinam os métodos que se utilizará para obter as respostas às questões de investigação colocadas.

1 – Objetivos

O presente estudo propõe-se analisar o impacto da Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos, sistematizando os objetivos que sustentam a investigação da seguinte forma:

Objetivo Geral:

- Analisar o impacto da Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos.

Objetivos específicos:

- Identificar as dificuldades originadas pela Pandemia da COVID-19 na perspetiva dos *Stakeholders* no Concelho de Barrancos
- Identificar as oportunidades de cada um dos *Stakeholders* em função da sua ação específica no território
- Identificar as dinâmicas da Rede Social com vista ao fortalecimento da Coesão Social e Desenvolvimento Local
- Identificar expetativas face ao futuro

2 - Tipo de estudo

Em relação ao tipo de estudo, optou-se por um estudo de caso de carácter exploratório e descritivo, mais concretamente um estudo de caso, pois pretende-se uma análise pormenorizada da realidade, segundo Yin citado por Wesley et Charbel “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real” (2005, p.32). (Wesley & Jabour, 2011, p. 11).

Vários autores, tais como: (Goode e Hatt, 1979; André, 1984; Lüdke e André, 1986; Triviños, 1992; Yin, 1994; Chizzotti, 2000; Stake, 2000), consideram que o que caracteriza o estudo de caso é a análise em profundidade do objeto e a preocupação com a sua especificidade.

Considera-se assim, um estudo de caso aprofundado de determinada comunidade ou realidade. Segundo Stake (2000), citado por Peres et Santos “somente pode ser considerado um caso passível de análise científica um sistema delimitado, integrado, unitário e multidimensional, ou seja, um todo composto por distintas facetas. Consequentemente, presume-se que nem todos os objetos podem ser estudados cientificamente mediante o emprego da estratégia metodológica em questão.” (Peres & Santos, 2005, p. 111).

3. Metodologia

Delineados os objetivos da investigação e o tipo de estudo, podemos dizer que se optou por uma metodologia qualitativa.

Segundo a perspectiva de Vilelas “(...) As pesquisas qualitativas são na maior parte dirigidas para a descoberta, identificação, a descrição aprofundada e a formação de explicações”. (Vilelas, 2020,p.20). Para Haguette (1995) “ o método qualitativo permite uma mais profunda compreensão de determinados fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspeto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas Societais” (Haguette, 1995, pp.63).

4. Participantes no estudo

Os participantes da presente investigação foram selecionados de acordo com a sua representatividade na dinâmica e expressividade no desenvolvimento local do Concelho de Barrancos e representantes no CLAS. Foram apicadas 11 entrevistas, (as

entrevistas foram realizadas de junho a outubro de 2022) nomeadamente autarcas em funções durante o período de Pandemia – COVID19, Presidente da Câmara Municipal de Barrancos, sendo o responsável máximo pelo serviço Proteção Civil e pelos Pelouros da Diplomacia Económica, Finanças, Obras e Licenciamento, Ordenamento do Território e representação Institucional, Vereadora responsável pelos Pelouros da Ação Social, Educação, Cultura, Desporto e Juventude e Feiras e Eventos e a Vereadora responsável pelos pelouros do Turismo e Património, Recursos Humanos, Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem Institucional, Formação, Inovação e Novas Tecnologias, Cidadania “Barrancos Verde”, Diretor adjunto do Centro de Emprego e Formação Profissional de Beja – Serviço de Emprego de Moura, Vice-Presidente do Agrupamento de Escolas de Barrancos, Diretora Técnica do Lar Nossa Senhora da Conceição, Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Barrancos, Presidente da Associação “A Estêva”(Associação para o Desenvolvimento de Barrancos), Enfermeira do Centro de Saúde de Barrancos e o Coordenador Municipal da Proteção Civil (CMPC), Assistente Social da Segurança Social – Serviço Local de Barrancos.

5. Instrumentos de recolha de dados

Tendo em consideração os objetivos propostos e a natureza qualitativa da investigação, recorreu-se a um conjunto de técnicas usuais nas Ciências Sociais, nomeadamente a pesquisa documental e bibliográfica de fontes diversificadas (exemplos livros, artigos científicos, jornais, revistas, Dissertações de Mestrado e Doutoramento, fontes documentais: INE e PORDATA) e entrevistas semiestruturadas. Considerou-se que as teorias são o pilar de qualquer investigação em ciências sociais, pois auxiliam-nos na construção do conhecimento e é a partir delas que tomamos o primeiro contato com alguns conceitos. A pesquisa bibliográfica e documental são importantíssimas para a elaboração do enquadramento teórico, de acordo com Vilela “ (...) uma revisão da literatura independentemente da forma como é realizada tem como principal objetivo resumir o estado da arte num determinado campo. Neste sentido uma revisão da literatura é mais do que apenas uma junção de visões sobre determinado tema, mas sim deve possuir uma avaliação crítica das teorias, bem como um debate teórico amplificado.” (Vilelas, 2020, p. 99).

Considerou-se a entrevista semiestruturada a melhor técnica para recolher informação, de acordo com Moreira (1994) pretende-se aplicar a entrevista semiestruturada pois há uma maior margem para explorar e recolher informação “ já no

caso das entrevistas semiestruturadas, o entrevistador faz sempre certas perguntas principais, mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informação. O entrevistador tem assim, possibilidade de adaptar este instrumento de pesquisa ao nível da compreensão e recetibilidade do entrevistado”. (Moreira, 1994, p. 133). Concomitantemente e de acordo com Bell “(...)as entrevistas não-estruturadas centradas à volta de um só aspeto e conduzidas por um entrevistador habilidoso podem fornecer dados valiosos. (...) uma conversa sobre um determinado tópico, pode ser interessante, podendo fazer-nos compreender melhor um problema”. (Bell , 1997, p. 121). Todavia para Vilela “ As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de relatar as suas experiências e vivências sobre o tema proposto. O investigador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas antes deve enquadrar as questões num contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. (Vilelas, 2020, p. 351).

Relativamente às onze entrevistas realizadas, 5 entrevistas foram realizadas presencialmente e sete enviadas via email porque alguns dos entrevistados não se encontravam a residir no Concelho de Barrancos no momento da aplicação das mesmas, seis dos participantes optaram por responder via email por ser mais fácil na gestão e conciliação da sua vida profissional e pessoal. Para a realização das entrevistas foi apresentado a declaração de consentimento informado (Ver Apêndice III.). Foram disponibilizados contactos (telefónico e endereço de email), para esclarecimentos ou dúvidas que pudessem surgir. Todos os Participantes nesta investigação mostraram total abertura e interesse em colaborar na realização desta investigação.

6. Tratamento e Análise de Dados

Para analisar a informação recolhida através das entrevistas semiestruturadas recorreremos à análise de conteúdo, mais concretamente análise categorial, pois permite ao investigador descodificar e interpretar a informação. Permite fazer uma interpretação do objeto de estudo, independentemente dos seus valores e representações. Este processo é útil, especificamente na análise de entrevistas semiestruturadas, pois trata de forma metódica e precisa todas as informações e testemunhos que denotam um certo grau de complexidade, permitindo a sistematização e categorização da informação recolhida.

De acordo com Bardin “ A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento mas de um leque de

apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” (Bardin, 1991, p. 31).

Todavia Guerra refere que “ A análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito. De facto, quando falamos em investigação empírica, falamos de uma série de operações como descrever fenómenos (nível descritivo), descobrir as suas co-variações ou associações (nível correlacional) e grosso modo objetivo de análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo) e grosso modo correspondente a análise tipológica.” (Guerra, 2006, p. 69).

Na perspetiva de Vilelas “(...) a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas de interpretação da comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (Vilelas, 2020, p. 432).

Capítulo 3 - Análise e Discussão dos Dados Obtidos

1. Caracterização dos Entrevistados

Relativamente ao grupo de entrevistados em termos de caracterização por sexo é constituído por cinco (5) mulheres e cinco (5) homens. Ao nível da estrutura etária, o grupo de indivíduos entrevistados situa-se no intervalo entre os 34 e os 74 anos de idade. Sendo que seis (6) dos entrevistados eram dirigentes Públicos no período da realização das entrevistas, um dos entrevistados era dirigente de duas Associações Locais, uma Assistente Social da IPSS Local, uma Assistente Social da Segurança Social (do Serviço Local), uma enfermeira do Centro de Saúde e o Coordenador da Proteção Civil (CMPC). É de salientar que foram aplicadas 11 entrevistas, sendo que um dos Participantes era dirigente de duas Associações locais, como explanado anteriormente.

2. Constrangimento Sentidos Durante a Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Tabela 6 - Constrangimentos sentidos durante a Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub-categoria	Frequência de Registo
Dificuldades sentidas Durante a Pandemia da COVID-19	Articulação	Falta de informação uniformizada	(E1), (E7)
		Desconhecimento da Situação	(E7), (E11)
		Dificuldade Implementação de projetos	(E 7); (E10)
	Restrição de Liberdade	Encerramento de Fronteira	(E1), (E8), (E10)
		Isolamento	(E8); (E11)
		Impedimento de Circulação	(E2)
		Distanciamento Social	(E5); (E9)
		Medo	(E3)
		Escassez de Recursos Humanos e de equipamentos Higienização dos Espaços	(E5/E6), E (10)
	Suspensão apoio/atendimento presencial	Capacidade de adaptação e de respostas inovadoras	(E9), (E4)
Facilidade de Resolução de Problemas		(E10)	

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos constrangimentos sentidos durante a Pandemia da COVID-19 e de acordo com os Participantes do estudo, destacam-se vários constrangimentos que foi possível categorizar, tal como podemos observar na tabela nº6, nomeadamente ao nível da articulação, da restrição da liberdade e da suspensão e apoio presencial por parte das várias entidades e serviços.

Podemos verificar que inicialmente foi difícil lidar com uma situação nova e completamente desconhecida, onde a informação era praticamente inexistente, uma situação, à qual rapidamente tivemos que nos adaptar, adotando as recomendações emanadas pela DGS, exigindo uma grande articulação entre as várias entidades, uma situação que exigiu flexibilidade e capacidade de resolução imediata para os problemas, que iam surgindo. Tendo em linha de conta os contributos de Caldas et al “A disseminação da COVID-19, foi mais rápida e generalizada do que as anteriores pandemias, não pode ser só associada às características do próprio vírus e à sua

elevada transmisibilidade (...) a velocidade e os padrões da sua dessiminação evidenciam a relevância de fatores sociológicos e geoeconómicos, como fluxos migratórios e turísticos ...” (Caldas et al, 2020, p.8) conduzindo à redução da liberdade, condicionando a vida em sociedade, tal como estávamos habituados, como podemos verificar através da narrativa de (E2) e de (E1):

“Na minha perspetiva os principais constrangimentos situaram-se ao nível da redução de liberdades, sobretudo de circulação, da atividade económica, do encerramento de estabelecimentos (escolares, restauração, IPSS,etc).” (E2).

“Desconhecimento de todos: como situação/problema novo, não havendo lições apreendidas nos últimos anos em Portugal, havia muita dificuldade em recolher informação. A própria DGS/SNS, teve dificuldades de comunicar assertivamente os melhores procedimentos a tomar pelas diversas entidades envolvidas” (E1).

O isolamento e o Distanciamento social, o medo, também foram alguns dos constrangimentos sentidos e identificados pelos entrevistados, impondo uma rutura na vida quotidiana das pessoas, tal como podemos verificar através das respostas de (E11), (E3) e (E8):

“O primeiro constrangimento foi o medo do desconhecido, pois ninguém sabia com o que estávamos a lidar. Depois o medo gera desconfiança e psicologicamente creio que todos ficámos bastante afetados. Estivemos a lidar com algo novo e o ser humano é muito avesso a mudanças de rotinas; essas alterações das nossas rotinas diárias, foi algo que nos afetou a todos.” (E3);

“Na minha perspetiva, a Pandemia da COVID-19 veio fazer com que as pessoas ficassem mais isoladas mais refugiadas nos seus domicílios e como era uma situação desconhecida para o ser humano foi com dificuldades que enfrentámos esta situação (E11);

“Os principais constrangimentos foi o facto de não podermos estar à vontade com a família e amigos sempre com receio do risco de transmissão do vírus.” (E8)

De realçar que os primeiros procedimentos adotados nesta Pandemia, foram muito semelhantes ou praticamente os mesmos que foram aplicados durante a “Gripe Espanhola” ou outras Pandemias antecedentes a esta última. Segundo a perspectiva de Almeida e conforme descrito no enquadramento teórico “De acordo com a época em que ocorriam, os Estados reagiram de várias formas “Com medidas restritivas que privilegiaram os cordões sanitários e as quarentenas, e que tinham consequências económicas por vezes tão devastadoras como a própria doença”. (Almeida,

2014,p.690). Por outro lado, a Pandemia da COVID-19 exigiu uma proximidade e partilha entre diversas áreas de atuação e de conhecimento.

“Esta Pandemia exigiu uma grande articulação e flexibilidade por parte das entidades, de modo a encontrar soluções rápidas e que fossem bem-sucedidas, tal como é referenciado por (E7) “A COVID-19 foi algo completamente novo que obrigou a que todas as entidades locais, cada qual na sua área de competências, se envolvesse no sentido de encontrar soluções e formas de atuação que permitissem minimizar os impactos tão negativos na vida das pessoas e das instituições” (E7).

Como consequência do distanciamento social, foram obrigadas a encerrar várias instituições, organizações e empresas e foram bloqueadas as passagens entre países.

Tal como aconteceu no resto do mundo e sendo Barrancos, uma localidade fronteiriça, o encerramento da fronteira também foi considerado como um dos constrangimentos sentidos pela Pandemia, colocando o Concelho todavia, mais isolado e tendo impacto no desenvolvimento local do mesmo, como é referenciado por (E1) e (E10).

“Por questões de segurança e determinação dos estados-membros, foi determinado o encerramento das fronteiras, trazendo para alguns cidadãos que trabalham em território espanhol, muitos grandes e graves problemas laborais, principalmente no processo de circulação entre países, bem como a atividade laboral de cidadãos espanhóis que tinham e têm a atividade profissional em território português (E1). Todavia, foi anotado como constrangimento, a dificuldade em implementar alguns projetos, com impacto no Desenvolvimento do local do Concelho, como é apontado por (E10) “ (...) Durante o período da Pandemia o maior constrangimento foi de não poder implementar os projetos que tínhamos delineados, muitos deles de âmbito socioeconómico bastante importantes para o desenvolvimento do Concelho.” (E10).

Através dos dados apresentados verifica-se que a articulação entre as várias entidades foi muito importante para solucionar ou colmatar os constrangimentos sentidos pela Pandemia da COVID-19, minimizando os seus impactos.

Por último é de salientar a importância que teve o CCOM (Comissão de Coordenação de Operações Municipal), no controle da Pandemia – COVID - 19 no Concelho de Barrancos, como podemos observar na resposta de (E10): *“ No entanto, através do CCOM (Comissão de Coordenação de Operações Municipal, constituída pela CMB/Proteção Civil e JF, Bombeiros Voluntários e por todas as entidades de âmbito Social (IPSS), Educação (Agrupamento de Escolas de Barrancos), Saúde*

(Centro de Saúde de Barrancos) e Desportivas (BFC) foi delineado um plano de contingência para pôr no terreno e implementar todas as medidas preventivas que eram emanadas pela DGS. Além disso este organismo era também responsável pelo acompanhamento dos casos de infeção no Concelho.” Através deste organismo agilizou-se um trabalho que minimizou e controlou a Pandemia no Concelho de Barrancos, tendo um papel muito importante na prevenção e no controle dos casos que iam surgindo, minimizando o impacto da mesma neste território.

3. Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local

Tabela 7 - Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local

Dimensão de Análise	Categorias	Sub - categorias	Frequência de Registo
Impacto da Pandemia a Nível Local	Social	Discriminação	E9; E1, E11, E3, E8, E10
		Desconfiança	E9, E1
		Redes formais e informais	E1
	Saúde	Reorganização dos serviços e metodologias de trabalho	E4, E8,
		Reforço consciência de proteção individual e coletiva/Proteção	E1, E7
	Económico	Impacto no Turismo, Festas e Eventos Locais	E11, E10; E7, E3, E8, E7 E1, E2, E5/E6
		Impacto no Comércio local, restauração, cabeleireiro,	E2, E3, E 5/E6, E10, E11
	Psicossocial	Isolamento	E10

Fonte: Elaboração da própria

No que diz respeito ao impacto da Pandemia a nível local, podemos verificar que os principais impactos apontados pelos participantes são: a nível Social, da Saúde, económico e Psicossocial.

Inicialmente e face ao desconhecimento da situação, houve situações que quando alguém estava positivo era discriminado, como ilustra a narrativa de (E1): *“Discriminação Social: Um dos aspetos, compreensivo, mas lamentável, no início da Pandemia, foi o facto de alguns cidadãos discriminarem negativamente aqueles que estavam positivo e ficavam em isolamento profilático”* e de (E9): *“Com a Pandemia começamos a olhar o outro como um potencial perigo e provavelmente o confinamento e conseqüente distanciamento social teve forte impacto social e local ... sobretudo numa*

localidade de pequena dimensão como é Barrancos, onde o contacto e interação com o outro é muito frequente, onde se promove o bem-estar e sentido de pertença.”

A “Expulsão do outro”, quando era visto como ameaça, potenciou e ampliou situações de isolamento e de desconfiança. Sendo que esta situação já se tinha verificado, com a Peste Negra, como refere Boaventura de Sousa Santos “A Peste Negra trouxe consigo bodes expiatórios, a estigmatização de vários grupos minoritários, como Judeus, frades, estrangeiros, mendigos, peregrinos, leprosos e ciganos (Roma), acusados de propagar a epidemia.” (Santos, 2020, p.59).

Contudo e apesar da discriminação apontada, a quem estava positivo também foi criada uma rede apoio, quer formal, quer informal, onde o papel das entidades locais no apoio prestado à população foi muito relevante, como podemos verificar através da narrativa descrita por (E1):

“No entanto, muitos houve, felizmente, que se disponibilizaram para ajudar aqueles que tinham a obrigatoriedade legal de ficar em isolamento, promovendo-se uma rede de apoio social, quer pela vizinhança, familiares, amigos, mas também através e assente nas entidades como, câmara, bombeiros, farmácia, centro de saúde, ERPI...” (E1).

A consciência da auto proteção individual e coletiva traduzida na reorganização dos serviços das diferentes entidades, “ (...) A Pandemia trouxe consigo também a reorganização de metodologias de trabalho, em entidades onde não foi possível implementar o teletrabalho, de modo a assegurar os serviços, trabalhando em formato espelho”. (E1) tal como é referenciado por (E1).

Os Participantes consideraram também, que a Pandemia da COVID-19 teve um grande impacto na economia do Concelho, no turismo, no comércio, restauração, como refere (E2):

“ (...) Como resultado dos constrangimentos apontados resultou a paralisação de toda a atividade económica, o que foi extremamente negativo.” (E2).

É de salientar que no início da Pandemia da COVID-19, o número de casos registados não foi muito significativo, não existindo um número elevado de mortes e também não houve grandes surtos, no que diz respeito à fase mais crítica desta Pandemia. É importante salientar que foram criados apoios em várias áreas pela Autarquia, como nos é referenciado por (E7):

“Sob o ponto de vista das questões de saúde propriamente dita, não temos um número elevado de mortes a lamentar e também não tivemos grandes surtos de infeções no período mais crítico (antes da vacinação da população).

Ao nível económico-social, procurámos criar condições (através de programas municipais) para minimizar os impactos da pandemia na vida das pessoas e das empresas.” (E7)

Não obstante é de realçar também a preocupação e a articulação na área da educação, que repentinamente teve que se adaptar a novas metodologias de trabalho, verificando-se uma boa articulação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Barrancos, encontrando soluções, como ilustra a narrativa de (E7): *“ (...) Na área da educação (área muito sensível e preocupante) também trabalhamos em articulação com o AEB para no sentido de encontrar soluções que minimizassem os efeitos da pandemia.” (E7).*

É também focado pelos participantes que a ausência de festas teve um grande impacto, quer social quer económico, pois são dinâmicas identitárias muito importantes na vitalidade do Concelho de Barrancos, como nos é apontado por (E5/E6) e (E10):

“Na primeira fase da pandemia os impactos no bem-estar das pessoas e na economia local foram grandes. Numa terra pequena em que o contacto social é grande houve uma retração com as pessoas a isolarem-se, quase com medo uma das outras, com muitas pessoas a não sair de casa, o que as afetou psicologicamente.

Na economia local o impacto foi também negativo, porque além de não se realizarem as habituais festas anuais e outras, que sempre dinamizam o comércio local, porque atraem muitos visitantes, o setor da restauração e cafés esteve muito tempo encerrado, o que causou grandes prejuízos aos empresários e trabalhadores deste ramo.” (E5/E6).

“ (...) O impacto económico também se sentiu bastante pois foram 2 anos em que muitos eventos e festejos não se realizaram, como por exemplo a ExpoBarrancos e as Festas Locais.” (E10).

O facto de Barrancos ser considerado um Território de Baixa Densidade, com um tecido empresarial fragilizado, com uma capacidade empreendedora muito débil, não existindo assim ofertas de emprego, constituem os apoios sociais uma componente importante, dando resposta à população que se encontra desempregada e dependendo de Entidades como a Autarquia, sendo que um dos participantes considerou que os efeitos da Pandemia da COVID-19 não se fez sentir, tal como nos ilustra o testemunho de (E3):

“Sendo o Concelho de Barrancos muito dependente da Câmara Municipal creio que grande parte da população não sentiu efeitos da pandemia a nível financeiro. No entanto o comércio local foi bastante afetado, nomeadamente a restauração e alguns serviços como cabeleireiros.” (E3).

4. Avaliação do Trabalho em Rede

Tabela 8 - Avaliação do Trabalho em Rede

Dimensão de Análise	Categorias	Sub-categoria	Frequência de Registo
Avaliação do Trabalho em Rede	Aspetos Positivos	Reforço do trabalho em Parceria	E7, E2, E3, E4, E10
		Melhoria das relações interinstitucionais	E5/E6, E1, E11, E9, E3
		Relação de Proximidade com a População	E1, E5/E6, E10
		Novas Metodologias de trabalho	E8, E1, E10

Fonte: Elaboração própria

No que concerne ao trabalho em Rede e de acordo com os dados obtidos através das entrevistas aplicadas, são a destacar, essencialmente, os aspetos positivos do trabalho em rede, nomeadamente, o reforço do trabalho em parceria, permitindo uma maior proximidade entre Parceiros e conseguir assim chegar às soluções mais adequadas, para a situação vivenciada na altura. Como podemos verificar através das narrativas de (E7), (E2), (E11), (E4), (E10).

“Foi uma experiência totalmente nova, ninguém sabia como havia de relacionar-se com o meio envolvente. A Rede criada pelo Município foi muito importante. A dinâmica do trabalho em parceria resultou em pleno. A proximidade era permanente, as decisões discutidas diariamente e por todos participadas, permitiram chegar a bom porto com as medidas, por vezes penalizadoras que era necessário tomar.” (E2).

Para além do reforço do trabalho em parceria, destaca-se também a cooperação estabelecida entre os vários parceiros, quando foi necessário encontrar respostas numa situação limite, destacando-se a relevância que teve o trabalho em Rede, para enfrentar o risco, dando uma resposta integrada, como é mencionado na narrativa de (E4):

“A Rede Social e os diferentes parceiros deram o exemplo de como se pode cooperar em situações de muito limite, de muitas limitações e de facto foi facilitador da nossa resposta integrada.” (E4).

Contudo, é também de realçar que esta situação permitiu que cada parceiro atua-se de acordo com as suas áreas de competências, encontrando as soluções que permitissem minimizar os impactos negativos da situação Pandémica, como podemos observar através do testemunho de (E7) e de (E10):

“A Covid-19 foi algo completamente novo que obrigou a que todas as entidades locais, cada qual na sua área de competências, se envolvesse no sentido de encontrar soluções e formas de atuação que permitissem minimizar os impactos tão negativos na vida das pessoas e das instituições.” (E7).

“ (...) Julgo que neste caso as parcerias e o trabalho em Rede saíram reforçados.” (E10).

Todavia, é de salientar que o trabalho em parceria, contribuiu, igualmente, para o reforço e melhoria das relações interinstitucionais, que tinham intervenção no território, mesmo de quem exercia um trabalho mais localizado, com o objetivo de estabelecer maior proximidade com a população e sensibilizá-la, para alguns aspetos considerados relevantes, como foi a prevenção e posteriormente o caso da vacinação, tal como é descrito por (E11):

“A Pandemia trouxe novos desafios que não tinham acontecido anteriormente, o meu trabalho era mais direcionado para o local e só trabalhávamos com os meus colegas e com a Pandemia houve necessidade de relacionarmo-nos com outras entidades. Isto teve que ser articulado com outras entidades, porque nós sozinhos não conseguíamos enfrentar todas as dificuldades que iam surgindo. Era uma situação nova e isso trouxe muitos desafios! Ao Nível do Centro de Saúde tivemos que articular com o Município, com o Lar (IPSS), com a Proteção Civil, com os Bombeiros, para conseguirmos mobilizar toda a população com o objetivo de vacinar o maior número de pessoas“ (E11).

Para a realização do trabalho em rede faziam-se diariamente reuniões, onde eram tomadas as decisões face aos problemas que iam surgindo e existindo um espírito de interajuda mutuo, no início da Pandemia quando os equipamentos eram insuficientes, as entidades compartilhavam os equipamentos.

“ (...) O trabalho em Rede fazia-se com outras instituições, nomeadamente com o Município. No caso dos Bombeiros havia a Comissão da Proteção Civil, que reunia

diariamente, procurava-se trabalhar em Rede com todas as instituições do Concelho, com o Lar, com o Centro de Saúde, dando as respostas necessárias, através da troca de equipamentos, quando uma entidade não tinha, a que tinha a mais disponibilizava”. (E6).

É de realçar o papel do Município no processo de tomada de decisão e na coordenação do mesmo, assim como a importância das reuniões diárias, numa metodologia de trabalho que resultou eficaz. De salientar a incompreensão por vezes do cidadão, como é descrito pela narrativa de (E1):

“Desconhecimento de todos, as diferentes entidades/APC tiveram de assumir uma metodologia de trabalho de equipa, que resultou muito bem, porquanto se constituiu a sub comissão municipal de proteção civil para o COVID19 (SCDPC-COVID19), bem como e para tornar os processos de decisão e a própria tomada de decisão do responsável máximo político (Presidente ou Vereadora) constituiu-se o centro coordenação operacional municipal (CCOM), que através de reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, quando a situação se justificasse, com periodicidade diária e muitas vezes bi-diária, se ia acompanhando o processo e os cidadãos, tendo por base as informações recolhidas das entidades oficiais, dando-lhe o devido tratamento e estabelecendo-se sempre um plano estratégico de ação (PEA). No decurso de vários meses, estas reuniões permitiram melhorar a relação interinstitucional e pessoal das entidades, bem como, promover gradualmente, uma maior e melhor articulação entre as mesmas, procurando-se permanentemente, melhor e mais atualizada informação, para melhorar procedimentos, muitas vezes sem a devida compreensão e respeito por parte dos cidadãos.” (E1).

Resumindo considera-se que o trabalho em rede foi muito positivo existindo uma boa articulação entre as várias entidades como é apontado por (E9):

“Avalio de forma muito positiva, uma vez que existiu uma boa articulação entre todas as entidades de forma a dar respostas às necessidades identificadas.” (E9).

Foi também identificada pelos participantes a relação de proximidade como processo facilitador do trabalho em Rede, sendo o Concelho de Barrancos de pequena dimensão, existindo um conhecimento prévio das entidades e dos seus dirigentes terá facilitado toda articulação e trabalho, fortalecendo a coesão social, como nos ilustra a narrativa de (E5/E6):

“Numa localidade pequena, onde as pessoas todas se conhecem também é mais fácil fazer esse trabalho em Rede, porque todos os Órgãos Sociais de todas as

associações locais eram conhecidos, assim como os dirigentes das autarquias (CMB e Junta de Freguesia) e outras entidades, foi fácil trabalhar porque já se conheciam uns aos outros.” (E5/E6).

Para além da relação de proximidade com a comunidade, também é evidenciado pelos participantes a utilização ou implementação de novas metodologias de trabalho, como o recurso a plataformas zoom, que permitiram o contacto com um maior número de parceiros, permitindo a realização de reuniões, mesmo à distância, estando este registo demonstrado na narrativa de (E10):

“ Uma das coisas positivas que a pandemia trouxe foi mesmo o consolidar o trabalho em rede que já se vinha fazendo! As reuniões por zoom foram uma grande vantagem, visto que conseguimos estar presentes e em muitos casos conhecer parceiros que nunca tinham possibilidade de estar presentes. O trabalho era conciso e objetivo. Julgo que neste caso as parcerias e o trabalho em Rede saíram reforçadas. Criámos uma equipa de apoio social, a qual tinha a função de fazer o acompanhamento das pessoas infetadas, bem como das pessoas mais idosas e vulneráveis.” (E10)

Tivemos a verificação de que o mundo em confinamento não parou, porque vivemos também na era digital “A tecnologia de informação tornou-nos mais resilientes face a vírus orgânicos.” (Harari, 2021, p.31).

Se é verdade que a necessidade de alterar metodologias de trabalho, foi sentida por alguns entrevistados como oportunidades, para outros ela apresentou-se como um constrangimento, atendendo às dificuldades sentidas no terreno, para as quais não havia grande informação, tal como nos é ilustrado por (E8) e (E3):

“Tivemos que aprender a lidar com a Pandemia. A nível Profissional foi complicado tivemos que alterar metodologias de trabalho. O Trabalho Em Rede tornou-se essencial contudo, nem sempre foi fácil, pois por vezes confrontávamos com determinadas dúvidas que não conseguíamos ver esclarecidas.” (E8)

“No entanto, pareceu-me que a nível superior (entidades nacionais) este trabalho em rede que se desenvolveu a nível local não foi devidamente valorizado, pois senti que estávamos a trabalhar sem poder de decisão.” (E3).

5. Vantagens da Pandemia Para o Concelho de Barrancos

Tabela 9 - Vantagens da Pandemia da COVID -19 para o Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub-categoria	Frequência de Registo
Oportunidades para o Território de Barrancos no Contexto Pandémico	Organização do Trabalho	Adaptação a novas metodologias de trabalho	E1, E5/E6, E10, E9
	Nova visão sobre os territórios do Interior	Qualidade de Vida	E1, E5/E6, E10, E11,
	Não trouxe vantagens	O território manteve-se inalterado	E2, E3, E4, E8, E7, E1

Fonte: Elaboração Própria

No tocante às vantagens que a Pandemia da COVID-19 trouxe para este território, foi identificado pelos participantes a organização do trabalho, com a adaptação a novas metodologias de trabalho, salientando-se o teletrabalho como um recurso muito importante e constituindo este um grande suporte para as entidades e para o próprio território, pois permitia trabalhar a partir do local, para qualquer parte do mundo. No início da Pandemia e face ao desconhecimento total, este território foi procurado por se considerar mais seguro relativamente aos centros urbanos, onde a aglomeração de pessoas em vários contextos, como era o caso da utilização de transportes públicos, facilitava a rede de contágios, o Concelho de Barrancos contrariamente aos centros urbanos oferecia alguma segurança devido também ao tipo de aglomerado populacional e a toda a envolvimento natural e de liberdade. Verificou-se que os primeiros casos ocorreram mais tardiamente que no resto do país, ou mesmo da Região Alentejo, como nos é ilustrado pela narrativa de (E1):

“(…) Com a imposição inicial do teletrabalho, muitos cidadãos procuraram locais mais seguros como Barrancos, pelo facto subjacente de não haver registos de casos e ser uma localidade efetivamente mais segura (o 1º caso surgiu em Barrancos, meses depois de surgir em Lisboa e noutras localidades do distrito e fora deste (…))” (E1). Como foi referido anteriormente esta metodologia de trabalho trouxe algumas pessoas para o território, o que constituiu uma mais-valia para o mesmo. A Pandemia da COVID-19 gerou mudanças, a sociedade e os territórios não ficarão iguais, conforme nos é descrito por (E5/E6):

“(…) como se dizia na altura não vai ficar nada igual e essa mudança tem a ver com isso, com pessoas que vivem em grandes centros, saturadas do movimento, de

muita gente! Começam a olhar para o interior com outros olhos e vêem que aqui pode-se trabalhar com mais tranquilidade, com mais qualidade de vida. Hoje em dia com o aumento do teletrabalho poderá ser uma oportunidade, para muita gente poder voltar para aqui ou vir de novo para aqui desde que nós aqui consigamos criar as condições necessárias para acolher essas pessoas." (E5/E6).

Também a narrativa de (E11) evidência as vantagens, que a Pandemia trouxe, pois como descrito anteriormente, trouxe pessoas que viviam em centros urbanos, para este território, principalmente as que possuíam uma segunda habitação:

"Trouxe algumas vantagens, porque algumas pessoas que já tinham aqui habitação, como 2ª habitação, procuraram voltar para cá porque sentiram-se mais protegidas, viver em cidades é mais complicado nesta situação, a nível de saúde, a nível de transportes. Há uma aglomeração e isso torna a pessoa mais insegura." (E11).

Todavia na mesma linha de pensamento de (E 11) é-nos também evidenciado por (E10) o teletrabalho, como um aspeto positivo, no tecido socioeconómico:

" (...) Durante a Pandemia houve muitos jovens que durante a Pandemia regressaram e estiveram a trabalhar em Barrancos em Teletrabalho, alguns ainda continuam. Considero que isto é vantajoso para o Concelho porque traz mais pessoas ao território e é sempre vantajoso porque o tecido socioeconómico tem aqui alguma alteração para positivo, o que é sempre bom para Barrancos.

Em 2021 instalaram-se no Concelho alguns casais e pessoas individuais que passaram a trabalhar em teletrabalho, alguns deles vindos do país vizinho!" (E10).

Durante a Pandemia da COVID-19 experimentámos como nunca, "o que quer dizer viver numa era do risco e da complexidade. Percebemos como é difícil prever o que vai acontecer, como vai acontecer e quando vai acontecer. Precisamos de aprender a viver numa sociedade de risco, trabalhando em função de vários cenários, securizando sempre que possível a população e educando para a prevenção e gestão dos riscos e da complexidade. Vimos aumentar a insegurança, incerteza e o medo. Tomámos consciência de que estamos interligados e dependentes uns dos outros. Que tudo o que acontece no mundo global afeta a todos, afetando com maior facilidade, os que se encontram mais fragilizados (Marques, 2021). O período de Pandemia, foi marcado, pelo medo, pelo distanciamento e pela incerteza face a uma situação inesperada e completamente desconhecida, pelo que alguns dos Participantes consideraram que a Pandemia da COVID-19 não trouxe vantagens, devido à interrupção normal do funcionamento das entidades, como podemos verificar através das narrativas de (E7) e de (E8):

“Não considero que a pandemia Covid-19 tenha trazido vantagens para Barrancos! Dois anos a viver “condicionados”, pela situação pandémica em si, pela interrupção do normal funcionamento das instituições, pelo medo da incerteza no futuro... razões suficientes para não conseguir encontrar vantagens.” (E7). Foi também referido que a Pandemia da COVID-19 não trouxe vantagens para o Concelho, pois condicionou a vinda de pessoas ao concelho, como nos é descrito por (E8): *“Na minha opinião não considero ter trazido vantagens para o Concelho de Barrancos até porque limitou a vinda de pessoas no Concelho com receios de transmissão.” (E8).* Não obstante, foi também considerado por alguns dos participantes que o contexto Pandémico que vivemos, não trouxe qualquer benefício para o Concelho de Barrancos, como nos é evidenciado nas narrativas de (E2), (E3) e de (E4):

“As poucas pessoas que se deslocaram para Barrancos não constituíram vantagens significativas.” (E2).

“Na minha modesta opinião não trouxe benefícios nenhuns.” (E3).

“Não vislumbro qualquer tipo de mais-valia.” (E4)

A Pandemia da COVID-19 trouxe uma nova oportunidade para os territórios, através da implementação de novas metodologias de trabalho, como foi o caso do teletrabalho, abrindo uma pequena janela de Esperança, não um impacto imediato, mas que no futuro poderá trazer uma nova atração populacional, podendo quebrar o Ciclo Vicioso e desconstruir o próprio conceito de “interior” ou de “territórios de baixa densidade”, como defende o geógrafo Álvaro Domingues “ o momento que se vive poderá ser essencial na desconstrução do conceito de “interior” (ou), sustentando que o mesmo alimenta a “lógica derrotista” que, em geral, já define o olhar (pré-concebido) sobre territórios. Assim, sendo e saindo das “dicotomias simplistas” fixadas na linguagem” (...) com uma perspetiva otimista relativamente ao impacto da transição digital para este território “a chamada transição digital, que provará como o “global é apenas o local sem paredes”, ajudando a derrubar fronteiras – físicas e simbólicas – que tantas vezes persistem.”¹⁷

¹⁷ - Samart/Cities - PANDEMIA: O PRINCÍPIO DE UM NOVO RUMO PARA A COESÃO TERRITORIAL?

6. Vantagens da Pandemia da COVID-19 para as Organizações em Barrancos

Tabela 10 - Vantagens da Pandemia da COVID-19 para as Organizações em Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Vantagens da Pandemia da COVID-19 para As Organizações	Flexibilidade das Organizações	Novas metodologias de trabalho	(E1), (E5/ E6), (E7), (E10), (E8)
		Maior capacidade de resposta	(E3), (E9), (E7)
		Digitalização dos Serviços	(E7), (E9)
		Implementação de Planos Digitais.	(E3)
		Novos Desafios	(E4), (E5/E6), (E11)
	Não trouxe vantagens	Fraca nuance na mudança das organizações	(E2), (E8)

Fonte: Elaboração Própria

Apesar dos condicionalismos, a que estávamos sujeitos, durante este período de Pandemia e no que diz respeito às vantagens para as organizações no Concelho de Barrancos, foram consideradas pelos participantes, a flexibilidade das várias organizações, ao ter que dar resposta imediata face ao desafio com que se depararam, de modo a minimizar os efeitos tão nefastos de uma Pandemia. No entanto, uma das vantagens referenciada diz respeito ao impacto positivo na economia local, como podemos observar nos discursos de (E1) e de (E10):

“ (...) Para a economia local trouxe algumas. Mais residentes equivale a uma melhoria na economia. (E1) ”.

“Para a CMB não vejo vantagens. Para o Concelho sim, pois trás mais pessoas ao território e por conseguinte faz “mexer” a economia local.” (E10)

Todavia foi considerada como vantagem, para algumas organizações, a melhoria da gestão do tempo, assim como um maior número de participantes em alguns dos eventos promovidos por algumas entidades, como foi o caso da Câmara Municipal de Barrancos, assim como a redução de custos em deslocações, tal como ilustra o testemunho de (E7):

“Passado o período crítico da Pandemia e não estando apenas envolvidos e preocupados em como minimizar os impactos da mesma na população é mais fácil encontrar algumas vantagens dentro de todos os condicionalismos a que ficámos sujeitos.

A realização de reuniões via zoom/teams foi uma das poucas vantagens que a pandemia trouxe. Estando Barrancos longe dos centros de decisão regional - Beja/Évora - e muito longe de Lisboa (a título de exemplo) a participação em reuniões acarretavam custos financeiros e muito "desperdício" de tempo em viagens. A obrigatoriedade/possibilidade de participar nas reuniões via zoom/teams facilitou não só a participação num maior número de reuniões como resultou em ganhos de tempo e poupança em termos económicos (poupança em combustível e pagamento de horas extraordinárias a motorista).

Outra das vantagens que pode sentir diretamente foi o facto de poder participar num maior número de eventos com interesse para a minha função e mais concretamente em matérias relacionadas com os pelouros que me foram atribuídos. Foi muito mais fácil gerir a agenda e assistir a eventos muito interessantes.

Ainda do ponto de vista dos eventos on line, foi possível concretizar algumas iniciativas (celebração do Dia da Língua Materna e Jornadas do Património, entre outras) que permitiram uma maior difusão e participação do que provavelmente seria se fosse presencial.” (E7).

Contudo, foi também referido as dificuldades sentidas no início da Pandemia, ao ter de implementar novas metodologias de trabalho, como foi o caso do Ensino à distância, sendo rapidamente aprendido quer por professores, quer por alunos. Foi realçado como vantagem a realização de reuniões através das plataformas digitais, evidenciando que podemos tomar decisões, sem necessitar estar no mesmo espaço (físico) tal como nos é descrito por (E3):

“ (...) A única vantagem foram as reuniões em plataformas digitais; por vezes não precisamos estar todos no mesmo espaço para reunir e tomar decisões, espero que essa tenha sido uma aprendizagem desta situação.” (E3).

Não obstante, foi considerada também como vantagem a aquisição de equipamentos, por parte de algumas entidades, tal como nos é apontado na narrativa de (E9):

“Vantagens concretamente para a organização, talvez a modernização de equipamentos informáticos e serviços online de forma a dar uma total resposta às diversas necessidades da população.” (E9).

Por outro lado evidencia-se também que a Pandemia da COVID-19 permitiu uma nova perspetiva sobre o trabalho, adquirindo novas metodologias de trabalho, que ainda hoje permanecem, como referem (E5/E6):

“As vantagens que a pandemia trouxe para a minha organização foram olhar para o trabalho de forma diferente e implementação de novas formas de trabalhar, como sejam o teletrabalho, as reuniões por videoconferência, colaborar com outras empresas e organizações em trabalho em rede para procurar resolver problemas e adquirir produtos em conjunto, algumas dessas formas de trabalhar, que na altura eram novidade vieram para ficar e já são aplicadas com normalidade.” (E5/E6).

Segundo outra perspetiva, destaca-se também, que a Pandemia trouxe novos desafios e novos desafios são motores de incentivo para as pessoas, realçando que houve uma mudança de paradigma, destacando-se as novas medidas de emprego, como nos é evidenciado por (E4):

“Lançou novos desafios e novos desafios são sempre coisas que sendo diferentes incentivam mais as pessoas, no nosso caso tivemos medidas novas, o paradigma mudou, o I.E.F.P nas medidas de emprego dirigidas a desempregados teve uma medida associada à Pandemia, teve várias associadas à Pandemia, mas uma de Gestão dos serviços de Emprego, a Medida de Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, em que integrámos não só desempregados, como pessoas que estavam em Lay-off e que estavam aposentadas, mas em condições de colaborar com Lares e com Centros de Saúde, etc. Portanto, foi um novo desafio.” (E4).

Considerou-se também uma fraca nuance na mudança das organizações, devido ao isolamento, a que fomos sujeitos, como nos é apontado pelo discurso de E8:

“No caso da nossa organização também não trouxe vantagens, até porque isolou mais os nossos utentes pelo facto de não poderem estar com os seus familiares e amigos (E8). Sendo que (E2) também considera que “Não foram significativas” (E2).

Verificou-se assim, que as organizações têm uma grande capacidade de flexibilidade e de dar respostas, quando se deparam com desafios inesperados, como foi o caso da Pandemia da COVID-19. Podemos observar que nem tudo foi negativo, pois tiveram oportunidade de reduzir alguns recursos financeiros, assim como a

melhoria da gestão do tempo e de introduzir novos programas de apoio e novas metodologias de trabalho.

O facto de Barrancos distar de Beja e Évora (110 km) e quando as reuniões são presenciais, requer dispêndio de tempo em deslocações, verificou-se que, com o acesso a reuniões zoom e teams entre outras, algumas organizações sentiram essa vantagem. Constatou-se que as várias Entidades, cada qual na sua área de intervenção conseguiram dar respostas ajustadas às necessidades e que estiveram à altura dos desafios. Por Barrancos ser um Concelho de menor dimensão facilitou o trabalho em Rede e articulação entre os parceiros, um trabalho que ficou reforçado através desta experiência, contribuindo para o reforço de competências das próprias organizações.

7. As Principais Aprendizagens da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Tabela 11 - As Principais Aprendizagens da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Principais Aprendizagens	Trabalho em Rede	Planeamento	E1, E4
		Colaboração	E9, E7, E5/6
		Coordenação	E1, E2, E3, E4
		Apoios Sociais	E10, E4
		Atualização de Conhecimentos	E5/E6, E2, E1
		Proximidade/ Partilha de Conhecimento	E2, E3
		Otimização de Recursos	E5/E6
		Capacidade de Reinvenção	E11
	Sensibilização para aspetos fundamentais da vida	Capacidade de Resiliência	E9, E7
		Espírito de sacrifício	E7,
		O valor da Vida	E8
	Rede de Apoio	Banco de Voluntários/Voluntariado Ação Social Apoios Sociais (MAREES)	E7, E10, E4

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne às aprendizagens a nível local, foram apontadas várias e a vários níveis. Salienta-se a relevância do trabalho em Rede, sem o qual as entidades não teriam capacidade de dar resposta, a uma situação tão exigente ao nível das necessidades de resposta, minimizando este trabalho em Rede os impactos, que teriam sido certamente muito maiores, se não tivesse existido este trabalho, conseguindo dar respostas certas atempadamente, destacando-se a relação de proximidade e a partilha de conhecimentos, tal como nos é ilustrado no testemunho de E2:

“A grande aprendizagem está relacionada com o trabalho em rede que foi estabelecido. A proximidade e a partilha de conhecimentos serão por certo as mais relevantes” (E2).

Houve necessidade de aprofundar, atualizar conhecimentos, face a uma situação tão inesperada e desconhecida. Esta Pandemia ensinou o valor e a importância do trabalho em equipa, assim como contribuiu para a atualização do Plano de Emergência, onde foi incluído o risco da Pandemia: *“Esta pandemia ensinou a muitas entidades a trabalhar em equipa e em rede. Também a atualização do planeamento de emergência, teve de ser atualizada (no PMEPC, foi incluído o risco de pandemia), tendo por base as aprendizagens obtidas. A relação entre os APC e a população, julgo ter havido melhoria, bem como, a credibilidade destes, junto da população, havendo maior respeito por parte do cidadão, junto daqueles que tudo deram em prol destes.” (E1).*

Outra das Aprendizagens diz respeito ao papel da colaboração entre as distintas entidades, apesar de se considerar que Portugal é um país fraco ao nível do Planeamento, contudo quando é necessário dar respostas e com alguma pressão, conseguimos fazer e de forma positiva. Neste caso agiu-se de forma coordenada, cada entidade na sua área: *“(…) Por norma os portugueses não são muito bons a planear, mas quando estão perante um problema e quando estão pressionados e neste caso, reagimos de uma forma mais ou menos coordenada, cada um no seu papel.” (E4).*

Por outro lado destaca-se também o papel da Autarquia: Câmara Municipal e Junta de Freguesia, na excelente articulação que fez com o Centro de Emprego, dotando assim, entidades locais tais como: o Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários e IPSS “Lar Nossa Senhora da Conceição”, de Recursos Humanos e Financeiros e mesmo sobre pressão foram encontradas respostas adequadas às circunstâncias.

Para Pereira é de salientar o trabalho desafiante e duro realizado pelas Autarquias e pelos cuidados de saúde primários, *“(…) o trabalho duro, diário, desafiante, foi realizado sobretudo pelas autarquias e pelos cuidados de saúde primários, de forma*

igualmente exemplar. E que nele estiveram envolvidos milhares de Profissionais de Saúde que foram absolutamente incansáveis” (Pereira, 2021, p. 189).

Importa, igualmente, salientar o papel do Programa MAREES¹⁸, como apoio social fundamental à capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário na área social e da saúde durante o período de Pandemia.

Outras das Aprendizagens apontadas diz respeito ao papel de algumas áreas, destacando-se a importância do trabalho Social na Comunidade, assim como o papel dos técnicos nesta área, tal como nos é dado a saber pelos testemunhos recolhidos:

“A nível local a principal aprendizagem foi que o trabalho social é bastante importante na comunidade que são necessários técnicos capacitados para o fazer e que as instituições locais são parceiros imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho contínuo.” (E10).

“Não quero ser pessimista, mas não vi vantagens a nível local. Mas volto a destacar a forma positiva como as entidades locais trabalharam em rede para o controle desta pandemia.” (E3). Também foi referido como aprendizagem toda a experiência face a uma situação nova e que certamente, nos deixará preparados para situações futuras que possam ocorrer, sendo também evidenciado a otimização de recursos nos serviços, como nos é descrito, por E5/E6 e (E9):

“A aprendizagem tem a ver com a experiência adquirida, ao ter que lidar com uma situação nova.” (E5/E6).

“(…) Otimização de recursos nos serviços e procura de respostas de forma célere.” (E9).

Para além das Aprendizagens referidas anteriormente é de realçar, que com a Pandemia da COVID-19, aprendemos a ser mais resilientes e quando estamos todos com o mesmo espírito de interajuda é muito mais fácil de alcançar objetivos, como nos é relatado por (E7):

“Ficou ainda mais claro no meu espírito, que quando todos estamos imbuídos do mesmo espírito e vontade de ultrapassar obstáculos e vencer desafio, fica bem mais fácil concretizar os objetivos.” (E7). Com a Pandemia aprendemos a dar valor à vida, tornou-nos mais humanos, como evidencia E8:

¹⁸ - MAREES- Apoio ao reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de saúde – Medida temporária e excecional, que consiste no apoio, à realização de trabalho socialmente necessário, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, face ao aumento de casos e do índice de transmissibilidade da COVID-19. Esta medida foi criada em abril de 2020, no âmbito da Pandemia da COVID-19.

“Julgo que aprendemos a ser mais humanos e a valorizar as pequenas coisas da vida.” (E8)

Foi ainda apontada como aprendizagem a solidariedade existente, no decorrer deste período de Pandemia, quer na Rede formal, quer na rede informal de parceiros. É de destacar o espírito de solidariedade entre os vários parceiros e a população em geral, destacando-se o banco de voluntários, que desempenhou um papel importante, na confeção de máscaras, quando estes materiais de proteção eram de difícil acesso e de custos muito elevados. Isso testemunha (E10):

“O Município criou uma equipa no âmbito da Ação Social que identificava os problemas e as necessidades sociais pois se fez o banco de voluntariado, onde se fizeram máscaras solidárias digamos assim, que depois eram entregues através de uma Associação de um projeto que é o CLDS 4 G – “ De mãos dadas com Barrancos”, o Município também distribuiu o Kit com o desinfetante por cada casa em toda a população e foram-se identificando os problemas mais sérios de âmbito social” (E10).

A Pandemia mostrou-nos através das aprendizagens efetuadas, que apesar de todas as dificuldades e constrangimentos, tivemos à altura das respostas necessárias, contribuindo para uma gestão eficaz da Pandemia, destacando-se o valor do trabalho em Rede, que em situações de normalidade, muitas vezes passa quase despercebido. Mostrou-nos a importância do trabalho alicerçado através das Parcerias, assim como, o valor e a importância da Solidariedade e das Redes, quer formais, quer informais

8. Avaliação no âmbito da Rede Social e Articulação entre os Vários Parceiros

Tabela 12 - Avaliação no âmbito da Rede Social e Articulação entre os vários Parceiros

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Avaliação da articulação entre os parceiros	Positivo	Partilha de conhecimento	E2
		Ajudou a criar soluções e atingir objetivos	E8
	Reforço da proteção civil	Boas estratégias de atuação	E2, E3, E4, E7, E8, E10
	Reforço do Trabalho em Rede	Aproximação entre Parceiros	E4, E8, E10
Observações: Os participantes da presente investigação foram selecionados de acordo com a sua representatividade na dinâmica e expressividade no Desenvolvimento local do Concelho de Barrancos, pelo que obtivemos algumas respostas, para além dos membros que fazem parte do CLAS, no entanto alguns dos Participantes não responderam a esta questão: E1, E5/E6, E9, E11.			

Fonte: Elaboração Própria

Das respostas obtidas relativamente à avaliação da Rede Social e da Articulação entre os vários Parceiros, foi considerado pelos participantes que ajudou a reforçar o trabalho em rede e a reforçar a proteção civil, de forma a minimizar os impactos desta Pandemia, dando respostas à comunidade e da qual resultou um excelente trabalho das Entidades locais, a saber:

“A avaliação que faço é extremamente positiva, na medida que permitiu o aprofundar de conhecimentos dos problemas e soluções encontradas em Rede.” (E2).

“No âmbito da rede social o trabalho desenvolvido foi positivo. Todos os parceiros reuniram esforços no sentido de encontrar as melhores soluções para travar a pandemia assim como dar resposta às pessoas/famílias.” (E8).

“Creio que houve uma boa articulação a nível local.” (E3).

Todavia, destaca-se o papel da Proteção Civil, tendo um papel crucial na definição de estratégias de atuação e articulação entre os várias entidades, como nos é evidenciado na narrativa de (E7):

“No âmbito da Rede Social o CCOM teve um papel fundamental na definição de estratégias de atuação e de articulação entre as entidades competentes nestas matérias. Nem sempre com a celeridade que gostaríamos, mas entendemos que esta situação não era fácil para ninguém.”

Verificou-se que todo o contexto vivenciado durante este período de Pandemia, aproximou os parceiros, uma aproximação forçada, mas que resultou numa proximidade muito vantajosa para todos os parceiros, como podemos observar através da narrativa de (E4):

“Sem dúvida acentuou a importância do trabalho em Rede, veio aproximar os parceiros, foi uma aproximação forçada, pelas diversas circunstâncias, mas foi uma aproximação clara e evidente e boa para todos.” (E4).

Fica evidente que a Pandemia da COVID-19 veio reforçar e dar visibilidade ao trabalho em Rede e simultaneamente mostrar o valor acrescido que têm e que congregam estas dinâmicas de trabalho em parceria. O facto de ser um Território de Baixa Densidade permitiu trabalhar com grande proximidade e facilitou a intervenção de cada Parceiro, na sua área de competência.

Todo este contexto contribuiu para a Coesão Social da Comunidade de Barrancos, já historicamente demonstrado, noutros contextos como por exemplo, no acolhimento efetuado, aquando da Guerra Civil de Espanha, tendo merecido a

população de Barrancos a atribuição da Medalha de Extremadura Espanhola. Com todo o contexto Pandémico, verificou-se mais uma vez a importância que tem a Coesão Social na Comunidade, reforçando os laços quer entre as várias entidades locais, quer com entidades com intervenção local, quer entre com os atores locais.

Na perspetiva de Madeira “O conceito de Coesão Social é comumente aceite, em termos de dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente de vida em comum. A Coesão Social implica, por isso, e necessariamente, um certo grau de solidariedade para a concretização da qual a integração social é o processo mais indicado.” (Madeira, 1996, p.5).Claramente mais potenciados em territórios pequenos, de baixa densidade, onde todos se conhecem e onde o cuidado e atenção ao outro são uma realidade vivida e não, apenas, idealizada.

9. Contributos Da Pandemia Da COVID-19 Para o Fortalecimento do Trabalho em Rede e Para a Coesão Social da Comunidade

Tabela 13 - Contributos da Pandemia da COVID-19 para o fortalecimento do Trabalho em Rede e para a Coesão Social da Comunidade

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Unidades de Registo
Contributo do Trabalho em Rede para a Coesão Social e Desenvolvimento Local	Positivo	Valorização dos laços comunitários	(E2), (E3), (E4), (E5/E6), (E7), (E8), (E9) (E10).
		Aquisição de conhecimentos em resposta a situações de Risco	(E2), (E7), (E5/E6)
		Estratégias Adequadas	(E2), (E4), (E 5/E6), (E8), (E9), (E10)
		Intensificação da importância do trabalho em Rede.	E4, E8, E5/E6, E10
		Adaptação, aprendizagem e flexibilidade	E2, E4
		Reforçou o papel das Parcerias	E4, (E9)
	Inexistente	Alteração de comportamento Fraco Fortalecimento	E7, E3
Observações: Os participantes da presente investigação foram selecionados de acordo com a sua representatividade na dinâmica e expressividade no Desenvolvimento local do Concelho de Barrancos, pelo que obtivemos algumas respostas, para além dos membros que fazem parte do CLAS, no entanto alguns dos Participantes não responderam a esta questão: E1, E11.			

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito aos contributos da Pandemia da COVID-19 para o fortalecimento do Trabalho em Rede e para a Coesão Social da Comunidade, apurou-

se que a Pandemia da COVID-19 contribuiu para o fortalecimento dos laços comunitários, *“Tratou-se de uma experiência jamais vivida, que veio reforçar os laços comunitários que em momentos normais quase não se dá por eles.”* (E2), e tendo em conta os contributos de Ferrelli (2015) pode-se aferir que pelo reforço dos laços comunitários a coesão social sai, igualmente, reforçada, porque “ (...) a coesão é parte da solidariedade social necessária para que os membros da sociedade continuem vinculados a ela com a força análoga à solidariedade mecânica pré-moderna. Isso requer que os seus laços sejam mais fortes e numerosos, cria obrigações para o indivíduo, exerce pressões funcionais que moderam o egoísmo e lhe permitem reconhecer a sua dependência no que diz respeito à sociedade.” (Ferrelli, 2015, p.1).

A análise às respostas obtidas, permite-nos, ainda, concluir que a Pandemia da COVID-19 contribuiu para o fortalecimento e intensificação do trabalho em Rede e simultaneamente para a aquisição de novas aprendizagens, tornando-nos mais conscientes e sensíveis para as situações de risco da Sociedade atual, às quais estávamos completamente desatentos, assim como também foi considerado, que todo este contexto fortaleceu o trabalho em parceria, como nos é referido por (E4), (E9), (E5/E6):

“Sem dúvida acentuou a importância do trabalho em Rede, veio aproximar os parceiros, foi uma aproximação forçada, pelas diversas circunstâncias, mas foi uma aproximação clara e evidente e boa para todos.” (E4).

“Sim, sem dúvida que contribui para o fortalecimento do trabalho em rede e para a coesão da sociedade, uma vez que todos reunimos esforços, aplicamos medidas e estratégias com vista a respostas eficazes e céleres a todas as necessidades da população.” (E9).

“Penso que sim, que contribuiu... acho que ficamos preparados para um melhor trabalho em rede.” (E5/E6).

Por outro lado, foi também referido, que houve uma consolidação de conhecimento e do trabalho em rede que já se vinha efetuando com o CLAS, como podemos observar através das narrativas de (E8) e de (E10):

“Sim, a pandemia contribuiu para o fortalecimento do trabalho tivemos que nos adaptar, aprender a dar resposta a situações desconhecidas a tudo isto a pandemia obrigou-nos.” (E8).”

“ (...) O CLAS já estava implementado e a trabalhar. Foi apenas o consolidar do trabalho em Rede e em parceria com os diferentes parceiros, retirando o que de melhor

cada um tinha para dar. Foi muito importante no trabalho que se fez com a IPSS, O Lar “Nossa Senhora da Conceição”. (E10)

É de realçar o espírito de cooperativismo existente durante todo este período, ao qual cada Parceiro, contribuiu com o seu melhor, com o objetivo de encontrar as melhores soluções e ultrapassar obstáculos. Contudo, foi salientado por (E7), que quando regressamos à normalidade perdemos um pouco desse espírito, considerando que seria importante uma autoanálise individual, para modificar comportamentos, como nos ilustra a sua narrativa:

“Todos os constrangimentos que a pandemia criou, permitiram verificar que, quando as pessoas querem e estão dispostas, tudo é possível. Foram ultrapassadas muitas barreiras e obstáculos, em conjunto. Mas, hoje, lamentavelmente a situação voltou ao que era antes da pandemia. Tudo voltou, aparentemente, à normalidade... Antes já existia coesão social e algum trabalho em rede. Poderia ser mais profícuo, mais evidente e, conseqüentemente, mais produtivo? Sim! Mas isso exigiria alguma alteração de comportamentos que, como todos sabemos, não é fácil e precisa de uma autoanálise individual e a tomada de consciência da mudança necessária.” (E7). Ainda que de forma residual também (E3) não reconhece nenhum contributo da pandemia para o fortalecimento do Trabalho em Rede e para a Coesão Social da Comunidade:

“Pessoalmente não vejo nenhum fortalecimento; não somos melhores nem piores pessoas, somos exatamente como eramos antes da pandemia.” (E3).

10. Apoios Prestados aos Diferentes Grupos Sociais e Demográficos no Período de Maior restrição da Pandemia

Tabela 14 - Apoios prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos no período de maior restrição da Pandemia

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequências de Registo
Apoio aos diferentes grupos sociais	Apoio à Comunidade em Geral	Apoio Informático/Recursos Digitais e apoio em sala.	E3, E7, E10.
		Apoio Alimentar	E9, E3, E8,
		Medidas de Incentivos às Empresas Apoios Financeiros/Recursos Humanos Apoio através do Programa PES. Acompanhamento Social/Famílias RSI	E2, E4, E5/E6, E7, E8, E9
		Apoio humano/ Solidariedade	E7, E2, E10
Observações:			
Os participantes da presente investigação foram selecionados de acordo com a sua representatividade na dinâmica e expressividade no Desenvolvimento local do Concelho de Barrancos, pelo que obtivemos algumas respostas, para além dos membros que fazem parte do CLAS, no entanto alguns dos Participantes não responderam a esta questão: E1, E11			

Fonte: Elaboração Própria

Quando questionados sobre os apoios prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos no período de maior restrição da Pandemia, os participantes referiram o apoio informático, tão necessário em todo o contexto Pandémico, principalmente para os alunos expostos a situações de maior vulnerabilidade, onde de repente tiveram que se adaptar a uma nova metodologia de ensino, como foi o caso da telescola, existindo uma preocupação no combate às desigualdades sociais emergentes com o eclodir da Pandemia.

A nível local foi prestado apoio informático e apoio em sala, como é verificado através da narrativa de (E3): “ (...) Também disponibilizamos material informático a todos os alunos do nosso agrupamento e, tivemos uma sala aberta para que os alunos que tinham dificuldades em acompanhar as aulas, onde estava sempre um professor.” (E3). Destaca-se também o papel do Município na articulação estabelecida com o Agrupamento de Escolas de Barrancos, na atribuição de equipamentos informáticos, com o objetivo de proporcionar a todos os alunos, as mesmas oportunidades de

aprendizagem, assim como disponibilizar um técnico, para ajudar os alunos e Encarregados de Educação, com menos competências digitais, como podemos verificar através da narrativa de (E7):

“No sentido de todos terem acesso às mesmas condições de aprendizagem, a CMB em articulação com o agrupamento de escolas identificou as necessidades de equipamentos – tablets – que foram adquiridos pela CMB para entregar às crianças que deles careciam. Também foi disponibilizado um serviço de apoio do técnico de informática da Câmara para auxiliar em algumas situações que pudessem surgir com os equipamentos e com os quais as crianças e jovens, assim como as respetivas famílias, não estivessem tão familiarizadas.” (E7)

Volta-se a salientar a relação de proximidade entre os vários parceiros, procurando sempre encontrar as melhores soluções, para os diferentes grupos sociais, como nos é descrito por (E2):

“O Município teve o cuidado de não deixar ninguém de fora dos apoios, quer financeiros, quer de proximidade.” (E2)

Também o apoio Alimentar no âmbito do programa POAPMC, foi importante como forma de suprimir as necessidades diagnosticadas, como nos é evidenciado por (E9):

“A continuidade de acompanhamento social de proximidade aos beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção e aplicação de medidas excecionais no âmbito da pandemia COVID-19, no caso concreto do apoio alimentar no âmbito do programa POAPMC que foi alargado o número de beneficiários de forma a suprimir as necessidades diagnosticadas” (E9). Todavia é também referido que o Agrupamento de Escolas de Barrancos teve o refeitório sempre aberto, tendo sido servidas algumas refeições a alunos do escalão A, quer de forma presencial, quer em regime take away, como nos ilustra a narrativa de (E3):

“No caso do Agrupamento de Escolas de Barrancos tivemos o refeitório sempre disponível para fornecer refeições a todos os nossos alunos que assim o solicitassem. Foram servidas algumas refeições diárias a alunos do escalão A, tanto de forma presencial, como em regime de take away”. (E3). Todavia é referido por vários participantes que existiram Medidas de Incentivos às Empresas, apoios Financeiros prestados às várias intuições locais, destacando-se o Programa PES. Como nos ilustram as narrativas de (E7), (E4) e (E10):

“O I.E.F.P colaborou com medidas de incentivo às empresas e houve várias no Concelho de Barrancos, não eram medidas de gestão local, eram medidas de gestão regional aplicadas a partir da Delegação Regional em Évora e colaborou com medidas específicas dirigidas a pessoas desempregadas ou não desempregadas, quiseram dar uma ajuda de emergência aos Lares ou aos Centros de Saúde, aos Bombeiros, àqueles que estavam mais aflitos e se encontravam mais pressionados.” (E4).

“ (...) Económico: Foi criado o PES – Programa de Emergência Social que Consistia num conjunto de medidas de apoio financeiro às famílias, empresas e instituições de cariz social (IPSS e BVB) do Concelho.” (E10).

Seguindo a mesma perspetiva de (E10) é também salientado por (E7), o papel do Município nos apoios prestados, com a preocupação de dar sempre respostas às situações inquietantes, como podemos observar na sua narrativa:

“Para dar resposta às situações mais críticas, a Câmara Municipal aprovou um Programa específico criado para esse efeito: Programa de Emergência COVID-19. Através deste mecanismo foi possível apoiar financeiramente as famílias, as instituições e as empresas. Também foi criado, ainda de forma informal, um “Banco de Voluntariado Local” que estava ao dispor para levar a casa dos interessados produtos de mercearia, farmácia, etc. Também tinha como missão fazer algum “acompanhamento telefónico” aqueles que se encontravam em situação mais vulnerável e de algum isolamento.” (E7).

Volta-se a salientar a importância, do apoio Financeiro cedidos às Entidades/Instituições, para dar respostas aos custos que inesperadamente tiveram que suportar, *“Os apoios que as instituições receberam foram apoios de ordem financeira, para fazer face aos custos que na altura se tiveram que suportar. O Apoio que as instituições prestaram foi muito válido, pois na altura que as pessoas não podiam sair de casa, o apoio que era prestado, era o de levar as compras, que pela questão do isolamento, não podiam sair de casa.” (E5/E6).*

Como referido anteriormente, um dos participantes destaca novamente o papel que teve o Programa MAREES neste período de Pandemia, para dar respostas às Entidades de cariz social, como testemunha a narrativa de (E8):

“Sim, houve muito apoio através das medidas Marees o qual nos permitiu a contratação de pessoas para reforço de pessoal conseguindo apenas desta forma suprimir as lacunas com os recursos humanos sempre que surgiam casos positivos de colaboradores que obrigatoriamente tinham que ficar em isolamento e nós tínhamos que manter o serviço assegurado as 24horas.

A Autarquia também apoiou bastante quer com o encaminhamento de pessoal como também com uma verba mensal que nos permitiu a aquisição de material (EPI's).” (E8).

Segundo a perspetiva de Marques “Percebemos melhor como somos completamente interdependentes. Nunca foi tão verdade que vivemos numa aldeia global. O que afeta a uns afeta a todos, embora com impactos diferentes, tocando muito mais os que já estavam em situações de vulnerabilidade.

Precisamos de aprender a ser solidários sempre, a bem de todos e a, nestes contextos ter particular atenção aos mais frágeis protegendo e cuidando. (Marques, 2021).¹⁹

Assim e de acordo com o explanado, a nível local também se destacou a Rede de Solidariedade, onde os voluntários confeccionaram máscaras, tendo como missão também o de acompanhar telefonicamente, quem se encontrava em situação de maior vulnerabilidade, como nos ilustram as narrativas de (E7) e de (E10):

Criou-se um banco de voluntariado que fazia a confeção de máscaras e que eram distribuídas a toda a população! (E10)

“Também foi criado, ainda que de forma informal, um “Banco de Voluntariado Local” que estava ao dispor para levar a casa dos interessados produtos de mercearia, farmácia, etc. Também tinha como missão fazer algum “acompanhamento telefónico” aqueles que se encontravam em situação mais vulnerável e de algum isolamento.” (E7).

É todavia salientado, a aquisição de equipamentos informáticos, como tablet, por parte do Município, que foram oferecidos à IPSS Local “Lar Nossa Senhora da Conceição”, com o objetivo de aproximar os idosos dos seus familiares e assim colmatar o isolamento, a que estavam sujeitos, como podemos verificar na narrativa de (E7):

“Para os idosos que se encontravam nas suas residências, procurámos acompanhá-los, na medida do que eles “permitiam”, através do Banco de Voluntariado Local. Para os idosos que se encontravam no Lar, a CMB ofereceu um tablet para que, com a ajuda dos colaboradores do lar, os idosos pudessem comunicar, virtualmente, com os seus familiares.”

¹⁹ - Fórum para Governação Integrada, na VI Conferência Internacional, que decorreu na Fundação Gulbenkian, no dia 15 de novembro de 2021. <https://www.publico.pt/2021/11/19/opiniao/opiniao/aprendemos-pandemia>

11. Contribuição da Pandemia no Reforço dos Estados de Fronteira

Tabela 15 - Contribuição da Pandemia no Reforço do Poder dos Estados de Fronteira

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Contribuição da Pandemia para reforçar o Poder dos Estados na Fronteira	Autonomia	Processo de auto proteção contínuo Impacto trabalhadores transfronteiriços	E1, E2, E3, E7, E5/E6 E8,E9, E10. E11
	Maior Sensibilização para os Riscos Sociais Globais Situação de ameaça	Desunião/Desconfiança perante o desconhecido Menor Sensibilização para o Bem Comum	E7, E3, E2, E8,
	Sectores de atividade	Emprego Turismo Serviços de saúde Impacto no Comércio Local	E9, E10, E2, E5/E6, E10, E8,
	Dependência/submissão do poder central	Encerramento da Fronteira	E2, E3, E7, E11,

Fonte: Elaboração Própria

Segundo a visão de Carmo et al (2021, p.22) “ De um momento para o outro, foi decidido pelos órgãos de Soberania nacionais instaurar medidas urgentes de confinamento geral e de encerramento de um conjunto muito alargado de organizações e de atividades públicas e privadas. Ao instituir excepcionalmente o estado de emergência de um período amplo (em sucessivas renovações), o poder político em Portugal reagiu prontamente, e em conjunto com o intuito de conter ao máximo o crescimento de número de infetados e de mortos (Carmo et al 2021, p.22.)” Assim de acordo com o descrito e face ao contexto da Pandemia da COVID-19 ter contribuído para reforçar o poder dos Estados de Fronteira os participantes apontaram vários aspetos, sendo considerado pela maioria dos Participantes, que o encerramento da fronteira trouxe aspetos negativos, considerando que as regras estatais davam pouca liberdade às autarquias, como nos ilustra a narrativa de (E2):

“As regras estatais concediam pouca margem de manobra às autarquias. Contudo foi possível ir articulando algumas questões (...) Apesar dos constrangimentos permitiram desenvolver uma metodologia de trabalho participativo...Embora sazonalmente, o poder dos Estados regressou ao antigamente (Período Estado Novo). Mas rapidamente se diluiu...No entanto é referido também que apesar dos constrangimentos foi possível ter uma metodologia de trabalho participativo, ultrapassando os obstáculos que surgiram.” (E2).

Das respostas obtidas é também referido a desunião e a visão da resistência, face a uma situação de medo e de risco, de transmissão de contágio, que a localidade vizinha teve, consubstanciada numa certa resistência face ao desconhecimento e falta de informação existente naquele momento, como nos aponta a narrativa de (E3):

“Não. Considero que a pandemia nos demonstrou que o poder dos estados na fronteira não existe; aliás fiquei preocupado pois vi cada um preocupado com o “seu quintal”, sem consciencialização que só há bem coletivo se todos estivermos bem a nível individual. A pandemia demonstrou a desunião de localidades vizinhas.” (E3)

Importa todavia referir que a Fronteira terá constituído ao longo da História do Concelho de Barrancos um Pólo de Desenvolvimento, contribuindo para a construção da Identidade Cultural da Comunidade, resultado do contacto e da proximidade dos espaços, de Portugal e de Espanha. Como defende Simões “As fronteiras são sinais de dominação do Estado, demarcando territórios político-administrativos, assinalando relações amistosas ou memorandos de hostilidades entre estados, funcionando como “membranas políticas” que permitem ou impedem a circulação de pessoas, de bens ou de informações” (Simões, 2016, p. 47).

Por isso o encerramento da Fronteira, veio refletir-se na vida dos trabalhadores transfronteiriços, como podemos verificar através das narrativas de (E8):

“No que respeita ao encerramento afetou muito os trabalhadores transfronteiriços que tiveram que ficar em casa pelo facto de não poderem passar a fronteira, como também afetou bastante os demais setores. No meu ponto de vista parecia o início de uma guerra, uma correria às lojas, as pessoas começaram a abastecerem-se como se o Mundo fosse terminar naquele momento”. (E8).

Evidencia-se o esforço dos representantes autárquicos para tentar resolver os problemas localmente, pois as diretrizes emanadas pelo poder central, nem sempre davam as respostas necessárias às especificidades locais, como nos ilustra a sua narrativa:

“Os representantes autárquicos fronteiriços procuraram estabelecer alguns acordos localmente. Não se limitaram apenas a cumprir as diretrizes estabelecidas pelos governos de cada país. Até porque por vezes as diretrizes não satisfaziam as situações específicas de Barrancos. Teve de haver algum trabalho “não visível” para que algumas situações fossem alteradas e correspondessem, minimamente às expectativas das comunidades.” (E7).

É também reforçada a ausência do Bem Comum, perante a situação de gravidade, que nos eram impostas pela Pandemia, o que permitiu que as comunidades ficassem focadas em si mesmas, como é visível na narrativa de (E7):

“A situação de gravidade da pandemia também impedia que, por vezes, se olhasse ao bem comum das comunidades envolvidas e se pensasse um pouco mais na individualidade de cada um. Os receios de ambos os lados da fronteira quanto à possibilidade de transferência de contágios faziam-se sentir.” (E7).

Para além dos constrangimentos referenciados e sobre uma perspetiva distinta, foi considerado que o encerramento da fronteira, também trouxe algumas vantagens para o concelho, nomeadamente para a economia local, pois as pessoas passaram a adquirir mais produtos localmente, como nos ilustra a narrativa de (E5/E6):

“O encerramento da fronteira teve impactos negativos, principalmente para os trabalhadores transfronteiriços, que tiveram que fazer centenas de km todos os dias para ir trabalhar a poucos km de Barrancos, a situação foi resolvida mais tarde.

A nível das transações comerciais até teve alguma coisa positiva, pois as pessoas adquiriam no comércio local produtos que habitualmente compravam em Espanha, como por exemplo: combustíveis, gás etc.” (E5/E6).

A Pandemia da COVID-19 com o encerramento da fronteira mostrou um pouco a fragilidade do Poder dos Estados de Fronteira, que na normalidade quotidiana cooperam e fortalecem laços que contribuem para o Desenvolvimento Local destes territórios transfronteiriços. De acordo com Mota “A proximidade física é tão determinante para os espaços geográficos, como para as relações que estabelecem entre si. Relativamente ao espaço de fluxos, importa a interação, em diferentes graus ou escalas de uma região, a nível interno e externo. Mais do que a proximidade física, é decisiva a conectividade em redes e lugares, regiões, países ou espaços supranacionais.” (Mota, 2019,p.10).

Todavia e de acordo com os dados recolhidos é-nos apontado pelos participantes, que o encerramento da Fronteira foi um dos grandes constrangimentos desta Pandemia, a nível Local, tendo impacto em vários setores de atividade, tais como, o turismo, o comércio, a restauração, destacando-se novamente o impacto na vida dos trabalhadores transfronteiriços, referindo as penalizações a que foram sujeitos os habitantes desta localidade, com o encerramento da fronteira, como é evidenciado nas narrativas de (E10) e de (E9): *“Esse foi um dos constrangimentos desta Pandemia, a meu ver, o fecho das Fronteiras! Não sei se o poder dos Estados saiu reforçado! A nível local foi muito preocupante uma vez que a fronteira esteve encerrada mais de 1 mês, causando grande constrangimento às dezenas de pessoas e empresas que circulavam diariamente para trabalhar, o que veio interferir no desenvolvimento económico do Concelho.”* (E10).

“A Fronteira constitui-se como um fator muito importante para Barrancos e para os seus habitantes, onde se proporciona a potencialização do turismo, da restauração, do comércio e do emprego. É no outro lado da fronteira que muitos habitantes trabalham e que recorrem a serviços de saúde, pelo que a situação pandémica que atravessámos colocou todas estas pessoas numa situação de penalização aquando o fecho da mesma.” (E 9).

12. Contribuição da Pandemia na Melhoria das Carências dos Serviços Públicos de Maneira a responder a Desafios Futuros

Tabela 16 - Contribuição da Pandemia na melhoria das carências dos serviços públicos de maneira a responder a desafios futuros

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Contribuição da Pandemia da COVID-19 para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a poderem responder a desafios futuros	Maior capacitação das Entidades para enfrentar desafios futuros face a riscos semelhantes	Necessidade de Modernização da Administração Pública	E2
		Reforço nos Recursos Humanos	E1
		Aquisição de Equipamentos	E11
		Estreitamento de relações Interinstitucionais	E3
		Burocratização dos Serviços	E9, E4
	Flexibilidade para adaptação e Inovação	Melhoria na aquisição e na utilização de equipamentos informáticos	E8
		Vídeoconferência	E4,
		Formação à distância	(Re) invenção dos serviços
	Fracá Contribuição	Novas Metodologias de Trabalho	E5/E6, E11, E9
		Não houve alterações	E10

Fonte: Elaboração Própria

Face aos resultados obtidos relativamente à contribuição da Pandemia da COVID-19 para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a poderem responder a desafios futuros, os participantes desta investigação consideraram vários, indicando que esta Pandemia, veio demonstrar as carências e a necessidade da Modernização da Administração Pública, como nos ilustra a narrativa de (E2):

“Creio que a Pandemia, demonstrou a capacidade de resolução dos problemas. Contudo a sua duração veio evidenciar as carências. Será por certo uma boa oportunidade para concretizar as necessárias reformas da Administração Pública.” (E2).

Também foi apontado que esta situação permitiu a algumas das Entidades reforçar os Recursos Humanos e adquirir equipamentos e veículos, assim como obter novas metodologias de trabalho e estreitar as relações interinstitucionais. Não obstante, é referido que nem todas as Entidades aproveitaram da melhor forma, as oportunidades que lhes foram concedidas, como nos ilustra a narrativa de (E1):

“(…) Nem todos aproveitaram as possibilidades que lhes foram disponibilizadas. Algumas entidades aproveitaram e bem, reforçando os RH, os equipamentos, o parque de veículos, as metodologias de trabalho, as tecnologias, o estreitamento de relações interinstitucionais...” (E1).

Seguindo a mesma visão de (E1) destaca-se todavia, como aspeto positivo a aquisição de equipamentos, com a emergência do trabalho à distância que a Pandemia veio suscitar, como por exemplo a formação à distância, sendo uma aquisição efetuada numa lógica de prevenção futura, dotando as Entidades e precavendo para se no futuro acontecer algo idêntico estarem melhor preparadas e capacitadas para enfrentar desafios semelhantes, como nos é descrito na narrativa de (E4):

“(…) Em parte, sim, por exemplo foram adquiridos equipamentos, com caráter de emergência, para deslocalizar Ações que eram presenciais, para torná-las à distância, são elementos que ficaram e hoje a formação à distância ficou instalada. Por outro lado, nós que tivemos num período de teletrabalho (nós trabalhadores da Função Pública I.E.F.P). Vimos que alguns de nós precisávamos de trocar de computador e a aquisição de computadores foi feita na lógica e visão futura e foram adquiridos computadores portáteis, facilitará no futuro na resposta de uma situação idêntica. Os serviços ganharam aprenderam alguma coisa e adaptaram-se e agora se acontecer outra desgraça deste estarão um bocadinho mais bem preparados.” (E4).

Face ao exposto verifica-se a necessidade de mudança, que a Pandemia conseguiu acelerar, principalmente na aquisição de Recursos Informáticos, pois foi principalmente através do digital, que quase todos os serviços funcionaram, para além do atendimento à janela, como nos evidenciam as narrativas de (E9), (E5/E6) e (E8):

“Provavelmente na melhoria, na aquisição e na utilização de equipamentos informáticos, uma vez que foi através do digital que quase todos os serviços estiveram a funcionar e a dar respostas às necessidades sentidas.” (E9).

“Penso que sim. Daquilo que eu conheço os serviços Públicos deram uma boa resposta e ficaram bem preparados para situações futuras. Houve situações de atendimento à janela, situações de porta fechada, houve de tudo. Mas os serviços conseguiram ultrapassar as situações e tudo foi resolvido a tempo e a horas, foi uma aprendizagem que espero que no futuro nos sirva a todos.” (E5/E6).

“Em parte também os serviços públicos tiveram que se adaptar e encontrar novas metodologias de trabalho, nomeadamente, através de marcações, videoconferência etc... evitando assim as grandes filas.” (E8).

Contudo é também considerado pelos participantes, que a Pandemia da COVID-19 não contribuiu para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a responderem a desafios futuros, por considerarem que continuam a existir serviços excessivamente burocratizados, como nos ilustra bem a narrativa de (E3):

“(...) Continuei e continuo a ver os serviços demasiadamente burocratizados.” (E3).

Também (E10) considera que a Pandemia não trouxe qualquer mudança, ao referir a expressão “Não me parece”.

Por último é referido a capacidade que a Pandemia da COVID-19 teve de nos colocar a todos à prova, reforçando a ideia de que todos os serviços tiveram que se adaptar e (Re) inventar, para conseguir dar as respostas necessárias, destacando que toda esta experiência que vivenciamos, foi uma fonte de aprendizagem e que nos preparou para enfrentar situações futuras semelhantes sobretudo na área da saúde, como nos é referenciado na narrativa de (E11):

“(...) Todos os serviços tiveram que se (Re) inventar. Aprendemos alguma coisa! Houve a capacidade que tivemos que nos pôr à prova, organizar e (re) inventar, realmente estamos muito mais preparados para enfrentar uma dificuldade a nível da saúde que não tínhamos anteriormente.” (E11)

13. Perspetiva sobre o Futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos

Tabela 17 - Perspetiva sobre o Futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Perspetiva sobre o futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos	Investimento	Saúde Educação Turismo Empresas Cultura Acessibilidade Empreendedorismo	E1, E2,E3, E5/E6, E7,E8, E9, E10, E11
	Políticas Publicas	Políticas Diferenciadoras no Combate à desertificação	E2, E7, E10, E5/E6

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o que evidenciámos no enquadramento teórico e segundo a perspetiva de Roque Amaro uma das ideias fortes do conceito de desenvolvimento “foi a associação ao conceito de “modernização”, definido como o processo de substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento (e dos meios rurais e dos setores económicos e das mentalidades com eles conectadas), pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento e dos meios urbanos e dos setores industriais e de modos de vida e de consumo a eles associados.” (Amaro, 2004, pág.48).

Assim e tal como descrito anteriormente e seguindo a mesma linha de pensamentos podemos observar na tabela nº17 a categorização e a frequência de registos relativamente à perspetiva sobre o futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos, sendo que os participantes evidenciaram várias assentes em pilares considerados fundamentais, tais como: Educação, Turismo, investimento empresarial, cultural, as acessibilidades, assim como também destacaram as Políticas Públicas diferenciadoras de acordo com as especificidades locais. Como podemos observar na narrativa de (E1), considerando que é importante para o futuro do Concelho de Barrancos, investimento empresarial, porque gera a oportunidade de criar mais

empregos, assim como também refere, que seria importante a nível Educacional, a criação de uma Escola Profissional, pois atrairia mais jovens para Barrancos, como forma de combater o envelhecimento deste Concelho. Todavia é mencionado na sua narrativa que o futuro desta comunidade passará por um aproveitamento turístico e pelo aproveitamento dos vários recursos que o Concelho dispõe, quer naturais, quer gastronómicos, patrimoniais, arqueológicos, culturais entre outros, como nos é ilustrado na sua narrativa:

“Continuo a defender a minha opinião, que assenta no investimento em 3 pilares principais:

- Empresarial = empregabilidade,

- Educacional = escola profissional de Barrancos = + jovens em Barrancos,

- Turístico = aproveitamento dos recursos existentes no concelho de Barrancos (naturais, gastronómicos, patrimoniais, arqueológicos, culturais...).” (E1).

Todavia e como referenciámos no enquadramento teórico ao abordarmos o conceito de desenvolvimento local, não podemos deixar de referenciar que este surge associado ao bem-estar e à melhoria das condições de vida das populações, como defende Rigueiro “ Ao referirmo-nos ao conceito de Desenvolvimento Local é necessário atender a estes elementos, onde a expressão desenvolvimento local deve referir-se ao processo de melhoria das condições de vida das pessoas e das famílias e/ou grupos que são específicas de determinados lugares ou pequenos territórios” (Rigueiro, 2014. Pág.9)

Por outro lado é considerado que é necessário criar condições para atrair e fixar população no Concelho de Barrancos. A deliberação da CIC Portugal 2020 (Comissão Interministerial de Coordenação) n.º 55/2015, de 1 de julho de 2015, define para efeitos de adoção destas medidas, uma abordagem multinível de classificação de território de baixa densidade, considerando a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades. Conforme descrito no PNCT, citando Silva, A., Lima, F. e Chamusca, P (2010) “a designação atual dos concelhos do interior advém não apenas de aspetos demográficos, mas também económicos (escassez e fraca diversidade de atividades económicas, elevada taxa de desemprego), urbanos (insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes), institucionais, (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade) e relacionais (fracas redes de parcerias e deficientes taxas de participação e envolvimento da população.”

Martins & Figueiredo (2008) referem que estas diferentes dimensões que caracterizam os territórios de baixa densidade tendem a interagir e reforçar-se mutuamente, na propagação desse fenómeno no tempo, segundo um processo de causalidade circular que tende a ser cumulativo, e que dificilmente se rompe por si só.

De acordo com o explanado anteriormente e sendo o Concelho de Barrancos de Baixa Densidade, onde os jovens preferem procurar oportunidades fora deste território, isto porque este carece dessas oportunidades, é necessário uma visão diferenciadora sobretudo do Poder Central, baseada numa maior articulação entre o Poder Central e a Autarquia, para melhorar as condições de vida da população, como podemos verificar na narrativa de (E5/E6):

“O Desenvolvimento do Concelho de Barrancos passará sempre por criar condições para as pessoas poderem vir para cá. Isto é uma zona de desertificação muito grande, com os jovens a abandonar o concelho à procura de novas oportunidades porque aqui não as têm e por isso tem de ser feito um esforço entre a Autarquia e o Estado Central, para melhorar as condições de vida da população.” (E5/E6).

Não obstante, é todavia referido por (E5/E6) que é necessário criar condições para conseguir fixar a população, argumentando que é necessário melhorar as acessibilidades, considerando que não são apelativas para as empresas que aqui se queiram fixar, considera também que na área da saúde devem ser feitas melhorias, como nos aponta na sua narrativa:

“Para mim há duas situações que têm de ser melhoradas, que é da saúde, temos um centro de saúde que só funciona até às 17 horas, sem urgência, qualquer pessoa que ficar doente, tem de ir para o hospital mais próximo, que fica a 110 km e a questão das acessibilidades, pois não são atrativas para as empresas ou para qualquer pessoa que queira vir para cá trabalhar ou passar a residir em Barrancos.” (E5/E6). Neste contexto é também considerado por (E9), que o Concelho de Barrancos tem como principais problemas, o despovoamento, o envelhecimento da população, assim como uma fraca dinâmica económica, considerando que é necessário a captação de investimento empresarial e também promover as potencialidades locais, como nos é referenciado na sua narrativa:

“Barrancos é uma localidade que tem como principal problema o despovoamento, o envelhecimento, bem como a fraca dinâmica económica um pouco à semelhança do que se tem constatado em várias localidades do Baixo Alentejo. Esta problemática constitui um fator bastante penalizador para o desenvolvimento da localidade. Certamente será necessário a captação de investimento de empresas e a

promoção das potencialidades locais de forma a gerar mais emprego e mais economia local.” (E9). Todavia é considerado, por (E5/E6), que Barrancos é um território atrativo, estando próximo de Espanha e que hoje já tem as acessibilidades um pouco melhores, do que há alguns anos atrás, o que faz com que estejamos um pouco mais próximos de Lisboa, Évora e de Espanha, como nos é referenciado no seu discurso:

É necessário criar condições, porque nós temos um território atrativo, que hoje com as tais acessibilidades não estamos assim tão longe de tudo. Temos Espanha pertinho, a 9 km. Beja, Évora e Lisboa não estão assim tão longe.” (E5/E6).

Todavia é considerado por (E2), que sendo Barrancos um território de Baixa Densidade são necessárias medidas públicas diferenciadoras, não unicamente assentes nas especificidades locais, mas assentes numa visão estruturante da especificidade, de acordo com aquilo que mencionou:

“Trata-se de facto de um território de baixa densidade que a não serem tomadas medidas drásticas tende a passos largos para a desertificação. Medidas de políticas públicas diferenciadoras não somente no potenciar os valores e produtos locais e políticas sociais. Será sempre necessária uma nova dinâmica com uma visão estruturante da especificidade.” (E2). Numa abordagem semelhante é considerado por (E7), que o futuro do desenvolvimento local de Barrancos, estará sempre muito dependente das decisões e estratégias políticas decididas pelo Governo, focando que o poder local pode fazer algo pelo Concelho, mas de forma isolada será sempre com pouco impacto, como nos é apontado no seu discurso:

“O futuro desenvolvimento do concelho de Barrancos estará sempre muito condicionado às estratégias políticas decididas a nível governamental. O poder local, de forma isolada, pode fazer algo, mas será sempre muito difícil e com pouco impacto. Para além de alguma dinamização turística, desportiva e cultural, poderá criar condições para atrair investimento e procurar incentivar o empreendedorismo local.

O investimento do exterior será sempre uma “guerra” muito difícil de vencer... mas não devemos considerar que estamos “perdidos” no Alentejo profundo e sim considerar que somos uma porta de entrada em Espanha e com possibilidades de mercado.” (E7).

Seguindo a mesma perspetiva de (E2) e de (E7) também (E10) refere que é necessário uma aposta do Poder Central nestes territórios de Baixa Densidade, como forma de combater as assimetrias territoriais existentes no nosso país. Argumentando que é necessário criar apoios concretos, para a criação do próprio emprego, sobretudo

direcionado para os jovens, como forma de combater a desertificação e se poderem fixar em Barrancos, tal como nos ilustra a sua narrativa:

“O futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos passa por haver uma aposta no tecido empresarial para a criação de postos de Trabalho! Além disso tem de haver um grande esforço e aposta do Poder Central, Governo, nestes territórios de baixa densidade, juntamente com o Poder Local! Apoios concretos à criação do próprio emprego, direcionado aos jovens e apoio concreto para se poderem instalar.” (E10).

Numa abordagem um pouco diferente é considerado por (E3) e (E8) um futuro pouco risonho para o território, destacando que é necessário mudar mentalidades, sem grande esperança de mudanças no que concerne ao futuro do desenvolvimento local de Barrancos, como nos refere no seu discurso (E3):

“Um dia, quando eu ainda era jovem, há vinte anos atrás, e queria fazer muita coisa boa por esta localidade, um senhor disse-me: “F. se quiseres mudar Barrancos, antes de fazeres obras tens de mudar a mentalidade das pessoas”. Passados vinte anos, a mentalidade é a mesma, logo a minha perspetiva sobre o futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos não é a melhor. E não culpo aqui os políticos, ou os decisores locais, vejo-os com vontade de trabalhar para desenvolver Barrancos, mas...” (E3).

Como já foi evidenciado por (E10) e sobre a mesma perspetiva face ao futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos, também (E8) refere que é necessário investimento, para fixar os jovens no Concelho, como nos ilustra a sua narrativa:

“Cada vez mais assistimos à partida dos jovens por imposição da falta de trabalho no nosso concelho de Barrancos como tal, Barrancos está cada vez mais envelhecido e num futuro próximo não se prevê desenvolvimento a meu ver por esse motivo. Para que isso acontecesse teria que haver investimento, só assim os jovens se poderiam concentrar no nosso concelho.” (E8)

Contudo, como anteriormente referenciado por (E1) também (E5/E6) considera que Barrancos tem fortes potencialidades, considerando que é um território atrativo, para o qual o turismo poderá trazer alguns benefícios para o território, gerando emprego e consequentemente impacto na economia local. Outro aspeto mencionado diz respeito à necessidade de pessoas qualificadas na área do turismo, como nos descreve a narrativa de (E5/E6):

“O turismo é uma indústria que poderá trazer grandes benefícios, tanto a nível de emprego, como ao nível do sector económico. Na minha opinião está muito mal

aproveitada. Nós em Barrancos temos umas condições naturais muito boas. Temos condições de paisagem. Temos dois rios, o Castelo, uma envolvente natural linda, mas temos um parque de campismo que não está terminado. O importante é termos pessoas qualificadas no turismo, para oferecer qualidade de serviço locais e aproveitar aquilo que temos. É aproveitar os recursos que temos e dinamizá-los” (E5/E6).

Para concluir e de acordo com o referenciado no enquadramento teórico e como defende Covas “Os territórios de baixa densidade, ao preservarem uma paisagem ainda pouco antropizada (embora em acelerada transformação), fruto da sua pouca população, do isolamento e da distância, emergem enquanto locais privilegiados para que um certo reencontro entre a sociedade e a natureza possa ter lugar, dando forma a uma “economia das experiências emocionais”.²⁰ (Covas, 2019).

14.Vantagens do Teletrabalho para o Concelho De Barrancos

Tabela 18 - Vantagens do Teletrabalho para o Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise	Categoria	Sub – categoria	Frequência de Registo
Impacto do Teletrabalho	Positivo	Atrair/Fixar População	E1, E2, E3, E4,
		Novas formas de organização do trabalho Qualidade de vida	E5/E6, E7, E8, E9, E10, E11
		Controlo contágio Vírus	E8, E2
	Investimento	Marketing Territorial	E7. E3
		Reforço de Infraestruturas	E7, E5/E6, E10

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre as vantagens que o teletrabalho trouxe para o Concelho de Barrancos (Ver Apêndice I (5.2), os participantes consideraram, que esta metodologia de trabalho que eclodiu com a Pandemia da COVID-19, trouxe várias vantagens para este território. Considerando que indiretamente a Pandemia veio demonstrar o modo e a facilidade, com que podemos trabalhar, fora da sede da empresa, em algumas profissões, abrindo horizontes para Barrancos e territórios semelhantes a Barrancos. Referindo que apenas é necessário um computador, um programa informático e um telefone. Todavia é salientado que é um ganho, considerado

²⁰- O lado Virtuoso dos Territórios de Baixa Densidade
<https://alentejo.sulinformacao.pt/2019/11/o-lado-virtuoso-dos-territorios-de-baixa-densidade/>

também pelos gestores, o que é vantajoso para Barrancos e para outras localidades de interior. Como nos é descrito na narrativa de (E4):

“Considero que de uma forma indireta a Pandemia generalizou e demonstrou a facilidade com que se trabalha em algumas profissões longe da sede da empresa, nomeadamente em casa e desse ponto de vista pode ter aberto horizontes para Barrancos e outros lugares idênticos a Barrancos, será uma coisa de longo e a médio prazo. A Pandemia veio, se dúvidas houvesse demonstrar que o cidadão que trabalha numa empresa como a Delta ou outra empresa qualquer e processa salários ou que faz encomendas se tiver um telefone, um computador e um programa informático da empresa, pode trabalhar à distância em Barrancos, ou na Ilha do Pico nos Açores ou noutra sítio qualquer. Há ganhos em termos de opinião até dos gestores, se as pessoas trabalharem a partir de casa, o que será vantajoso para Barrancos e para outras localidades do interior.” (E4).

De acordo com Henriques “o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações.” (Henriques, 1990,p.51) e, deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais” (Henriques, 1990, p. 53). Seguindo esta linha de pensamento os participantes também referem que Barrancos oferece um nível de vida extraordinário, para quem tem trabalho, sendo um Concelho que possui potencialidades para atrair jovens e famílias em teletrabalho, como nos demonstra a narrativa de (E3):

“Barrancos é um paraíso. Aqui, quem tem trabalho tem um nível de vida extraordinário. Barrancos tem tudo para chamar jovens e famílias em teletrabalho. E sendo esta modalidade cada vez mais praticada, poderia estar aqui uma forma de atrair população ativa. Faça-se a divulgação e tente-se atrair gente para Barrancos.” (E3). Seguindo a mesma perspetiva de (E3) também (E11) considera que o teletrabalho abriu uma porta para estas regiões de interior, considerando que futuramente poderá atrair população e inverter a situação do envelhecimento da população, como nos é mencionado na descrição da sua narrativa:

“Penso que sim. Já constatámos que houve alguns casais que estão em teletrabalho e que antes da Pandemia viviam nas cidades e hoje estão aqui no nosso concelho, alugaram casa e fazem a sua vida diária aqui, porque têm a possibilidade de trabalhar em teletrabalho. Já temos por cá alguns casais.

O Teletrabalho abriu uma porta para estas regiões de interior, porque isto como acontece hoje em dia que são 4 ou 5 casais, que vieram viver para aqui, provavelmente

em vez de 4 ou 5 no futuro poderemos ter mais e assim também é a maneira da nossa população aumentar (...) Uma população que se encontra tão desprotegida!” (E11).

Por outro lado verifica-se uma visão diferente, que nos é apontada por (E8) considerando que o teletrabalho só foi vantajoso durante o período em que a Pandemia estava no auge: *“A meu ver o teletrabalho apenas foi benéfico nos tempos em que a Pandemia estava no auge evitando assim o aumento de contágios” (E8).*

A corrente do “pós-desenvolvimento” salienta os sucessos dos movimentos sociais e as suas formas de organização e existência social, para criar alternativas ao “desenvolvimento”, em vez de continuar subjugada a uma condição uniformizadora e desligada das especificidades territoriais, nas suas diferentes vertentes (1997, p.400)” (Mota, 2019, p.8).

Não obstante é considerado por (E2) que teletrabalho é uma mais-valia mas não é a resposta que se necessita para resolver a questão de fundo, mencionando que é estruturante, como podemos observar na descrição da sua narrativa: *“Pode por certo ser uma mais- valia, mas não a que se necessita para resolver a questão de fundo que como foi dito é estruturante” (E2).* De acordo com o descrito no enquadramento teórico e conforme defende Reis “O processo de desenvolvimento preconiza que cada espaço social, de forma autónoma e participada, deve assegurar uma relação aberta com a região onde se insere, em que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias são condição essencial.” (Reis,2012,pág.160). Neste contexto é também referido por (E7) e tal como referenciado por (E3) a necessidade de fazer um investimento na divulgação das potencialidades locais.

Outro aspeto registado diz respeito à necessidade de criar condições de alojamento disponível acessível de modo a criar condições, para que as pessoas queiram ficar. Sendo que (E10) também refere esta problemática, como nos é descrito nas suas narrativas:

“ (...) Também será necessário sensibilizar os residentes de modo a conseguir que haja alojamento disponível e acessível para acolher quem quiser deslocar-se para Barrancos. Outra situação poderá ser o possível regresso de alguns naturais que, por motivos profissionais, tiveram de sair da sua terra.” (E7). Neste contexto também (E10) refere o seguinte:

“ O Teletrabalho pode trazer a vantagem de fixar população no Concelho. Mas por si só não chega!

O Concelho tem que criar condições para que as pessoas queiram ficar. A habitação é uma delas! O alojamento a preços acessíveis e locais com boas condições para o Teletrabalho.” (E10).

Um outro aspeto que constatamos prende-se com a dinamização de algumas infraestruturas, como espaços que possam ser cedidos para os teletrabalhadores, que queiram vir residir para o Concelho de Barrancos, como nos é mencionado por (E7) na sua narrativa:

“Para que esta nova situação laboral tenha impacto no concelho, ainda há muito trabalho a fazer... é necessário dinamizar algumas infraestruturas que já estão ao dispor da população e que não estão a ser convenientemente divulgadas e “aproveitadas”. Refiro-me concretamente à incubadora de empresas que dispõe de espaços que podem ser utilizados para co working ou cedidos para facilitar a instalação de teletrabalhadores.” No mesmo contexto também é referido por (E7) que é necessário investir em algumas infraestruturas, de modo a que Barrancos seja um Concelho apelativo, para se viver, como nos é descrito:

“Também considero que será necessário continuar a investir na criação de algumas infraestruturas que tornem Barrancos mais atrativo para viver.” (E7).

De acordo com o exposto anteriormente e seguindo a mesma abordagem de (E7) também (E5/E6), considera que é necessário criar condições, dinamizar espaços como a Incubadora de Empresas, para que os teletrabalhadores possam vir trabalhar para cá, como nos descreve na sua narrativa:

“Eu tenho conhecimento de dois jovens que passam a maior parte do tempo a trabalhar em Barrancos. A minha ideia junto da CMB, através da Incubadora de empresas criar espaço para que as pessoas possam ir para lá trabalhar, porque aquele espaço tem condições para isso. É natural que se essas condições existem, as pessoas possam vir trabalhar para Barrancos ou para outro local qualquer. A presença física das pessoas em determinado tipo de profissões passou a ser dispensável. É possível que de futuro venha a ter algum impacto.” (E5/E6).

4 - Considerações Finais

O ano de 2020 ficou marcado historicamente pela Pandemia da COVID-19, um acontecimento que agitou o mundo, tendo impacto a vários níveis não só na saúde, na

economia, nas relações sociais, nas organizações e no território que habitamos, tornando-nos mais atentos às situações de riscos, do mundo contemporâneo (Carmo et al, 2021).Face ao exposto partiu-se para a investigação com um objetivo geral, o de analisar o impacto da pandemia da Covid-19 no Concelho de Barrancos e quatro objetivos específicos, a saber:

- Identificar as dificuldades originadas pela Pandemia da COVID-19 na perspetiva dos *Stakeholders* do Concelho de Barrancos;

- Identificar as oportunidades de cada um dos *stakeholders* em função da sua ação específica no território;

- Identificar as dinâmicas da Rede Social com vista ao fortalecimento da coesão social e Desenvolvimento Local;

- Identificar expetativas face ao futuro.

A análise e discussão dos dados recolhidos, permitiu chegar aos seguintes resultados, tendo presente os objetivos específicos previamente definidos.

No que concerne ao primeiro objetivo específico - *dificuldades originadas pela Pandemia da COVID -19 na perspetiva dos stakeholders no Concelho de Barrancos*, as principais dificuldades identificadas foram a articulação, a restrição de liberdades e a suspensão do apoio e atendimento presencial.

Através dos dados recolhidos e analisados ficou claro que inicialmente foi difícil lidar com uma situação nova e completamente desconhecida, onde a informação era praticamente inexistente, uma situação, à qual rapidamente tivemos que nos adaptar, adotando as recomendações emanadas pela DGS, exigindo uma grande articulação entre as várias entidades.

O isolamento, o Distanciamento social, o medo, também foram alguns dos constrangimentos sentidos e identificados pelos entrevistados, impondo uma rutura na vida quotidiana das pessoas.

Constatou-se que a Pandemia da COVID-19 teve um grande impacto na economia do Concelho, afetando vários setores de atividade, tais como o turismo, o comércio e a restauração. Todavia, como consequência do distanciamento social, foram obrigadas a encerrar várias instituições, organizações e empresas e foram bloqueadas as passagens entre países.

Tal como aconteceu no resto do mundo e sendo Barrancos, uma localidade fronteiriça, o encerramento da fronteira também foi considerado como um dos

constrangimentos sentidos pela Pandemia da COVID-19, colocando o Concelho de Barrancos todavia mais isolado, tendo impacto no desenvolvimento local do mesmo. De acordo com o explanado no enquadramento teórico e segundo a perspetiva de Almeida “ De acordo com a época em que ocorriam, os Estados reagiram de várias formas “ Com medidas restritivas que privilegiaram os cordões sanitários e as quarentenas, e que tinham consequências económicas por vezes tão devastadoras como a própria doença.” (Almeida, 2014, p.690).

No tocante ao impacto da Pandemia a nível local, podemos verificar que os principais impactos apontados registaram-se a nível Social, da Saúde, económico e Psicossocial.

Inicialmente face ao desconhecimento da situação, houve situações que quando alguém testava positivo era discriminado. A “Expulsão do outro”, quando era visto como ameaça, potenciou e ampliou situações de isolamento e de desconfiança.

Também a ausência de festas teve um grande impacto, quer social quer económico, pois são dinâmicas identitárias cruciais na vitalidade do Concelho de Barrancos. A Pandemia teve um grande impacto na economia do Concelho afetando vários setores de atividade, tais como: o turismo, restauração, cabeleireiros.

Apesar da discriminação apontada, a quem testava positivo também foi criado uma rede de apoio, quer formal, quer informal, onde o papel das entidades locais no apoio prestado à população foi muito relevante. É de realçar o papel do Município no processo de tomada de decisão e na coordenação do mesmo, assim como a importância das reuniões diárias, numa metodologia de trabalho que resultou eficaz.

No que concerne ao trabalho em rede e de acordo com os dados obtidos através das entrevistas aplicadas, são a destacar, essencialmente, os aspetos positivos do trabalho em rede, nomeadamente o reforço do trabalho em parceria, permitindo uma maior proximidade entre os parceiros e assim chegar às soluções mais adequadas.

De acordo e segundo a perspetiva de Domingues “É a dimensão de rede, que cria pontes para além do seu território, que sustenta a construção do desenvolvimento local a partir do território, sem fronteiras simbólicas (...)” (Domingues, 2021, p.259). Constatou-se que o trabalho em parceria, contribuiu, igualmente, para o reforço e melhoria das relações interinstitucionais, que tinham intervenção no território, mesmo de quem exercia um trabalho mais localizado, com o objetivo de estabelecer maior proximidade com a população e sensibilizá-la, para alguns aspetos considerados relevantes, como foi a prevenção e posteriormente o caso da vacinação, como forma de

proteger a população, tendo muita atenção aos grupos mais vulneráveis, tais como os idosos e doentes crónicos. Verificou-se também que a relação de proximidade constituiu um processo facilitador do trabalho em Rede.

No segundo objetivo específico pretendia-se *identificar as oportunidades de cada Stakeholders em função da sua ação específica* e foi identificado pelos participantes a flexibilidade das organizações, destacando-se a organização do trabalho, com a adaptação a novas metodologias, como o teletrabalho que permitia trabalhar a partir do local, para qualquer parte do mundo, abrindo uma pequena janela de Esperança, não num impacto imediato, mas que no futuro poderá trazer uma nova atração populacional, poderá inverter o Ciclo Vicioso (que anteriormente apresentámos) e desconstruir o próprio conceito de “interior” ou de “territórios de baixa densidade”, como defende o geógrafo Álvaro Domingues (2021) “ o momento que se vive poderá ser essencial na desconstrução do conceito de “interior” (ou), sustentando que o mesmo alimenta a “lógica derrotista” que, em geral, já define o olhar (pré-concebido) sobre território.”

No início da Pandemia e face ao desconhecimento total, este território foi procurado por se considerar mais seguro relativamente aos centros urbanos, onde a aglomeração de pessoas em vários contextos, como era o caso da utilização de transportes públicos, facilitava a rede de contágios. O Concelho de Barrancos, contrariamente aos centros urbanos, oferecia alguma segurança devido também ao tipo de aglomerado populacional e a toda a envolvência natural e de liberdade.

Esta flexibilidade reforçou, também, a melhoria da gestão do tempo, assim como um maior número de participantes em alguns dos eventos.

Não obstante as oportunidades identificadas e já explanadas, foi considerada por alguns dos entrevistados, também como vantagem, a aquisição de equipamentos, por parte de algumas entidades.

Constatou-se assim, que as organizações têm uma grande capacidade de flexibilidade e de dar respostas, quando se deparam com desafios inesperados, como foi o caso da Pandemia da COVID-19. Podemos observar que nem tudo foi negativo, pois tiveram oportunidade de reduzir alguns recursos financeiros, assim como a melhoria da gestão do tempo.

No que concerne às aprendizagens a nível local salienta-se a relevância do trabalho em Rede, sem o qual as entidades não teriam capacidade de dar resposta, a uma situação tão exigente ao nível das necessidades de resposta, minimizando este

trabalho em Rede os impactos, que teriam sido certamente muito maiores, se não tivesse existido este trabalho.

Houve necessidade de aprofundar, atualizar conhecimentos, face a uma situação tão inesperada e desconhecida. Esta Pandemia ensinou o valor e a importância do trabalho em equipa, assim como contribuiu para a atualização do Plano de Emergência, onde foi incluído o risco da Pandemia.

Todavia, destacou-se o Programa MAREES, como apoio social fundamental à capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário na área social e da saúde durante o período de Pandemia. Demonstrou-se que o espírito de solidariedade entre os vários parceiros e a população em geral foi muito importante.

No terceiro objetivo específico, pretendia-se identificar as dinâmicas da Rede Social com vista ao fortalecimento da Coesão Social e Desenvolvimento Local, pelo que apurou-se que o facto de Barrancos ser um Concelho de menor dimensão facilitou o trabalho em Rede e articulação entre os parceiros, um trabalho que ficou reforçado, como a partilha de conhecimentos contribuindo para o fortalecimento de competências das próprias organizações, ajudando esta partilha a criar soluções atingindo assim os objetivos.

Destacou-se o reforço da Proteção Civil através das boas estratégias de atuação, tendo esta um papel de relevo no controlo desta Pandemia, no Concelho de Barrancos.

A Pandemia da COVID-19 veio reforçar e dar visibilidade ao trabalho em Rede e simultaneamente mostrar o valor acrescido que têm e que congregam estas dinâmicas de trabalho em parceria.

Com todo o contexto Pandémico, verificou-se mais uma vez a importância que tem a Coesão Social na Comunidade, reforçando os laços quer entre as várias entidades locais, quer com entidades com intervenção local, quer entre os atores locais.

Constatámos que a Pandemia da COVID-19 contribuiu para o fortalecimento e intensificação do trabalho em Rede e para a aquisição de novas aprendizagens, tornando-nos mais conscientes e sensíveis para as situações de risco da sociedade atual, que até aqui passavam um pouco desapercibidas.

No que diz respeito aos apoios prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos, no período de maior restrição da Pandemia constatou-se que foram vários: o apoio informático, tão necessário em todo o contexto Pandémico,

principalmente para os alunos expostos a situações de maior vulnerabilidade, onde de repente tiveram que se adaptar a uma nova metodologia de ensino, como foi o caso da Telescola e também para com idosos que se encontravam em ERPI, como forma de minimizar o isolamento, existindo por parte das entidades, uma preocupação no combate às desigualdades sociais emergentes com o eclodir da Pandemia.

É de salientar, O apoio Alimentar no âmbito do programa POAPMC, como forma de suprimir as necessidades diagnosticadas, apoio prestado aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Verificou-se que, existiram Medidas de Incentivos às Empresas, apoios Financeiros prestados às várias intuições locais, destacando-se o Programa PES.

No quarto objetivo específico pretendia-se Identificar perspetivas face ao futuro, assim e face ao contexto da Pandemia da COVID-19 ter contribuído para reforçar o poder dos Estados de Fronteira sendo indicados vários aspetos tais como: a autonomia, maior sensibilização para os riscos sociais globais, dependência do Poder Central, salientando-se que afetou vários setores de atividade.

Apurou-se que o encerramento da fronteira trouxe aspetos negativos, considerando que as regras estatais davam pouca liberdade às autarquias. O encerramento da Fronteira veio refletir-se na vida dos trabalhadores transfronteiriços.

Foi também reforçada a ausência do Bem Comum, perante a situação de gravidade, que nos eram impostas pela Pandemia, o que permitiu que as comunidades ficassem focadas em si mesmas.

A Pandemia da COVID-19 com o encerramento da fronteira mostrou um pouco a fragilidade do Poder dos Estados de Fronteira, que na normalidade quotidiana cooperam e fortalecem laços que contribuem para o Desenvolvimento Local destes territórios transfronteiriços.

Constatou-se que o encerramento da Fronteira foi um dos grandes constrangimentos desta Pandemia, a nível Local, tendo impacto em vários setores de atividade, tais como, o turismo, o comércio, a restauração, destacando-se o impacto na vida dos trabalhadores transfronteiriços.

Face aos resultados obtidos relativamente à contribuição da Pandemia da COVID-19 para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a poderem responder a desafios futuros, verificou-se que a Pandemia da COVID-19 veio demonstrar as carências e a necessidade da Modernização da Administração Pública.

Veio permitir que algumas das Entidades reforçassem os Recursos Humanos e adquirir equipamentos e veículos, assim como obter novas metodologias de trabalho e estreitar as relações interinstitucionais.

Todavia, apurou-se a necessidade de mudança, que a Pandemia conseguiu acelerar, principalmente na aquisição de Recursos Informáticos, pois foi principalmente através do digital, que quase todos os serviços funcionaram, para além do atendimento à janela.

Por outro lado é considerado que a maior parte dos serviços Públicos existentes no Concelho de Barrancos cobre as necessidades da população, à exceção dos serviços relativos à saúde, uma situação que já vem sendo recorrente, sendo difícil encontrar soluções para esta problemática.

Relativamente à perspetiva sobre o futuro do Desenvolvimento Local apurou-se que o Turismo, a Educação, o investimento empresarial são vetores fulcrais para o futuro do desenvolvimento local de Barrancos. Assim como também foi destacado a importância das Políticas Públicas diferenciadoras de acordo com as especificidades locais.

Importa referir que sendo Barrancos um território de Baixa Densidade são necessárias medidas públicas, não unicamente assentes nas especificidades mas assentes numa dinâmica com uma visão estruturante da especificidade. Importa salientar que evidenciámos que Barrancos é um território atrativo, para o qual o turismo poderá trazer alguns benefícios, gerando emprego e impacto na economia local. Destacando-se a necessidade de pessoas qualificadas na área do turismo, para o qual consideramos que é necessário fixar os Recursos Humanos qualificados (não só na área do turismo, mas também noutras áreas) no Concelho, para se poder promover um desenvolvimento diferenciador, independentemente de ser um território com poucos habitantes. Cientes dos desafios que o desenvolvimento local nos trás e Roque Amaro defende o conceito de des...envolvimento, assente na felicidade e distante da perspetiva economicista do mesmo “(...) São pois bem-vindos os novos “conceitos alternativos ao desenvolvimento”, como a felicidade interna bruta, o wellbeing, o buen vivir, o florescimento humano, o ubuntu e o noflay, para além de outros de outros menos conhecidos. (...) ”. É necessário “ (...) olharmos para o conceito de noflay e para os seus desafios de nos mobilizar para estarmos à escuta dos anseios e dos sonhos de bem-estar de Comunidades).” (Amaro, 2017,p.106).

As nossas inquietudes sobre o desenvolvimento local de territórios de Baixa Densidade, neste caso de Barrancos não terminam com esta investigação, pelo que

consideramos importante deixar algumas pistas para futuras investigações e que gostaríamos de ver concretizadas:

- O impacto do Teletrabalho no período Pós- Pandemia no Concelho de Barrancos.

- O Impacto da Pandemia da COVID-19 no período Pós-Pandemia na População Idosa do Concelho de Barrancos.

- O impacto da Pandemia da Covid-19 no período Pós -Pandemia na saúde mental da população de Barrancos.

No que se refere às limitações desta investigação, importa referir que encontramos alguns obstáculos. Os trabalhos de investigação relacionados com a problemática eram praticamente inexistentes. Se por um lado podemos perspetivar como algo vantajoso, por outro partimos para a investigação, com muito pouco suporte bibliográfico. Contudo, estamos cientes, do cariz inovador da investigação, não existindo estudos sobre esta problemática no concelho de Barrancos.

Todavia tivemos o cuidado de ir atualizando o enquadramento teórico à medida que iam surgindo trabalhos de investigação, assim como estivemos atentos às publicações de livros sobre a problemática que pretendíamos estudar e o cuidado de assistir algumas conferências que iam surgindo, online. Importa também referir que apenas cinco das 11 entrevistas realizadas foram efetuadas presencialmente, pelo facto de alguns dos participantes não se encontrarem a residir no Concelho ou porque a gestão da vida profissional e pessoal assim o requereu, podendo ter algum impacto na riqueza da recolha da informação, quando esta recolha é efetuada presencialmente, sempre conseguimos obter mais informação. Contudo salienta-se a total disponibilidade e recetividade de todos os participantes em contribuir para a realização desta investigação.

Outro aspeto que consideramos importante salientar e que tivemos em consideração ao longo da nossa investigação foi o facto da investigadora fazer parte do objeto de estudo, tentando obter o maior rigor e objetividade possível, cientes de que a subjetividade está sempre presente em qualquer trabalho de investigação, como defende Vilelas “ (...) podemos dizer que uma certa dose de subjetividade não somente é inevitável no trabalho do investigador, como é indispensável. Porque para identificar um problema de conhecimento, e afirmar que se quer saber algo, necessita-se conhecer e esclarecer a dúvida que não pode ser se não subjetiva.

Por esta razão é que não concebemos a existência de um conhecimento linearmente objetivo e afirmamos que todo o conhecimento não deixa de ser um produto de uma cultura, de uma época e de homens concretos. Todavia, a ciência preocupa-se constantemente em ser objetiva, ou em tentar chegar a sê-lo, sem que se possa afirmar que se chegou à total objetividade. De outro modo estaríamos a negar o seu próprio caráter falível, a sua possibilidade de cometer erros, com a pretensão de obter um conhecimento absoluto, completamente certo e válido, com o qual nos afastaríamos do pensamento científico e cairíamos num dogmatismo.” (Vilelas, 2020, p.52).

Referências Bibliográficas

- Abrunhosa, A. (2019). Há Territórios Onde Nunca Será Possível Recuperar População. *O Público*, <https://www.publico.pt/2019/09/09/politica/opiniao/ha-territorios-onde-sera-possivel-recuperar-populacao-1885756> .
- Albino, J. C. (s.d.). *O Contributo para a História do Desenvolvimento Local*. Animar.
- Almeida, J. F. (2011). *Capital Social, desenvolvimento e Coesão Social: reduzir os deficits trigêmeos*. MiraFlores: IV Congresso da Ordem dos Economistas.
- Almeida, M. A. (2014). *As Epidemias nas notícias em Portugal: Cólera, Peste, Tifo e Varíola, 1854-1918, v.21, nº2*. Lisboa: ISCTE.
- Almeida, M. A. (2014). *As epidemias nas notícias em Portugal: Cólera, peste, tifo, gripe e varíola*. Manguinhos - Rio de Janeiro: História, Ciência, Saúde .
- Amado, J. (2018). *Manual de Investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Araújo, J. D. (2014). *O Conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território - Os Casos da Estónia e Portugal*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa.
- Baltazar, M. d., Vieira, C., Vieira, I., & Rego, C. (2014). Europa Cidadã: pessoas, empresas e Instituições - Atas do II Congresso Internacional de Verão. *Acesso ao Ensino Superior e Mobilidade dos Portugueses*, pp. 73-97.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 .
- Bell, J. (1997). *Como Realizar Um Projeto De Investigação - Um Guia Para Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva.
- Cachopo, J. P. (2020). *A Torção Dos Sentidos*. Braga: Documenta.
- Caldas, J. C., Silva, A. A., & Cantante, F. (2020). *As Consequências Económicas da COVID-19 e a Sua Desigual Distribuição*. Lisboa: Colabor.
- Carmo, A., & Rêgo, P. (2020). *COVID-19 No Alentejo - Breves Notas Sobre Territórios De Baixa Densidade*. Évora: Finisterra, pp163 -168.
- Carmo, R. M., Caleiras, J., Roque, I., & Assis, R. V. (2021). *O Trabalho Aqui e Agora*. Lisboa: Tinta da China.

- Carmo Renato Miguel do; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (Orgs).(2020).*Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19 em livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades Sociais, CIES-ISCTE.Consultar em:
www.observatoriodasdesigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobrea-covid19emlivro
- Carvalho, B. F., Cizeski, H. A., Dower, S. T., Sampaio, I. S., & Scudeller, B. P. (2021). *A Covid-19 e o Controle dos Corpos: Novas Justificações para o medo do outro*. Lisboa: CIS Nova - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, C. P. (2020). Cultura e Território. *Palavras para Lá da Pandemia*, p. 38.
Consultar em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/>
- Carvalho, J. E. (2020). *Economia COVID-19 - A Catástrofe com Face Humana*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Costa, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Costa, A. F. (2020). Desigualdades Sociais e Pandemia. Em R. M. Carmo, I. Tavares, & A. F. Cândido, *Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19*. Lisboa: Observatório das Desigualdades Sociais, ISCTE, pp.4-15
- Costa, Susana; Santos, Filipe (2020). "Biopolítica", *Palavras Para Lá da Pandemia Cem Lados de Uma Crise*. Centro de Estudos da Universidade de Coimbra
Consultar em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=30442>.
ISBN: 978-989-8847-24-9
- Diagnóstico Social de Barrancos (3ª actualização). (julho de 2019). Câmara Municipal de Barrancos.
- Dias, T. (2016). *Perspectivas de Desenvolvimento e Coesão No Município de Vila Pouca de Aguiar*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Domingues, C. M. (1995). *A Fronteira Como Ponto de União*. Barrancos: Universidade Moderna
- Domingues, C. M. (2003). *Barrancos e Encinasola - Fronteira e Destino*. Barrancos: Universidade de Évora.

- Domingues, M. P. (2021). *A Avaliação do Desenvolvimento Local Segundo a Perspectiva das Entidades de Economia Social - Uma Proposta da Animar - Associação de Desenvolvimento Local*. Universidade da Beira Interior.
- Dragão, A. (2020). *Habitação, Pandemia, Crise*. Lisboa: Observatório das Desigualdades Sociais - ISCTE.
- Europeia, C. (2015). *Coesão Territorial - Glossário da Política Regional*.
- Ferrão, J. (2002). *Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais*. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1520: Lusotopie, nº9.
- Ferrão, J. (2019). Território ainda com lacunas, descontinuidade e falta de articulação entre os vários níveis de ação. Em R. P. Mamede, & P. A. Silva, *Estado da Nação e as Políticas Públicas*. Lisboa: ISCTE, pp.37-43
- Ferrelli, R. M. (2015 (4): 272-7). *Coesión Social como base para políticas públicas orientadas a la equidad en salud: Reflexiones desde el programa EuroSocial*. Revopanam Salud Publica.
- Gameiro, J. (2020). *A pandemia das almas. Pensar o Futuro - Portugal e o Mundo Depois Da COVID-19*. Lisboa: Porto Editora, pp.139-156.
- Gomes, A.A. (2008) .*Estudo de Caso Planeamento e Métodos*.(s.l.); (s/ed).
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo Sentidos e formas de Uso* . Cascais: Príncipia.
- Guerreiro, M. I. (2008). *Associações De Desenvolvimento Local: Que Contributo para o desenvolvimento Local? O estudo de caso da ADPM*. Instituto De Ciências Do Trabalho e Da Empresa - Departamento de Sociologia.
- Haguette, T. (1995). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes Lda
- Harari, Y. N. (2021). Lições de Um Ano de COVID. *Expresso*, pp. 30-33.
- Henriques, J. M. (2016). *Coesão Territorial, Resiliência e Inovação Social: O Programa Rede Social. Agricultura, Floresta e Desenvolvimento*, p.205.
- Huber, D. (2008). *Livro Verde Sobre a Coesão Territorial: Perspetivas Futuras*. Inforegio.

- Inforegio. (nº 28/2008). *Livro Verde Sobre a Coesão Territorial: Perspetivas Futuras*. CE.
Consultarem: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag28/mag28_pt.pdf
- Júnior, Á. F., & Júnior, N. F. (2011). *A Utilização da Técnica da Entrevista em Trabalhos Científicos*. Evidência, Aravá, nº7, p.237-299.
- Macaire, L. I. (2020). *O Impacto do Teletrabalho Antes, Durante e Pós- Covid-19*. Porto: Instituto Superior de Administração e Gestão.
- Madeira, M.J. (1996). *Coesão Social e Acção Social*. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social. Acedida em 6 de novembro de 2015. Consultar em:
http://www.segsocial.pt/documents/10152/51814/Coesao_social_accao_social/f96c2efc-7ada-4766-a195-18e74b2780 - Confirmar se está correcto
- Machado, I., & Melo, S. (2020). Cadernos Da Pandemia Do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, vol.4. *A Pandemia e os desafios colocados aos Intervenientes Sociais*, p. 2
- Machado, I., & Melo, S. (2020). (Re)inventar a Integração Sociais em Contexto De Pandemia. *A Pandemia e os Desafios Colocados aos Intervenientes*, Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, pp.7-8
- Marques, R. (2021). O que Aprendemos com a Pandemia. *O Público*. Consultar em: <https://www.publico.pt/2021/11/19/opiniao/opiniao/aprendemos-pandemia-1985564>
- Martins, N., & Figueiredo, C. (2008). *Provere - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos*. Lisboa: Departamento e Prospetivas e Planeamento e Relações Internacionais.
- Melo, I. M. (2020). *A Pandemia e Os Desafios Colocados aos Intervenientes Sociais*. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto: Cadernos da Pandemia Volume nº4.
- Moreira, C. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Mota, B. M. (2019). *A Problemática dos Territórios de Baixa Densidade: Quatro Estudos De Caso*. Lisboa: Departamento de Ciências Política e Políticas Públicas do ISCTE- Instituto Universitário De Lisboa.
- Navas, M. V. (2017). *O Barranquenho - Língua/Cultura/Tradição*. Lisboa: Colibri.
- Nico, B. (2020). *E Depois de Tudo Isto? Portal dos Jesuitas*. Consultar em: <https://pontosj.pt/opiniao/e-depois-disto-tudo/> (pesquisa efetuada a 20/11/2020)
- Pachecho, A. I. (2021). *O Impacto da Pandemia COVID-19 na Saúde Mental da população idosa utilizadora dos Serviços de Centro de Dia do Concelho de Paços de Ferreira*. Porto: Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- Pereira, N. (2021). *O Homem da Tenda*. Vila Nova de Gaia: Primeira Edição.
- Peres, R. S., & Santos, M. A. (2005). *Considerações Gerais e Orientações Práticas acerca do Emprego de Estudos de Caso na Pesquisa Científica*. São Paulo: Periódicos Eletrónicos em *Psicologia, Interações*.
- Provere, Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos*. (2008). Departamento De Prospetivas e Planeamento e Relações Internacionais. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- Reis, P. (2012). *Desenvolvimento Local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.
- Revez, J. (2014). *O Papel das Associações de Desenvolvimento Local E Regional, Como Estrutura Organizacional e Funcional Inovadora De Gestão No Desenvolvimento Local: A Experiência Portuguesa do Alentejo*. *Desenvolvimento Regional em Debate* (ISSN-9029), v.4, p.115-139.
- Salgueiro, T. (2021). *A "Rua de Três" Memórias da Gripe Espanhola*. Vila Viçosa: Edição do autor -1ª Edição.
- Sanches, R., & Santos, M. A. (2005). *Considerações Gerais e Orientações Práticas Acerca do Emprego de Estudos de Caso na Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: Periódicos Eletrónicos.
- Santinha, G. (2014). *O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re) construindo ideias dominantes*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Santos, A. C. (novembro de 2020). Palavras para Lá da Pandemia - Cem Lados De Uma Crise. *Desigualdades e Habitação*, p. 42.
- Santos, B. d. (2020). *O Futuro Começa Agora - Da Pandemia à Utopia*. Lisboa: Edições70.
- Santos, M., & Baltazar, M. d. (2016). *Os Territórios do Território Português: Caracterização e Perspectivas Para Territórios De Baixa Densidade no Horizonte 2030. IX Congresso de Sociologia - Portugal, Territórios de Território* Faro: Universidade do Algarve, pp. 1-15
- Sebastião, M. d. (2015). *O Contributo das ADL para o Desenvolvimento Regional e Local. O Caso do Distrito de Évora*. Évora: Universidade de Évora.
- Serrano, G. P. (1997). *Elaboração de Projetos Sociais*. Porto: Porto Editora.
- Simões, D. (2021). *Práticas da Cultura na Raia do Baixo Alentejo - Utopias, Criatividade e Formas de Resistência*. Lisboa: Colibri.
- Simões, D. (2016). *A Guerra Civil De Espanha Na Raia Luso-Espanhola - Resistência, Solidariedades e Usos da Memória*. Lisboa: Edições Colibri
- Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). *O Uso da Análise de Conteúdo Como Uma Ferramenta Para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e Aplicação do Método*. Lavras: Universidade Federal de Lavras.
- Silva, J., Bernard, A., Espiga, F., & Gaspar, M. (s.d). *O impacto da COVID-19 na Pobreza e Desigualdade em Portugal, e o efeito mitigador das políticas de proteção*. Lisboa: Universidade Católica de Lisboa (Católica -Lisbon´s Center of Economics for Prosperity).
- St.Aubyn, M. (2020). *O impacto económico da pandemia Covid-19 em Portugal*. XIV Encontro de Economistas CAF- SEGIB "Impactos Económicos Del COVID-19 en Iberoamericano.
- Trefaut, M. d. (2021). *"A Vacinação iniciou uma guerra geopolítica"* . Brasil: Brasil Jornais.
- Valente, M. C. (2009). *Uma Estratégia Para a Valorização dos Recursos Silvestres Das Regiões Mediterrâneas De Baixa Densidade - Uma Aplicação aos casos das Aromáticas e dos Cogumelos*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Vilelas, J. (2020). *Investigação O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Wesley, F. R., & Jabour, C. J. (2011). *Utilizando Estudo de Caso (s) Como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões*. Lajeado: Estudo e Debate, V.18, nº2, p.07-22.

Yin, R.K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2ª ed) Porto Alegre: Bookman.

Sites Consultados:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main <https://www.pordata.pt/>
(consultado a 07-04-2023)

<https://www.upf.br/noticia/pandemias-e-epidemias-na-historia-reflexos-sociais-imediatos-e-duradouro> (consultado a 12-03-2022)

<https://www.medicina.ulisboa.pt/newsfmul-artigo/99/epidemias-e-pandemias-na-historia-da-humanidade> (consultado a 12-03-2022)

<https://gerador.eu/o-que-define-a-interioridade/#top> (consultado a 20-03-2022)

<https://gerador.eu/o-que-define-a-interioridade/#top> (consultado a 26-02-2023)

<https://alentejo.sulinformacao.pt/2019/11/o-lado-virtuoso-dos-territorios-de-baixa-densidade/> (consultado a 21-11-2021)

<https://www.facebook.com/camaramunicipaldebarrancos>

<https://www.pordata.pt/> (Consultado a 05-03-2023)

APÊNDICES

APÊNDICE I.
TABELAS DA ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO DE DADOS

Grelha de Análise de Conteúdo

1.1 - Constrangimentos sentidos durante a Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise: Dificuldades sentidas durante a Pandemia	
Sub – categoria	Unidades de Registo
Falta de informação uniformizada	<i>“Desconhecimento de todos: como situação/problema novo, não havendo lições apreendidas nos últimos anos em Portugal, havia muita dificuldade em recolher informação. A própria DGS/SNS, teve dificuldades de comunicar assertivamente os melhores procedimentos a tomar pelas diversas entidades envolvidas” (E1)</i>
Encerramento de Fronteiras	<i>“Por questões de segurança e determinação dos estados-membros, foi determinado o encerramento das fronteiras, trazendo para alguns cidadãos que trabalham em território espanhol, muitos grandes e graves problemas laborais, principalmente no processo de circulação entre países, bem como a atividade laboral de cidadãos espanhóis que tinham e têm a atividade profissional em território português.” (E1)</i>
Impedimento de Circulação	<i>“Na minha perspetiva os principais constrangimentos situaram-se ao nível da redução de liberdades, sobretudo de circulação, da atividade económica, do encerramento de estabelecimentos (escolares, restauração, IPSS, etc).” (E2)</i>
Escassez de Recursos Humanos e de equipamentos	<i>Relativamente aos B.V.B foi uma aprendizagem de uma situação que nunca tinha passado. A dificuldade que havia era em contactar com os doentes e como transportá-los. Havia muita dificuldade, porque não havia experiência, não havia máscaras, não havia equipamentos necessários. Na altura era muito difícil aceder a esse tipo de produtos, o que causava muitos constrangimentos à Associação (...) A dificuldade teve mais a ver com garantir o número suficiente de Recursos Humanos.” (E6)</i>
Higienização dos espaços/Aprendizagem	<i>“(…) A Associação aprendeu a lidar com a Pandemia com a situação de isolamento, numa localidade que está longe de tudo, dos hospitais, tirando o nosso Centro de Saúde e que não tem urgências, os hospitais mais próximos ficam cerca de 110 km cada um. Além de atender os doentes COVID-19 também exigia a higienização das ambulâncias e a toda a hora, com os custos inerentes a tudo isso, mas conseguiu-se dar a volta à situação com todas essas dificuldades.” (E6)</i>
Distanciamento Social	<i>“No caso da Associação “A Estêva” teve a ver com os projetos que estavam a decorrer e que requeriam um contacto mais direto com a população, isso atrasou algumas atividades dos projetos, o que fez com que cerca de um ano e meio/a dois anos, a Associação tivesse a atividade reduzida, fez-se tudo o que era possível fazer, sem o contacto direto com as pessoas.” (E5).</i> <i>“Possivelmente os principais constrangimentos foram as dificuldades sentidas por parte da população de acesso aos serviços, uma vez que teve que encerrar portas, situação que foi rapidamente solucionada.” (E9)</i>
Medo	<i>“O primeiro constrangimento foi o medo do desconhecido, pois ninguém sabia com o que estávamos a lidar. Depois o medo gera desconfiança e psicologicamente creio que todos</i>

	<i>ficámos bastante afetados. Estivemos a lidar com algo novo e o ser humano é muito avesso a mudanças de rotinas; essas alterações das nossas rotinas diárias, foi algo que nos afetou a todos.” (E3)</i>
(Isolamento)	<p><i>“Os principais constrangimentos foi o facto de não podermos estar à vontade com a família e amigos sempre com receio do risco de transmissão do vírus.” (E8)</i></p> <p><i>“Na minha perspetiva, a Pandemia da COVID-19 veio fazer com que as pessoas ficassem mais isoladas mais refugiadas nos seus domicílios e como era uma situação desconhecida para o ser humano foi com dificuldades que enfrentámos esta situação.” (E11)</i></p>
Desconhecimento da Situação	<i>“A COVID-19 foi algo completamente novo que obrigou a que todas as entidades locais, cada qual na sua área de competências, se envolvesse no sentido de encontrar soluções e formas de atuação que permitissem minimizar os impactos tão negativos na vida das pessoas e das instituições.” (E7)</i>
Capacidade de adaptação e de respostas inovadoras	<i>“Os nossos constrangimentos foram iguais aos de outras entidades que operam oferecendo serviço às pessoas, deixamos de fazer atendimento de forma presencial e tivemos de alterar o paradigma durante largos meses de tempo, tivemos atendimento telefónico e por via digital (por e-mail). Depois no segundo patamar de constrangimento foi o facto das nossas Ações, nomeadamente as de qualificação e também as medidas de âmbito social terem sido suspensas, porque as pessoas, não podiam contactar umas com as outras.” (E4)</i>
Facilidade de resolução de Problemas	<p><i>“ (...) Durante o período da Pandemia o maior constrangimento foi de não poder implementar os projetos que tínhamos delineados, muitos deles de âmbito socioeconómico bastante importantes para o desenvolvimento do Concelho.” (E10).</i></p> <p><i>“ No entanto, através do CCOM (Comissão de Coordenação de Operações Municipal, constituída pela CMB/Proteção Civil e JF, Bombeiros Voluntários e por todas as entidades de âmbito Social (IPSS), Educação (Agrupamento de Escolas de Barrancos), Saúde (Centro de Saúde de Barrancos) e Desportivas (BFC) foi delineado um plano de contingência para pôr no terreno e implementar todas as medidas preventivas que eram emanadas pela DGS. Além disso este organismo era também responsável pelo acompanhamento dos casos de infeção no Concelho.” (E10)</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

1.2 - Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local

Dimensão de Análise: Impacto da Pandemia da COVID-19 a nível local	
Sub – categoria	Unidades de Registo
Discriminação Desconfiança Redes formais e informais de apoio	<p><i>“A situação Pandémica que vivemos foi algo completamente novo e inesperado que veio alterar o padrão das interações sociais, sobretudo numa localidade de pequena dimensão como é Barrancos, onde o contacto e interação com o outro é muito frequente, onde se promove o bem-estar e sentido de pertença.</i></p> <p><i>Com a Pandemia começamos a olhar o outro como um potencial perigo e provavelmente o confinamento e conseqüente distanciamento social teve forte impacto social e local.” (E9)</i></p> <p><i>“Discriminação Social: Um dos aspetos, compreensivo, mas lamentável, no início da Pandemia, foi o facto de alguns cidadãos discriminarem negativamente aqueles que testavam positivo e ficavam em isolamento profilático. No entanto, muitos houve, felizmente, que se</i></p>

	<p>disponibilizaram para ajudar aqueles que tinham a obrigatoriedade legal de ficar em isolamento, promovendo-se uma rede de apoio social, quer pela vizinhança, familiares, amigos, mas também através e assente nas entidades como, câmara, bombeiros, farmácia, centro de saúde, ERPI..." (E1).</p>
<p>Reorganização dos serviços</p> <p>Reforço consciência de proteção individual e coletiva</p>	<p>"Consciência de autoproteção individual e coletiva. A sociedade humana, não será a mesma, nos próximos largos anos, atendendo entre muitos fatores, à autoavaliação e autoproteção. De realçar pela positiva também, uma das muitas decisões tomadas em sede de SCDPC-COVID 19/CCOM, com a reorganização dos serviços das diferentes entidades, trabalhando em formato de espelho</p> <p>(...) Foi necessário, lamentavelmente, haver vítimas mortais, para que o cidadão se consciencializasse que esta situação era muito grave." (E1)</p> <p>"Sob o ponto de vista das questões de saúde propriamente dita, não temos um número elevado de mortes a lamentar e também não tivemos grandes surtos de infeções no período mais crítico (antes da vacinação da população).</p> <p>Ao nível económico-social, procurámos criar condições (através de programas municipais) para minimizar os impactos da pandemia na vida das pessoas e das empresas.</p> <p>Na área da educação (área muito sensível e preocupante) também trabalhamos em articulação com o AEB para no sentido de encontrar soluções que minimizassem os efeitos da pandemia.</p> <p>Sob o ponto de vista de membro do executivo, não posso deixar de considerar que a COVID-19 teve um impacto também muito negativo. Condiçãoou o normal desenvolvimento de alguns projetos interessantes e impediu a concretização de outros considerados importantes para o desenvolvimento de Barrancos e com impacto direto na vida das pessoas." (E7).</p> <p>"Quando surgiu a pandemia, um vírus desconhecido de todos também a Instituição teve que se preparar para enfrentar o "desconhecido ". Tivemos que planear, traçar estratégias. Uma delas passou pelo confinamento o qual foi proposto pela Direção da Instituição aos colaboradores. Formaram-se 3 equipas que ficavam durante 7 dias efetivos na Instituição. Após os 7 dias entrava outro grupo e assim sucessivamente.</p> <p>Recebemos muito apoio por parte da Direção, Município, familiares de utentes e acima de tudo por parte da nossa família sem os quais nada disso teria sido possível". (E8)</p>
<p>Impacto no turismo, comércio, cabeleireiros...</p>	<p>" (...) Como resultado dos constrangimentos apontados resultou a paralisação de toda a atividade económica, o que foi extremamente negativo." (E2).</p> <p>" (...) O impacto económico também se sentiu bastante pois foram 2 anos em que muitos eventos e festejos não se realizaram, como por exemplo a ExpoBarrancos e as Festas Locais. (E10).</p> <p>"A nível local, como a nível nacional, as coisas todas se alteraram, o convívio a nível familiar e também a nível económico porque toda a economia sofreu essa alteração e essa dificuldade porque as pessoas deixaram de se movimentar, deixaram de frequentar (E11).</p> <p>"Sendo o Concelho de Barrancos muito dependente da Câmara Municipal creio que grande parte da população não sentiu efeitos da pandemia a nível financeiro. No entanto o comércio local foi bastante afetado, nomeadamente a restauração e alguns serviços como cabeleireiros." (E3).</p>

	<p><i>“Na primeira fase da pandemia os impactos no bem-estar das pessoas e na economia local foram grandes. Numa terra pequena em que o contacto social é grande houve uma retração com as pessoas a isolarem-se, quase com medo uma das outras, com muitas pessoas a não sair de casa, o que as afetou psicologicamente.</i></p> <p><i>Na economia local o impacto foi também negativo, porque além de não se realizarem as habituais festas anuais e outras, que sempre dinamizam o comércio local, porque atraem muitos visitantes, o setor da restauração e cafés esteve muito tempo encerrado, o que causou grandes prejuízos aos empresários e trabalhadores deste ramo” (E5/E6)</i></p>
Isolamento	<p><i>“O maior impacto foi na área socioeconómico e depois digamos que na parte emocional, principalmente nas pessoas mais idosas ficaram ainda mais isoladas e pessoas mais vulneráveis. Teve um grande impacto na vida social do Concelho, sem dúvida!” (E10).</i></p>

Fonte: Elaboração própria

1.3 - Avaliação do Trabalho em Rede

Dimensão de Análise: Avaliação do Trabalho em Rede	
Sub – Categoria	Unidades de Registo
Reforço do trabalho em parceria	<p><i>“Foi uma experiência totalmente nova, ninguém sabia como havia de relacionar-se com o meio envolvente. A Rede criada pelo Município foi muito importante. A dinâmica do trabalho em parceria resultou em pleno. A proximidade era permanente, as decisões discutidas diariamente e por todos participadas, permitiram chegar a bom porto com as medidas, por vezes penalizadoras que era necessário tomar.” (E2).</i></p> <p><i>“Considero não só no Concelho de Barrancos, mas naquilo que eu conheço nos diferentes Concelhos aqui à volta. A Rede Social e os diferentes parceiros deram o exemplo de como se pode cooperar em situações de muito limite, de muitas limitações e de facto foi facilitador da nossa resposta integrada. (E4)</i></p> <p><i>“A Covid-19 foi algo completamente novo que obrigou a que todas as entidades locais, cada qual na sua área de competências, se envolvesse no sentido de encontrar soluções e formas de atuação que permitissem minimizar os impactos tão negativos na vida das pessoas e das instituições.” (E7).</i></p>
Melhoria das relações interinstitucionais	<p><i>“A Pandemia trouxe novos desafios que não tinham acontecido anteriormente, o meu trabalho era mais direcionado para o local e só trabalhávamos com os meus colegas e com a Pandemia houve necessidade de relacionarmo-nos com outras entidades. Isto teve que ser articulado com outras entidades, porque nós sozinhos não conseguíamos enfrentar todas as dificuldades que iam surgindo. Era uma situação nova e isso trouxe muitos desafios! Ao Nível do Centro de Saúde tivemos que articular com o Município, com o Lar (IPSS), com a Proteção Civil, com os Bombeiros, para conseguirmos mobilizar toda a população com o objetivo de vacinar o maior número de pessoas. (E11).</i></p>

	<p><i>“(…) O trabalho em Rede fazia-se com outras instituições, nomeadamente com o Município. No caso dos Bombeiros havia a Comissão da Proteção Civil, que reunia diariamente, procurava-se trabalhar em Rede com todas as instituições do Concelho, com o Lar, com o Centro de Saúde, dando as respostas necessárias, através da troca de equipamentos, quando uma entidade não tinha, a que tinha a mais disponibilizava”. (E5; E6).</i></p> <p><i>“Avalio de forma muito positiva, uma vez que existiu uma boa articulação entre todas as entidades de forma a dar respostas às necessidades identificadas.” (E9)</i></p> <p><i>A nível do CLAS e do NLI houve reuniões em plataforma zoom e creio que a situação pandémica não prejudicou minimamente o trabalho em rede, antes pelo contrário, creio que nos aproximou. No entanto, pareceu-me que a nível superior (entidades nacionais) este trabalho em rede que se desenvolveu a nível local não foi devidamente valorizado, pois senti que estávamos a trabalhar sem poder de decisão. (E3)</i></p> <p><i>“Desconhecimento de todos), as diferentes entidades/APC tiveram de assumir uma metodologia de trabalho de equipa, que resultou muito bem, porquanto se constituiu a sub comissão municipal de proteção civil para o COVID19 (SCDPC-COVID19), bem como e para tornar os processos de decisão e a própria tomada de decisão do responsável máximo político (Presidente ou Vereadora) constituiu-se o centro coordenação operacional municipal (CCOM), que através de reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, quando a situação se justificasse, com periodicidade diária e muitas vezes bi-diária, se ia acompanhando o processo e os cidadãos, tendo por base as informações recolhidas das entidades oficiais, dando-lhe o devido tratamento e estabelecendo-se sempre um plano estratégico de ação (PEA). No decurso de vários meses, estas reuniões permitiram melhorar a relação interinstitucional e pessoal das entidades, bem como, promover gradualmente, uma maior e melhor articulação entre as mesmas, procurando-se permanentemente, melhor e mais atualizada informação, para melhorar procedimentos, muitas vezes sem a devida compreensão e respeito por parte dos cidadãos. (E1).</i></p>
<p>Relação de Proximidade com a População</p>	<p><i>“Numa localidade pequena, onde as pessoas todas se conhecem também é mais fácil fazer esse trabalho em Rede, porque todos os Órgãos Sociais de todas as associações locais eram conhecidos, assim como os dirigentes das autarquias (CMB e Junta de Freguesia) e outras entidades, foi fácil trabalhar porque já se conheciam uns aos outros (E5/E6).</i></p> <p><i>“(…) No decurso de vários meses, estas reuniões permitiram melhorar a relação interinstitucional e pessoal das entidades, bem como, promover gradualmente, uma maior e melhor articulação entre as mesmas, procurando-se permanentemente, melhor e mais atualizada informação, para melhorar procedimentos, muitas vezes sem a devida compreensão e respeito por parte dos cidadãos, mesmos havendo uma difusão de informação, assente em dados oficiais, procurando-se sempre, transmitir tranquilidade, mas reforçando sempre, a importância da proteção, prevenção e respeito pelas regras instituídas, nomeadamente a utilização dos</i></p>

	<p><i>equipamentos de proteção individual (EPI), cumprimento das distâncias de segurança e desinfeção das mãos...” (E1).</i></p> <p><i>(...) Transmitir tranquilidade, mas reforçando sempre, a importância da proteção, prevenção e respeito pelas regras instituídas, nomeadamente a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), cumprimento das distâncias de segurança e desinfeção das mãos...” (E1)</i></p>
Novas Metodologias de Trabalho	<p><i>“ (...) A nível profissional foi complicado tivemos que alterar as metodologias de trabalho” (E8).</i></p> <p><i>“ (...) As diferentes entidades tiveram de assumir uma metodologia de trabalho em equipa, que resultou muito bem.” (E1).</i></p> <p><i>“ (...) As reuniões por zoom forma uma grande vantagem, visto que conseguimos estar presentes e em muitos casos conhecer parceiros nos.” (E10)</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

2.1 - Vantagens da Pandemia da COVID-19 para o Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise: Oportunidades para o Território de Barrancos no Contexto Pandémico	
Sub – categorias	Unidades de Registo
Adaptação a novas metodologias de trabalho	<p><i>“ (...) Com a imposição inicial do teletrabalho, muitos cidadãos procuraram locais mais seguros como Barrancos, pelo facto subjacente de não haver registos de casos e ser uma localidade efetivamente mais segura (o 1º caso surgiu em Barrancos, meses depois de surgir em Lisboa e noutras localidades do distrito e fora deste). As empresas de todo o mundo, adotaram e/ou reformularam, e bem, esta metodologia de trabalho, havendo muitas empresas a mante-la todavia.” (E1)</i></p> <p><i>“ (...) Isto como se dizia na altura não vai ficar nada igual e essa mudança tem a ver com isso, com pessoas que vivem em grandes centros, saturadas do movimento, de muita gente! Começam a olhar para o interior com outros olhos e vêem que aqui pode-se trabalhar com mais tranquilidade, com mais qualidade de vida. Hoje em dia com o aumento do teletrabalho poderá ser uma oportunidade para muita gente, poder voltar para aqui ou vir de novo para aqui desde que nós aqui consigamos criar as condições necessárias para acolher essas pessoas.” (E5/E6).</i></p> <p><i>“ (...) Durante a Pandemia houve muitos jovens que durante a Pandemia regressaram e estiveram a trabalhar em Barrancos em Teletrabalho, alguns ainda continuam. Considero que isto é vantajoso para o Concelho porque traz mais pessoas ao território e é sempre</i></p>

	<p><i>vantajoso porque o tecido socioeconómico tem aqui alguma alteração para positivo, o que é sempre bom para Barrancos.</i></p> <p><i>Em 2021 instalaram-se no Concelho alguns casais e pessoas individuais que passaram a trabalhar em teletrabalho, alguns deles vindos do país vizinho!” (E10).</i></p> <p><i>“Certamente a Pandemia da COVID-19 trouxe algumas vantagens para este território, na perspetiva da procura do mesmo para a realização de teletrabalho, por exemplo”.(E9)</i></p>
<p>Qualidade de Vida</p>	<p><i>“Trouxe algumas vantagens, porque algumas pessoas que já tinham aqui habitação, como 2ª habitação, procuraram voltar para cá porque sentiram-se mais protegidas, viver em cidades é mais complicado nesta situação, a nível de saúde, a nível de transportes. Há uma aglomeração e isso torna a pessoa mais insegura.” (E11).</i></p> <p><i>“Vantagens económicas se fizermos um balanço entre aquilo que foi e aquilo que poderia ter sido não é positivo. Houve situações de pessoas que vieram para cá trabalhar em teletrabalho e isso teve algum impacto.” (E5/E6).</i></p> <p><i>Enquanto não for possível isso, não houver condições mínimas de acessibilidades, de acesso à saúde e de outros problemas que temos cá em Barrancos (...).” (E5/E6).</i></p> <p><i>“ (...) Em Contrapartida algumas pessoas vieram trabalhar para cá, algumas delas ainda cá se encontram, embora não seja um número significativo. Isto como se dizia na altura não vai ficar nada igual e essa mudança tem a ver com isso, com pessoas que vivem em grandes centros, saturadas do movimento, de muita gente! Começam a olhar para o interior com outros olhos e vêm que aqui pode-se trabalhar com mais tranquilidade, com mais qualidade de vida.” (E5/E6).</i></p> <p><i>“Durante a Pandemia houve muitos jovens que durante a Pandemia regressaram e estiveram a trabalhar em Barrancos em Teletrabalho, alguns ainda continuam. Considero que isto é vantajoso para o Concelho porque traz mais pessoas ao território e é sempre vantajoso porque o tecido socioeconómico tem aqui alguma alteração para positivo e é sempre bom para Barrancos.” (E10).</i></p> <p><i>“Em 2021 instalaram-se no Concelho alguns casais e pessoas individuais que passaram a trabalhar em teletrabalho, alguns deles vindos do país vizinho!” (E10).</i></p>

O território manteve-se inalterado	<p><i>“Não considero que a pandemia Covid-19 tenha trazido vantagens para Barrancos!</i></p> <p><i>Dois anos a viver “condicionados”, pela situação pandémica em si, pela interrupção do normal funcionamento das instituições, pelo medo da incerteza no futuro... razões suficientes para não conseguir encontrar vantagens.” (E7).</i></p> <p><i>“ (...) Pelo referido no ponto anterior (vantagens), também houve o reverso da medalha e foi precisamente pela vinda de familiares/descendentes de barranquinhos a Barrancos, passado algum tempo (meses), surgiram os primeiros casos na Vila, alguns com desfechos lamentáveis.” (E1).</i></p> <p><i>“As poucas pessoas que se deslocaram para Barrancos não constituíram vantagens significativas.” (E2).</i></p> <p><i>“Na minha modesta opinião não trouxe benefícios nenhuns.” (E3).</i></p> <p><i>“Não vislumbro qualquer tipo de mais-valia.” (E4)</i></p> <p><i>“Na minha opinião não considero ter trazido vantagens para o Concelho de Barrancos até porque limitou a vinda de pessoas no Concelho com receios de transmissão.” (E8).</i></p>
---	--

Fonte: Elaboração Própria

2.2 - Vantagens da Pandemia da COVID-19 para as Organizações em Barrancos/No Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise: Vantagens da Pandemia para as organizações	
Sub-categoria	Unidades de Registo
Novas Metodologias de Trabalho	<p><i>“No Agrupamento de Escolas de Barrancos inicialmente houve muitas dificuldades em implementar o ensino à distância, mas rapidamente nos adaptamos a esta nova situação. Começámos a utilizar plataformas digitais de ensino à distância, o que foi rapidamente aprendido quer por professores quer por alunos (...) A única vantagem foram as reuniões em plataformas digitais; por vezes não precisamos estar todos no mesmo espaço para reunir e tomar decisões, espero que essa tenha sido uma aprendizagem desta situação.” (E3).</i></p> <p><i>“As vantagens que a pandemia trouxe para a minha organização foram olhar para o trabalho de forma diferente e implementação de novas formas de trabalhar, como sejam o teletrabalho, as reuniões por videoconferência, colaborar com outras empresas e organizações em</i></p>

<p>Maior capacidade de respostas</p>	<p><i>trabalho em rede para procurar resolver problemas e adquirir produtos em conjunto, algumas dessas formas de trabalhar, que na altura eram novidade vieram para ficar e já são aplicadas com normalidade.” (E5/E6).</i></p>
<p>Digitalização dos Serviços</p>	<p><i>“Passado o período crítico da Pandemia e não estando apenas envolvidos e preocupados em como minimizar os impactos da mesma na população é mais fácil encontrar algumas vantagens dentro de todos os condicionalismos a que ficámos sujeitos.</i></p> <p><i>A realização de reuniões via zoom/teams foi uma das poucas vantagens que a pandemia trouxe. Estando Barrancos longe dos centros de decisão regional - Beja/Évora - e muito longe de Lisboa (a título de exemplo) a participação em reuniões acarretavam custos financeiros e muito “desperdício” de tempo em viagens. A obrigatoriedade/possibilidade de participar nas reuniões via zoom/teams facilitou não só a participação num maior número de reuniões como resultou em ganhos de tempo e poupança em termos económicos (poupança em combustível e pagamento de horas extraordinárias a motorista).</i></p> <p><i>Outra das vantagens que pode sentir diretamente foi o facto de poder participar num maior número de eventos com interesse para a minha função e mais concretamente em matérias relacionadas com os pelouros que me foram atribuídos. Foi muito mais fácil gerir a agenda e assistir a eventos muito interessantes.</i></p> <p><i>Ainda do ponto de vista dos eventos on line, foi possível concretizar algumas iniciativas (celebração do Dia da Língua Materna e Jornadas do Património, entre outras) que permitiram uma maior difusão e participação do que provavelmente seria se fosse presencial.</i></p> <p><i>A disponibilidade dos funcionários para participar em ações de formação profissional (muito importante para a aquisição e/ou desenvolvimento de competências) foi outra das vantagens. A formação tornou-se mais apelativa e, conseqüentemente, mais participada. Já não era necessário sair de madrugada e voltar ao final do dia para assistir a 6 ou 7 horas de formação, muitas vezes em vários dias consecutivos. Também neste aspeto houve poupanças em termos económicos (gasóleo e pagamento de horas extraordinárias ou dias de compensação).” (E7)</i></p> <p><i>“Vantagens concretamente para a organização, talvez a modernização de equipamentos informáticos e serviços online de forma a dar uma total resposta às diversas necessidades da população.</i></p> <p><i>Numa primeira fase foi privilegiado o contato telefónico com os utentes de forma a garantir um acompanhamento social de proximidade, posteriormente regressámos ao atendimento presencial cumprindo todas as medidas de segurança.” (E9).</i></p>
<p>Implementação de Planos Digitais</p>	<p><i>“(…)O Plano de Ação de Desenvolvimento Digital foi assim implementado com um cariz de forma urgente. Mas, na minha opinião o ensino foi muito prejudicado, ainda sou um adepto incondicional do ensino presencial.” (E3).</i></p>

<p align="center">Novos Desafios</p>	<p><i>“Lançou novos desafios e novos desafios são sempre coisas que sendo diferentes incentivam mais as pessoas, no nosso caso tivemos medidas novas, o paradigma mudou, o I.E.F.P nas medidas de emprego dirigidas a desempregados teve uma medida associada à Pandemia, teve várias associadas à Pandemia, mas uma de Gestão dos serviços de Emprego, a Medida de Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, em que integrámos não só desempregados, como pessoas que estavam em Lay-off e que estavam aposentadas, mas em condições de colaborar com Lares e com Centros de Saúde, etc. Portanto, foi um novo desafio. (E4).”</i></p> <p><i>“Eu não diria que foram vantagens, foram novos desafios, pois tivemos que abandonar coisas importantes na saúde, como a prevenção (...) Todo o nosso empenho fosse debruçado sobre a vacinação (...) Houve várias valências que a gente deixou de fazer, como a vigilância nos diabéticos, a vigilância na hipertensão, porque a preocupação principal era resolver o problema das pessoas que ficavam infetadas. “ (E11)</i></p>
<p align="center">Fraca nuance na mudança das organizações</p>	<p><i>“No caso da nossa organização também não trouxe vantagens, até porque isolou mais os nossos utentes pelo facto de não poderem estar com os seus familiares e amigos.” (E8).</i></p> <p><i>“ Não foram significativas” (E2)</i></p>

Fonte: Elaboração própria

2.3 - As Principais Aprendizagens da COVID-19 no Concelho de Barrancos

<p align="center">Dimensão de Análise: Trabalho em Rede</p>	
<p align="center">Sub-Categoria</p>	<p align="center">Unidades de Registo</p>
<p align="center">Planeamento</p>	<p><i>“Muitas e a muitos níveis. Considerando um processo de aprendizagem total (atendendo ao referido no ponto 1.1.), tudo o que se pesquisou, aprendeu, implementou, avaliou, corrigiu, reimplementou... trouxeram a todos muitas melhorias pessoais, coletivas e institucionais. Esta pandemia ensinou a muitas entidades a trabalhar em equipa e em rede. Também a atualização do planeamento de emergência, teve de ser atualizada (no PMEPC, foi incluído o risco de pandemia), tendo por base as aprendizagens obtidas. A relação entre os APC e a população, julgo ter havido melhoria, bem como, a credibilidade destes, junto da população, havendo maior respeito por parte do cidadão, junto daqueles que tudo deram em prol destes.” (E1).</i></p> <p><i>“ (...) Por norma os portugueses não são muito bons a planear, mas quando estão perante um problema e quando estão pressionados e neste caso, reagimos de uma forma mais ou menos coordenada, cada um no seu papel. (E4)</i></p>

<p style="text-align: center;">Colaboração</p>	<p>“A principal aprendizagem é que quando queremos trabalhar uns com os outros, os portugueses colaboram. (...) Eu acho que a Autarquia, a Junta de Freguesia e a Câmara, tiveram um papel fundamental na colaboração com o Serviço de Emprego e o Serviço de Emprego na colaboração porque dotou-os de capacidade financeira e de meios humanos, com essa nova medida MAREES ajudaram aqueles que estavam mais aflitos: os Lares, o próprio Centro de Saúde, os espaços comuns do Concelho, pertença do Município e da Freguesia, a limpeza e o ajustamento desses espaços à COVID-19 e portanto acho que colaborámos em cima do joelho, pressionados pela Pandemia e pela Emergência Social, mas colaborámos com bons resultados”. (E4).</p>
<p style="text-align: center;">Coordenação</p>	<p>“Neste caso agiu-se de forma coordenada, cada entidade na sua área: “ (...) Por norma os portugueses não são muito bons a planear, mas quando estão perante um problema e quando estão pressionados e neste caso, reagimos de uma forma mais ou menos coordenada, cada um no seu papel.” (E4).</p>
<p style="text-align: center;">Apoios Sociais</p>	<p>“O trabalho em Rede com o Centro de Emprego foi muito importante, foi feito no sentido de ver as pessoas que não tinham trabalho, que não tinham rendimento e que pudessem ser integradas nas novas medidas, que o Governo foi criando para dar respostas a toda esta situação da Pandemia e aí conseguiu-se criar um grupo de pessoas que pudessem ser integradas nas medidas que iam surgindo para que pudessem ter um rendimento social no final do mês e poder fazer face a toda a agravante que a Pandemia trouxe. Os apoios foram as Medidas MAREES foram medidas que foram diretamente dirigidas para a área social e para a área da saúde, para criar equipas que pudessem dar apoio aos Lares, Bombeiros, Centros de Saúde (...) A instituições de carácter Social. Aqui no nosso Concelho principalmente o LAR (IPSS), porque era a instituição que mais cuidado requeria da nossa parte e depois todo o alargamento e outras medidas que foram facilitando como os CEI, CEI+, estágios (isso foram medidas, onde as pessoas podiam ser integradas, sem tanta burocracia). O que fez toda a diferença foi o projeto MAREES, que fez com que se pudessem integrar cerca de 40 pessoas, que não tinham qualquer rendimento no fim do mês e que durante esse período (dois anos) tiveram integradas e tiveram rendimento social.” (E10).</p>
<p style="text-align: center;">Atualização de Conhecimentos</p>	<p>“A aprendizagem tem a ver com a experiência adquirida, ao ter que lidar com uma situação nova.” (E5/E6).</p>
<p style="text-align: center;">Proximidade e Partilha de Conhecimentos</p>	<p>“A grande aprendizagem está relacionada com o trabalho em rede que foi estabelecido. A proximidade e a partilha de conhecimentos serão por certo as mais relevantes.” (E2)</p> <p>“Não quero ser pessimista, mas não vi vantagens a nível local. Mas volto a destacar a forma positiva como as entidades locais trabalharam em rede para o controle desta pandemia.” (E3).</p>
<p style="text-align: center;">Otimização dos Recursos</p>	<p>“A aprendizagem tem a ver com a experiência adquirida, ao ter que lidar com uma situação nova.” (E5/E6).</p>

	<i>" (...) Otimização de recursos nos serviços e procura de respostas de forma célere." (E9).</i>
Capacidade de Reinvenção	<i>"Aprendemos alguma coisa, houve capacidades que tivemos que pôr à prova, organizar e (re) inventar e realmente estaremos melhor preparados para enfrentar uma dificuldade ao nível da saúde que tínhamos anteriormente." (E11).</i>
Capacidade de Resiliência	<i>"Capacidade de resiliência de toda a população". (E9).</i>
Espírito de Sacrifício	<i>"Em todas as situações adversas, penso que faz parte da natureza humana, procuramos encontrar algo menos mau... Relevo o espírito de sacrifício e solidariedade entre todas as instituições envolvidas neste desafio de combate a uma doença desconhecida e grave. Ficou ainda mais claro no meu espírito, que quando todos estamos imbuídos do mesmo espírito e vontade de ultrapassar obstáculos e vencer desafio, fica bem mais fácil concretizar os objetivos." (E7).</i>
O Valor da Vida	<i>"Julgo que aprendemos a ser mais humanos e a valorizar as pequenas coisas da vida." (E8)</i>
Banco de Voluntários	<i>"O Município criou uma equipa no âmbito da Ação Social que identificava os problemas e as necessidades sociais pois se fez o banco de voluntariado, onde se fizeram máscaras solidárias digamos assim, que depois eram entregues através de uma Associação de um projeto que é o CLDS 4 G, também se distribuiu o Kit com o desinfetante por cada casa em toda a população e foram-se identificando os problemas mais sérios de âmbito social. Claro que depois todas as pessoas que iam ficando infetadas e em isolamento iam tendo esse acompanhamento". (E10).</i>
Ação Social	<i>"A nível local a principal aprendizagem foi que o trabalho social é bastante importante na comunidade que são necessários técnicos capacitados para o fazer e que as instituições locais são parceiros imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho contínuo." (E10).</i>
Apoios Sociais (MAREES)	<i>" (...) Com essa nova medida MAREES ajudaram aqueles que estavam mais aflitos: os Lares, o próprio Centro de Saúde, os espaços comuns do Concelho, pertença do Município e da Freguesia, a limpeza e o ajustamento desses espaços à COVID-19 (...)." (E4)</i>

Fonte: Elaboração Própria

3.1 - Avaliação no âmbito da Rede Social e Articulação entre os vários Parceiros

Dimensão de Análise: Trabalho em Rede	
Sub - categoria	Unidades de Registo

<p>Partilha de conhecimentos</p>	<p><i>“A avaliação que faço é extremamente positiva, na medida que permitiu o aprofundar de conhecimentos dos problemas e soluções encontradas em Rede.” (E2).</i></p>
<p>Ajudou a criar soluções e atingir objetivos</p>	<p><i>“No âmbito da rede social o trabalho desenvolvido foi positivo Todos os parceiros reuniram esforços no sentido de encontrar as melhores soluções para travar a pandemia assim como dar resposta às pessoas/famílias” (E8).</i></p>
<p>Boas estratégias de atuação</p>	<p><i>“No âmbito da Rede Social o CCOM teve um papel fundamental na definição de estratégias de atuação e de articulação entre as entidades competentes nestas matérias. Relativamente à área da saúde, penso que o Centro de Saúde e a ULSBA deram respostas às necessidades da comunidade. Nem sempre com a celeridade que gostaríamos, mas entendemos que esta situação não era fácil para ninguém.</i></p> <p><i>Na área da Educação, apesar dos constrangimentos iniciais, penso que o agrupamento de Escolas de Barrancos está de parabéns na forma como lidou e resolveu todas as situações críticas com que se depararam. De assinalar que a CMB esteve sempre ao dispor para o que fosse entendido como necessário.” (E7).</i></p>
<p>Aproximação entre Parceiros</p>	<p><i>“Sem dúvida acentuou a importância do trabalho em Rede, veio aproximar os parceiros, foi uma aproximação forçada, pelas diversas circunstâncias, mas foi uma aproximação clara e evidente e boa para todos.” (E4).</i></p> <p><i>“Considero que sim, com a Pandemia da COVID-19 fomos obrigados a trabalhar em Rede. Sendo este trabalho sempre positivo. Embora estivéssemos longe, estivemos sempre muito unidos. O trabalho sem ser em Rede nestes Municípios de Interior não faz sentido.” (E10).</i></p> <p><i>“ (...) Todos os parceiros reunimos esforços no sentido de encontrarmos melhores soluções.” (E8)</i></p> <p><i>“ (...) soluções encontradas em Rede.” (E2)</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

3.2 - Contributos da Pandemia da COVID-19 para o fortalecimento do Trabalho em Rede e para a Coesão Social da Comunidade

Dimensão de Análise: Fortalecimento do trabalho em Rede – Coesão Social da Comunidade	
Sub - categoria	Unidades de Registo
Valorização dos Laços Comunitários	<i>“Sem qualquer dúvida. Tratou-se de uma experiência jamais vivida, que veio reforçar os laços comunitários que em momentos normais quase não se dá por eles.” (E2).</i>
Aquisição de conhecimentos para enfrentar situações de Risco	<i>“Sem dúvida acentuou a importância do trabalho em Rede, veio aproximar os parceiros, foi uma aproximação forçada, pelas diversas circunstâncias, mas foi uma aproximação clara e evidente e boa para todos.” (E4).</i>
Reforçou o papel das Parcerias	<i>“Sim, sem dúvida que contribui para o fortalecimento do trabalho em rede e para a coesão da sociedade, uma vez que todos reunimos esforços, aplicamos medidas e estratégias com vista a respostas eficazes e céleres a todas as necessidades da população.” (E9).</i>
Estratégias Adequadas	<i>“Penso que sim, que contribuiu... acho que ficamos preparados para um melhor trabalho em rede.” (E5/E6).</i>
Intensificação da importância do trabalho em Rede.	<i>“Sim, a pandemia contribuiu para o fortalecimento do trabalho tivemos que nos adaptar, aprender a dar resposta a situações desconhecidas a tudo isto a pandemia obrigou-nos.” (E8).</i> <i>“ (...) O CLAS já estava implementado e a trabalhar. Foi apenas o consolidar do trabalho em Rede e em parceria com os diferentes parceiros, retirando o que de melhor cada um tinha para dar. Foi muito importante no trabalho que se fez com a IPSS, O Lar “Nossa Senhora da Conceição.” (E10)</i>
Adaptação, aprendizagem e flexibilidade Alteração de Comportamento	<i>“Todos os constrangimentos que a pandemia criou, permitiram verificar que, quando as pessoas querem e estão dispostas, tudo é possível. Foram ultrapassadas muitas barreiras e obstáculos, em conjunto. Mas, hoje, lamentavelmente a situação voltou o que era antes da pandemia. Tudo voltou, aparentemente, à normalidade... Antes já existia coesão social e algum trabalho em rede. Poderia ser mais profícuo, mais evidente e, conseqüentemente, mais produtivo? Sim! Mas isso exigiria alguma alteração de comportamentos que, como todos sabemos, não é fácil e precisa de uma autoanálise individual e a tomada de consciência da mudança necessária.” (E7)</i>
Alteração de comportamento	

Fraco Fortalecimento	<i>“Pessoalmente não vejo nenhum fortalecimento; não somos melhores nem piores pessoas, somos exatamente como eramos antes da pandemia. (E3).</i>
-----------------------------	---

Fonte: Elaboração Própria

3.3 - Apoios prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos no período de maior restrição da Pandemia

Dimensão de Análise: Apoios aos diferentes grupos sociais	
Sub - categoria	Unidades de Registo
Apoio Informático/Recursos Digitais e apoio em sala	<p><i>“(…) Também disponibilizamos material informático a todos os alunos do nosso agrupamento e, tivemos uma sala aberta para que os alunos que tinham dificuldades em acompanhar as aulas, onde estava sempre um professor.” (E3).</i></p> <p><i>“No sentido de todos terem acesso às mesmas condições de aprendizagem, a CMB em articulação com o agrupamento de escolas identificou as necessidades de equipamentos – tablets – que foram adquiridos pela CMB para entregar às crianças que deles careciam. Também foi disponibilizado um serviço de apoio do técnico de informática da Câmara para auxiliar em algumas situações que pudessem surgir com os equipamentos e com os quais as crianças e jovens, assim como as respetivas famílias, não estivessem tão familiarizadas.” (E7)</i></p> <p><i>“(…) Educação: Foi adquirido pela autarquia equipamento informático e ruters (internet) para fazer face às aulas on-line (em casa) de modo a que todos os alunos tivessem acesso.” (E10).</i></p>
Apoio Alimentar Acompanhamento Social/Famílias RSI	<p><i>“No caso do Agrupamento de Escolas de Barrancos tivemos o refeitório sempre disponível para fornecer refeições a todos os nossos alunos que assim o solicitassem. Foram servidas algumas refeições diárias a alunos do escalão A, tanto de forma presencial, como em regime de take away”. (E3)</i></p> <p><i>“A continuidade de acompanhamento social de proximidade aos beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção e aplicação de medidas excecionais no âmbito da pandemia COVID-19, no caso concreto do apoio alimentar no âmbito do programa POAPMC que foi alargado o número de beneficiários de forma a suprimir as necessidades diagnosticadas” (E9).</i></p>

<p>Medidas de Incentivos às Empresas</p>	<p>“O I.E.F.P colaborou com medidas de incentivo às empresas e houve várias no Concelho de Barrancos, não eram medidas de gestão local, eram medidas de gestão regional aplicadas a partir da Delegação Regional em Évora e colaborou com medidas específicas dirigidas a pessoas desempregadas ou não desempregadas, quiseram dar uma ajuda de emergência aos Lares ou aos Centros de Saúde, aos Bombeiros, àqueles que estavam mais aflitos e se encontravam mais pressionados.” (E4).</p> <p>“Forma prestados apoios sociais e económicos” (E10)</p>
<p>Apoio humano/ Solidariedade</p>	<p>“Foram prestados apoios sociais e económicos.</p> <p>Social: criou-se uma equipa de voluntários sociais que faziam o acompanhamento das pessoas mais vulneráveis, e das pessoas que ficavam infetadas.” (E10)</p>

Fonte: Elaboração Própria

4.1 - Contribuição da Pandemia no Reforço do Poder dos Estados de Fronteira

<p>Dimensão de Análise: Contribuição da Pandemia para Reforçar o Poder dos Estados de Fronteira</p>	
<p>Sub - categoria</p>	<p>Unidades de Registo</p>
<p>Processo de auto proteção contínuo</p>	<p>“Sim. No entanto considero também que não se pode nem se deve desaproveitar tudo o que se aprendeu até então. Atendendo às afirmações daqueles que estudam estas matérias, o futuro nos guardará mais situações idênticas, logo o processo de alerta, autoproteção, prevenção, resposta... tem e deve continuar a ser permanente.” (E1)</p>
<p>Desunião/Desconfiança perante o desconhecido</p>	<p>“As regras estatais concediam pouca margem de manobra às autarquias. Contudo foi possível ir articulando algumas questões.” (E2)</p> <p>“ (...) Apesar dos constrangimentos permitiram desenvolver uma metodologia de trabalho participativo.” (E2) “Embora sazonalmente, o poder dos Estados regressou ao antigamente (Período Estado Novo). Mas rapidamente se diluiu.” (E2).</p> <p>“Não. Considero que a pandemia nos demonstrou que o poder dos estados na fronteira não existe; aliás fiquei preocupado pois vi cada um preocupado com o “seu quintal”, sem consciencialização que só há bem</p>

	<p>situações fossem alteradas e correspondessem, minimamente às expectativas das comunidades.</p> <p>A situação de gravidade da pandemia também impedia que, por vezes, se olhasse ao bem comum das comunidades envolvidas e se pensasse um pouco mais na individualidade de cada um. Os receios de ambos os lados da fronteira quanto à possibilidade de transferência de contágios faziam-se sentir.” (E7).</p> <p>“Esse foi um dos constrangimentos desta Pandemia, a meu ver, o fecho das Fronteiras!</p> <p>Não sei se o poder dos Estados saiu reforçado!</p> <p>A nível local foi muito preocupante uma vez que a fronteira esteve encerrada mais de 1 mês, causando grande constrangimento às dezenas de pessoas e empresas que circulavam diariamente para trabalhar, o que veio interferir no desenvolvimento económico do Concelho.” (E10).</p>
Turismo	<p>“A Fronteira constitui-se como um fator muito importante para Barrancos e para os seus habitantes, onde se proporciona a potencialização do turismo, da restauração, do comércio e do emprego. (E9)</p>
Impacto no Comércio Local	<p>A nível das transações comerciais até teve alguma coisa positiva, pois as pessoas adquiriam no comércio local produtos que habitualmente compravam em Espanha, como por exemplo: combustíveis, gás etc.” (E5/E6).</p>
Serviços de Saúde	<p>“É no outro lado da fronteira que muitos habitantes trabalham e que recorrem a serviços de saúde, pelo que a situação pandémica que atravessámos colocou todas estas pessoas numa situação de penalização aquando o fecho da mesma.” (E 9)</p>

Fonte: Elaboração Própria

4.2 - Contribuição da Pandemia na melhoria das carências dos serviços públicos de maneira a responder a desafios futuros

Dimensão de Análise: Contribuição da Pandemia da COVID-19 para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a poderem responder a desafios futuros	
Sub - categoria	Unidades de Registo
Necessidade Modernização da Administração Pública	<p>“Creio que a Pandemia, demonstrou a capacidade de resolução dos problemas. Contudo a sua duração veio evidenciar as carências. Será por certo uma boa oportunidade para concretizar as necessárias reformas da Administração Pública.” (E2).</p>

<p>Reforço nos Recursos Humanos Aquisição de Equipamentos</p>	<p>“Sim. Nem todos aproveitaram as possibilidades que lhes foram disponibilizadas. Algumas entidades aproveitaram e bem, reforçando os RH, os equipamentos, o parque de veículos, as metodologias de trabalho, as tecnologias, o estreitamento de relações interinstitucionais...” (E1).</p>
<p>Burocratização dos Serviços</p>	<p>“Não. Continuei e continuo a ver os serviços demasiadamente burocratizados.” (E3).</p>
<p>Estreitamento de relações Interinstitucionais</p>	<p>“(…) Todos os serviços tiveram que se (Re) inventar. Aprendemos alguma coisa! Houve a capacidade que tivemos que nos pôr à prova, organizar e (re) inventar, realmente estamos muito mais preparados para enfrentar uma dificuldade a nível da saúde que não tínhamos anteriormente.” (E11).</p>
<p>Oportunidade de Mudança</p> <p>Melhoria na aquisição e na utilização de equipamentos informáticos</p> <p>Videoconferência</p>	<p>“Sim. Em parte, sim, por exemplo foram adquiridos equipamentos, com carácter de emergência, para deslocalizar Ações que eram presenciais, para torná-las à distância, são elementos que ficaram e hoje a formação à distância ficou instalada. Por outro lado, nós que tivemos num período de teletrabalho (nós trabalhadores da Função Pública I.E.F.P). Vimos que alguns de nós precisávamos de trocar de computador e a aquisição de computadores foi feita na lógica e visão futura e foram adquiridos computadores portáteis, facilitará no futuro na resposta de uma situação idêntica. Os serviços ganharam aprenderam alguma coisa e adaptaram-se e agora se acontecer outra desgraça deste estarão um bocadinho mais bem preparados.” (E4).</p> <p>“Provavelmente na melhoria, na aquisição e na utilização de equipamentos informáticos, uma vez que foi através do digital que quase todos os serviços estiveram a funcionar e a dar respostas às necessidades sentidas.” (E9).</p> <p>“Em parte também os serviços públicos tiveram que se adaptar e encontrar novas metodologias de trabalho, nomeadamente, através de marcações, videoconferência etc... evitando assim as grandes filas.” (E8).</p>
<p>(Re) invenção dos serviços</p>	<p>“Sim. Penso que sim. Daquilo que eu conheço os serviços Públicos deram uma boa resposta e ficaram bem preparados para situações futuras. Houve situações de atendimento à janela, situações de porta fechada, houve de tudo. Mas os serviços conseguiram ultrapassar as situações e tudo foi resolvido a tempo e a horas, foi uma aprendizagem que espero que no futuro nos sirva a todos.” (E5/6).</p>
<p>Não houve alterações</p>	<p>“ Não me parece!” (E10)</p>

Fonte: Elaboração Própria

5.1 - Perspetiva sobre o Futuro do Desenvolvimento Local do Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise: Perspetiva sobre o futuro do Desenvolvimento Local de Barrancos	
Sub – categoria	Unidades de Registo
Saúde	<p>“O Desenvolvimento do Concelho de Barrancos passará sempre por criar condições para as pessoas poderem vir para cá. Isto é uma zona de desertificação muito grande, com os jovens a abandonar o concelho à procura de novas oportunidades porque aqui não as têm e por isso tem de ser feito um esforço entre a Autarquia e o Estado Central, para melhorar as condições de vida da população. Para mim há duas situações que têm de ser melhoradas, que é da saúde, temos um centro de saúde que só funciona até às 17 horas, sem urgência, qualquer pessoa que ficar doente, tem de ir para o hospital mais próximo, que fica a 110 km e a questão das acessibilidades, pois não são atrativas para as empresas ou para qualquer pessoa que queira vir para cá trabalhar ou passar a residir em Barrancos. É necessário criar condições, porque nós temos um território atrativo, que hoje com as tais acessibilidades não estamos assim tão longe de tudo. Temos Espanha pertinho, a 9 km. Beja, Évora e Lisboa não estão assim tão longe.” (E5/E6).</p>
Investimento	<p>“Cada vez mais assistimos à partida dos jovens por imposição da falta de trabalho no nosso concelho de Barrancos como tal, Barrancos está cada vez mais envelhecido e num futuro próximo não se prevê desenvolvimento a meu ver por esse motivo. Para que isso acontecesse teria que haver investimento, só assim os jovens se poderiam concentrar no nosso concelho.” (E8)</p>
Acessibilidade/Empreendedorismo/Educação/Cultural	<p>“Continuo a defender a minha opinião, que assenta no investimento em</p> <p>3 pilares principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empresarial = empregabilidade, - Educacional = escola profissional de Barrancos = + jovens em Barrancos, - Turístico = aproveitamento dos recursos existentes no concelho de Barrancos (naturais, gastronómicos, patrimoniais, arqueológicos, culturais...).” (E1).

<p style="text-align: center;">Turismo</p>	<p>“O turismo é uma indústria que poderá trazer grandes benefícios, tanto a nível de emprego, como ao nível do sector económico. Na minha opinião está muito mal aproveitada. Nós em Barrancos temos umas condições naturais muito boas. Temos condições de paisagem. Temos dois rios, o Castelo, uma envolvente natural linda, mas temos um parque de campismo que não está terminado. O importante é termos pessoas qualificadas no turismo, para oferecer qualidade de serviço locais e aproveitar aquilo que temos. É aproveitar os recursos que temos e dinamizá-los” (E5/E6)</p>
<p style="text-align: center;">Empresarial</p>	<p>É necessário criar condições, para que as pessoas se sintam bem. É necessário melhorar o nível de vida das pessoas em Barrancos, melhorar estacionamento, criar mais espaços verdes. O nosso parque empresarial tem poucas empresas, 2 empresas de grande dimensão, o resto são tudo empresas unipessoais. O nosso Parque empresarial necessita ser dinamizado, isto está associado também com as péssimas acessibilidades que temos atualmente (E5/E6).</p> <p>“ O futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos passa por haver uma aposta no tecido empresarial para a criação de postos de Trabalho! Além disso tem de haver um grande esforço e aposta do Poder Central, Governo, nestes territórios de baixa densidade, juntamente com o Poder Local! Apoios concretos à criação do próprio emprego, direcionado aos jovens e apoio concreto para se puderem instalar.” (E10).</p> <p>“Barrancos é uma localidade que tem como principal problema o despovoamento, o envelhecimento, bem como a fraca dinâmica económica um pouco à semelhança do que se tem constatado em várias localidades do Baixo Alentejo. Esta problemática constitui um fator bastante penalizador para o desenvolvimento da localidade.</p> <p>Certamente será necessário a captação de investimento de empresas e a promoção das potencialidades locais de forma a gerar mais emprego e mais economia local.” (E9).</p>
<p style="text-align: center;">Políticas Públicas Diferenciadoras</p>	<p>“Trata-se de facto de um território de baixa densidade que a não serem tomadas medidas drásticas tende a passos largos para a desertificação. Medidas de políticas públicas diferenciadoras não somente no potenciar os valores e produtos locais e políticas sociais. Será sempre necessária uma nova dinâmica com uma visão estruturante da especificidade.” (E2)</p> <p>“O futuro desenvolvimento do concelho de Barrancos estará sempre muito condicionado às estratégias políticas decididas a nível governamental. O poder local, de forma isolada, pode fazer algo, mas será sempre muito difícil e com pouco impacto. Para além de alguma dinamização turística, desportiva e cultural, poderá criar</p>

	<p><i>condições para atrair investimento e procurar incentivar o empreendedorismo local.</i></p> <p><i>O investimento do exterior será sempre uma “guerra” muito difícil de vencer... mas não devemos considerar que estamos “perdidos” no Alentejo profundo e sim considerar que somos uma porta de entrada em Espanha e com possibilidades de mercado.” (E7).</i></p>
<p>Um Futuro pouco Risonho</p>	<p><i>“Um dia, quando eu ainda era jovem, há vinte anos atrás, e queria fazer muita coisa boa por esta localidade, um senhor disse-me: “Francisco, se quiseres mudar Barrancos, antes de fazeres obras tens de mudar a mentalidade das pessoas”. Passados vinte anos, a mentalidade é a mesma, logo a minha perspetiva sobre o futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos não é a melhor. E não culpo aqui os políticos, ou os decisores locais, vejo-os com vontade de trabalhar para desenvolver Barrancos, mas...” (E3).</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

5.2 - Título: Vantagens do Teletrabalho para o Concelho de Barrancos

Dimensão de Análise: Perspetiva sobre o futuro do Desenvolvimento Local de Barrancos - Impacto do Teletrabalho	
Sub - categoria	Unidades de Registo
Atrair/Fixar População	<p><i>“Muitas. Basta criar melhores condições para receber quem queira vir para Barrancos, interrelacionando-as com o ponto 5.1.” (E1)</i></p>
Qualidade de vida	<p><i>“Barrancos é um paraíso. Aqui, quem tem trabalho tem um nível de vida extraordinário. Barrancos tem tudo para chamar jovens e famílias em teletrabalho. E sendo esta modalidade cada vez mais praticada, poderia estar aqui uma forma de atrair população ativa. Faça-se a divulgação e tente-se atrair gente para Barrancos.” (E3).</i></p>

<p>Novas formas de organização do trabalho</p>	<p><i>“Considero que de uma forma indireta a Pandemia generalizou e demonstrou a facilidade com que se trabalha em algumas profissões longe da sede da empresa, nomeadamente em casa e desse ponto de vista pode ter aberto horizontes para Barrancos e outros lugares idênticos a Barrancos, será uma coisa de longo e a médio prazo. A Pandemia veio, se dúvidas houvesse demonstrar que o cidadão que trabalha numa empresa como a Delta ou outra empresa qualquer e processa salários ou que faz encomendas se tiver um telefone, um computador e um programa informático da empresa, pode trabalhar à distância em Barrancos, ou na Ilha do Pico nos Açores ou noutro sítio qualquer. Há ganhos em termos de opinião até dos gestores, se as pessoas trabalharem a partir de casa, o que será vantajoso para Barrancos e para outras localidades do interior.” (E4)</i></p> <p><i>“Considero que sim. O teletrabalho é uma das grandes vantagens para o concelho, houve pessoas que se deslocaram para Barrancos em teletrabalho e ainda hoje permanecem.” (E9).</i></p> <p><i>“Penso que sim. Já constatámos que houve alguns casais que estão em teletrabalho e que antes da Pandemia viviam nas cidades e hoje estão aqui no nosso concelho, alugaram casa e fazem a sua vida diária aqui, porque têm a possibilidade de trabalhar em teletrabalho. Já temos por cá alguns casais.</i></p> <p><i>O Teletrabalho abriu uma porta para estas regiões de interior, porque isto como acontece hoje em dia que são 4 ou 5 casais, que vieram viver para aqui, provavelmente em vez de 4 ou 5 no futuro poderemos ter mais e assim também é a maneira da nossa população aumentar (...) Uma população que se encontra tão desprotegida!” (E11).</i></p>
<p>Controlo contágio Vírus</p>	<p><i>“Pode por certo ser uma mais- valia, mas não a que se necessita para resolver a questão de fundo que como foi dito é estruturante” (E2).</i></p> <p><i>“A meu ver o teletrabalho apenas foi benéfico nos tempos em que a Pandemia estava no auge evitando assim o aumento de contágios” (E8).</i></p>

<p style="text-align: center;">Marketing Territorial</p>	<p><i>“A possibilidade de teletrabalho poderá “atrair” algumas pessoas para o interior do país e para Barrancos em concreto. Para que tal se concretize, é necessário fazer algum investimento na divulgação das nossas potencialidades e naquilo que poderá ser atrativo para que as pessoas queiram mudar. Também será necessário sensibilizar os residentes de modo a conseguir que haja alojamento disponível e acessível para acolher quem quiser deslocar-se para Barrancos. Outra situação poderá ser o possível regresso de alguns naturais que, por motivos profissionais, tiveram de sair da sua terra.” (E7).</i></p> <p><i>“(…)E sendo esta modalidade cada vez mais praticada, poderia estar aqui uma forma de atrair população ativa. Faça-se a divulgação e tente-se atrair gente para Barrancos.” (E3).</i></p>
<p style="text-align: center;"><i>Reforço de Infraestruturas</i></p>	<p><i>Para que esta nova situação laboral tenha impacto no concelho, ainda há muito trabalho a fazer... é necessário dinamizar algumas infraestruturas que já estão ao dispor da população e que não estão a ser convenientemente divulgadas e “aproveitadas”. Refiro-me concretamente à incubadora de empresas que dispõe de espaços que podem ser utilizados para co working ou cedidos para facilitar a instalação de teletrabalhadores. (E7)</i></p> <p><i>Também considero que será necessário continuar a investir na criação de algumas infraestruturas que tornem Barrancos mais atrativo para viver. (E7)</i></p> <p><i>“ O Teletrabalho pode trazer a vantagem de fixar população no Concelho. Mas por si só não chega!</i></p> <p><i>O Concelho tem que criar condições para que as pessoas queiram ficar. A habitação é uma delas! O alojamento a preços acessíveis e locais com boas condições para o Teletrabalho.” (E10)</i></p> <p><i>“Eu tenho conhecimento de dois jovens que passam a maior parte do tempo a trabalhar em Barrancos. A minha ideia junto da CMB, através da Incubadora de empresas criar espaço para que as pessoas possam ir para lá trabalhar, porque aquele espaço tem condições para isso. É natural que se essas condições existem, as pessoas possam vir trabalhar para Barrancos ou para outro local qualquer. A presença física das pessoas em determinado tipo de profissões passou a ser dispensável. É possível que de futuro venha a ter algum impacto. (E5/E6).</i></p>

Fonte: Elaboração Própria

APÊNDICE II. GUIÃO DE ENTREVISTA

Guião de Entrevista

1 - Objetivo - Identificar as dificuldades originadas pela Pandemia da COVID-19 na perspetiva dos *Stakeholders* no Concelho de Barrancos

1.1 - Na sua perspetiva quais foram os principais constrangimentos sentidos durante este período (Pandemia da COVID-19)?

1.2 - Segundo a sua perspetiva que impacto teve a Pandemia da COVID-19 a nível Local?

1.3 - Como descreve e avalia o trabalho em rede no último ano e meio (articulação entre a entidade que representa e outras entidades/ Ou como foi realizado o trabalho em rede, numa situação inesperada e que rapidamente tiveram que ser encontradas soluções (durante o período que exerceu funções)

2 - Objetivo - Identificar as oportunidades de cada um dos *Stakeholders* em função da sua Ação específica no território

2.1 - Durante o período de confinamento os territórios do interior foram muito procurados. Considera que a Pandemia da COVID-19 trouxe vantagens para este território, neste caso específico para o Concelho de Barrancos?

2.2 - E que vantagens, concretamente, para a sua organização?

2.3 Na sua opinião quais foram as principais aprendizagens a nível local.

3 - Objetivo - Identificar as dinâmicas da Rede Social com vista ao fortalecimento da Coesão Social e Desenvolvimento Local

3.1 – Que avaliação faz, no âmbito da Rede Social da articulação entre os vários Parceiros

3.2 - Considera que a Pandemia da COVID-19 contribuiu para o fortalecimento do trabalho em Rede e para a coesão social da comunidade?

3.3 - Que apoios foram prestados aos diferentes grupos sociais e demográficos no período de maior restrição da pandemia?

4 - Objetivo: Identificar Expetativas face ao futuro

4.1– Considera que a Pandemia contribuiu para reforçar o poder dos Estados na fronteira?

4.2- Considera que a Pandemia da COVID-19 contribuiu para melhorar as carências dos serviços públicos de maneira a poderem responder a desafios futuros?

5- Após este acontecimento que tanto marcou, quer a nível mundial, quer a nível local e tudo aquilo que vivenciámos no decorrer destes dois anos.

5.1 - Sendo o Concelho de Barrancos, um território considerado de Baixa Densidade. Qual a sua perspetiva sobre o futuro do desenvolvimento local do Concelho de Barrancos?

5.2 - Considera que o teletrabalho poderá trazer algumas vantagens para o Concelho?

**APÊNDICE II. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO
INFORMADO**

Consentimento Informado

A presente entrevista destina-se à recolha de dados para a elaboração de uma investigação no âmbito do “Mestrado de Serviço Social, Riscos Sociais e Desenvolvimento Local, do Instituto Politécnico de Beja, intitulada “O Impacto da Pandemia da COVID-19 na Coesão Social e Desenvolvimento Local – Um Estudo de Caso no Concelho de Barrancos.

O objetivo primordial desta investigação é o de analisar o impacto da Pandemia da COVID-19 no Concelho de Barrancos.

Agradece-se a colaboração e informa-se que, por um lado a entrevista é realizada de forma voluntária e por outro, os dados recolhidos serão utilizados apenas no âmbito do estudo em curso, garantindo-se total confidencialidade e anonimato, sendo que as pessoas entrevistadas serão identificadas pelo perfil funcional e nunca de modo nominal.

A entrevista ora solicitada, poderá ser respondida de modo presencial, com registo áudio ou por escrito e reenviada para o e-mail: cristinarubio.ba@gmail.com.

Nos termos constantes do regulamento geral sobre Proteção de Dados, informa-se que:

- Os dados que irão ser recolhidos servirão apenas para os fins do presente estudo, não sendo alvo de divulgação a mais pessoas e/ou entidades.

- No final do estudo, previsto para julho de 2022, o registo áudio da entrevista será destruído;

- A pessoa responsável pela recolha e tratamento de dados é a mestranda Cristina Maria Rubio Domingues, aluna nº21071, contactável através do número: ou do e-mail: cristinarubio.ba@gmail.com.

- O estudo está a ser realizado sob a Coordenação da Professora Doutora Paula Cristina Rosado Godinho, docente do Instituto Politécnico de Beja;

- Poderá expor reclamações para o Encarregado da Proteção de dados do Instituto Politécnico de Beja; através do endereço de e-mail: edp@ipbeja.pt.

Tendo tomado conhecimento sobre a informação acerca do estudo e direitos no âmbito do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados, declaro que:

Aceito Participar

Não aceito participar

_____/_____/2022

Rubrica: _____